

Diário do Legislativo de 28/11/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 109ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - 54ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Realização da Conferência Estadual de Comunicação

1.3 - 55ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Realização da Conferência Estadual de Comunicação

1.4 - 56ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Realização da Conferência Estadual de Comunicação

1.5 - Reunião de Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Plenário

2.2 - Comissão

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

5 - MANIFESTAÇÕES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 109ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 26/11/2009

Presidência dos Deputados José Henrique e João Leite

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Propostas de Emenda à Constituição nºs 55 e 56/2009 - Projetos de Lei nºs 4.051 a 4.058/2009 - Requerimentos nºs 5.095 a 5.112/2009 - Requerimentos da Comissão de Segurança Pública e do Deputado Arlen Santiago - Proposições não Recebidas: Requerimento do Deputado Doutor Viana - Comunicações: Comunicações das Comissões de Transporte, de Assuntos Municipais, de Segurança Pública, do Trabalho e de Participação Popular (2) e do Deputado Elmiro Nascimento - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Weliton Prado, André Quintão, Padre João, Domingos Sávio e Almir Paraca - Registro de presença - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Acordo de Líderes; Decisão da Presidência - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Votação de Requerimentos: Requerimento da Comissão de Segurança Pública; aprovação - Requerimento do Deputado Padre João; deferimento; discurso do Deputado Almir Paraca - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Sargento Rodrigues - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Doutor Ronaldo - Duarte Bechir - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Gláucia Brandão - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Lafayette de Andrada - Maria Tereza Lara -

Neider Moreira - Padre João - Rêmoló Aloise - Ronaldo Magalhães - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 14h11min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Braulio Braz, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - Não havendo correspondência a ser lida, a Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

Proposta de Emenda à Constituição nº 55/2009

Acrescenta parágrafo ao art. 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e altera § 1º do art. 199 da Constituição do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - O art. 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado fica acrescido do seguinte § 4º, renumerando-se os demais:

"Art. 82 - (...)

§ 4º - Fica transformada em autarquia, com a denominação de Universidade Estadual do Vale do Rio Verde - UninCor -, a atual Fundação Comunitária Tricordiana de Educação.".

Art. 2º - O § 1º do art. 199 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 199 - (..)

§ 1º - O Estado destinará dotações e recursos à operacionalização e à manutenção das atividades necessárias à total implantação e desenvolvimento da Universidade do Estado de Minas Gerais - Uemg -, da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes - e da Universidade Estadual do Vale do Rio Verde - UninCor -, no valor de, no mínimo de 5% (cinco por cento) da receita orçamentária corrente ordinária do Estado, repassados em parcelas mensais equivalentes a um doze avos do total, no mesmo exercício.".

Art. 3º - Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de novembro de 2009.

Carlin Moura - André Quintão - Dalmo Ribeiro Silva - Fábio Avelar - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Almir Paraca - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Carlos Gomes - Délio Malheiros - Dimas Fabiano - Duarte Bechir - Doutor Viana - Getúlio Neiva - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - João Leite - José Henrique - Lafayette de Andrada - Maria Tereza Lara - Padre João - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Sargento Rodrigues - Tiago Ulisses - Wander Borges.

Justificação: A Fundação Comunitária Tricordiana de Educação foi criada em 11/11/65, pela Lei nº 3.540, de 1965, sob a denominação Fundação Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Três Corações.

Em 7/9/90, a antiga Fundação Tricordiana passou a denominar-se Fundação Comunitária Tricordiana de Educação, tendo como objetivo promover a educação contínua da comunidade local e regional, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão universitária.

Em 1997, o Decreto nº 39.079 autorizou o funcionamento da Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações - UninCor -, da qual é mantenedora a citada fundação, seguindo-se o credenciamento do Câmpus BH por meio do Decreto nº 40.229, de 1998.

A missão da referida universidade é a de "promover de forma permanente a educação escolar e extra-escolar, contribuindo para a realização do indivíduo, o desenvolvimento cultural e científico da comunidade e da região e o fortalecimento da solidariedade humana, sem distinção de sexo, cor, raça, credo religioso ou político".

Para que a instituição possa continuar cumprindo sua missão depende do decisivo apoio do Estado, seja por meio de parceria efetiva, seja por meio de sua estadualização.

A educação é direito do cidadão e dever do Estado e cumpre um papel primordial no planejamento estratégico de um Estado democrático.

Acreditamos que o Estado de Minas Gerais estará, ao assumir a administração da UninCor, garantindo ao povo mineiro não apenas uma educação de qualidade, mas também atendimento efetivo e satisfatório na área da saúde. Uma universidade tem, além do ensino, o papel da pesquisa e extensão.

Nessa perspectiva estratégica, o Estado de Minas Gerais atuará como indutor do desenvolvimento socioeconômico, e a pesquisa pode contribuir para a melhoria das condições de vida do povo mineiro nas macro regiões e desenvolver o crescimento sustentável das comunidades.

Consoante a isso, destaca-se o § 3º do art. 199 da Constituição da Estado, que preceitua a prioridade da encampação de unidades educacionais daquelas regiões densamente povoadas não atendidas por ensino público superior, como é a realidade da região sul do nosso Estado.

Para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, os benefícios serão enormes, já que a parceria com o Estado possibilitará a manutenção de cursos na área da saúde como Medicina, Enfermagem, Nutrição e Odontologia, concentrados nas cidades de Belo Horizonte e Betim. Esses cursos são prioritários para o Estado na expansão do Sistema Único de Saúde - SUS.

Os estágios práticos oferecidos por esses curso em hospitais, centros especializados, postos de saúde, asilos e creches servirão para ser suporte e assistência aos serviços oferecidos pelo SUS, diminuindo as filas de espera e acolhendo a população em suas necessidades na área de saúde.

Ademais, o poder público, quer seja federal, estadual ou municipal, no cumprimento de seu dever de promoção da educação para todos, ao longo da história dessa universidade, investiu efetivamente no crescimento do seu patrimônio, por meio de doações de imóveis, concessão de bolsas de estudo ou repasse de verba pública.

Portanto, esta proposta visa à encampação da Fundação Comunitária Tricordiana de Educação - Universidade Vale do Rio Verde - UninCor -, pelo poder público, por meio do governo do Estado, transformando-a numa autarquia da sua administração, com autonomia didático-científica e administrativa, para que continue promovendo, de forma permanente, a educação e a formação, contribuindo para a realização do indivíduo, o desenvolvimento cultural e científico da comunidade e da região e o fortalecimento da solidariedade humana.

A UninCor conta com cinco câmpus em funcionamento: Três Corações, São Gonçalo do Sapucaí, Caxambu, Betim e Belo Horizonte, além de extensões em quatro cidades: Ibirité, Itaguara, Pará de Minas e Pitangui. São 73 cursos de graduação, 6 mestrados, 2 doutorados e mais de 80 cursos de pós-graduação "lato sensu", com cerca de 5 mil alunos.

Para a viabilização da estadualização pretendida, e ainda visando a um melhor e consistente investimento público em nossas universidades estaduais, é que propomos que seja elevado o valor mínimo de 2% para 5% da receita orçamentária corrente a ser investida na educação superior pública estadual.

Portanto, gostaríamos de contar com o apoio e empenho de todos colegas do parlamento mineiro para que possamos juntos construir uma universidade estadual que esteja presente em toda Minas Gerais, que seja referência de qualidade, de formação e transformação.

- Publicada, vai a proposta à Comissão Especial, para parecer, nos termos do art. 201 do Regimento Interno.

PROPOSTA DE EMENDA à CONSTITUIÇÃO Nº 56/2009

Acrescenta o § 7º ao art. 31 da Constituição do Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - O art. 31 da Constituição do Estado de Minas Gerais fica acrescido do seguinte § 7º:

"Art. 31 - (...)

§ 7º - Fica assegurada à servidora pública estadual gestante licença-maternidade, sem prejuízo de emprego e do salário, com a duração de 180 (cento e oitenta) dias, independentemente de requerimento.

a) O disposto neste parágrafo aplica-se às servidoras públicas estaduais lotadas ou em exercício nos órgãos e entidades integrantes da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes;

b) A licença-maternidade é assegurada à servidora que adotar ou obtiver a guarda judicial para fins de adoção, observando-se o seguinte:

I - se a criança tiver até um ano de idade, a prorrogação será de sessenta dias;

II - se a criança tiver mais de um e menos de quatro anos de idade, a prorrogação será de trinta dias;

III - se a criança tiver mais de quatro até oito anos de idade, a prorrogação será de quinze dias.

c) A licença-paternidade de servidor público estadual que esteja nas condições descritas na alínea "a" é de 15 dias.

Art. 2º - Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de novembro de 2009.

André Quintão - Adalcleber Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - Antônio Carlos Arantes - Arlen Santiago - Carlin Moura - Cecília Ferramenta - Chico Uejo - Dinis Pinheiro - Doutor Rinaldo - Domingos Sávio - Durval Ângelo - Fábio Avelar - Eros Biondini - João Leite - José Henrique - Lafayette de Andrada - Maria Tereza Lara - Padre João - Paulo Guedes - Ronaldo Magalhães - Sávio Souza Cruz - Sargento

Justificação: Em 9/9/2008, o Presidente Lula sancionou a Lei nº 11.770, que concede benefício fiscal às empresas privadas que prorrogarem a licença-maternidade de suas funcionárias para 180 dias. Em 11 de dezembro do mesmo ano, o governo federal estendeu a prorrogação a todas as servidoras públicas federais, por meio do Decreto Executivo nº 6.690, de 2008. O benefício também se estende às servidoras que adotarem ou obtiverem guarda judicial para fins de adoção. Elas serão dispensadas do trabalho por até 60 dias, no caso de crianças menores de 1 ano.

Na Reunião Especial de Comemoração do Dia Internacional da Mulher, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em 9/3/2009, o Presidente da Assembleia anunciou a assinatura da Deliberação nº 2.441, de 2009, de autoria da Mesa, estendendo a licença-maternidade das servidoras do Legislativo de 120 para 180 dias.

Segundo a fundamentação da citada deliberação, a prorrogação representa maior atenção e reconhecimento do direito social de proteção à maternidade e à infância, nos termos do art. 6º da Constituição Federal; a licença-maternidade é decorrência da garantia de proteção especial devida pelo Estado à família e à criança, conforme o disposto nos arts. 226 e 227 da Constituição Federal; a amamentação e os cuidados maternos nos primeiros meses de vida da criança representam importante diferencial para o seu pleno desenvolvimento físico, psicológico e cognitivo, o que resulta em benefícios qualitativos, em médio e longo prazos, para a família, a sociedade e o Estado; e, ainda, o § 6º do art. 227 da Constituição Federal prevê os mesmos direitos e qualificações aos filhos havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, sendo proibida qualquer discriminação relativa à filiação.

A licença-maternidade de seis meses foi uma iniciativa da Sociedade Brasileira de Pediatria - SBP -, que, em julho de 2005, idealizou a proposta, iniciou extensa campanha e escreveu o anteprojeto de lei que foi entregue à Senadora Patrícia Saboya. Hoje, segundo dados da SBP, a prorrogação da licença-maternidade já foi aprovada em 129 Municípios e 19 Estados, o que evidencia uma tendência irreversível, baseada em argumentos científicos, sociais e econômicos. Segundo a instituição, "os seis primeiros meses de vida são decisivos e insubstituíveis para o crescimento e diferenciação do cérebro do novo ser. O desenvolvimento dessa estrutura essencial supõe estimulação adequada e nutrição de qualidade. Requer, por isso mesmo, o ambiente afetivo favorável ao êxito dos fenômenos biológicos que se passam no período e a possibilidade de amamentação exclusiva como fonte nutricional". São direitos da criança que cabe à sociedade assegurar.

Essa prorrogação também reduz significativamente os gastos com a saúde. De fato, ao proporcionar condições para amamentação exclusiva nos seis primeiros meses, previne as doenças comuns nos dois primeiros anos de vida e reduz o risco de enfermidades do adolescente e do adulto, tais como hipertensão arterial, obesidade, diabetes, alergia, doenças coronarianas e algumas formas de câncer, como os linfomas. Além disso, estudos de economistas de renome na atualidade, entre os quais o do prêmio Nobel James Heckman, demonstram que o investimento de maior retorno econômico para qualquer sociedade é o investimento em saúde e educação na primeira infância. Pesquisa feita em Illinois, EUA, demonstra que cada dólar assim aplicado assegura retorno de 17 dólares para a sociedade.

A interação afetiva plena, ensejada pela prorrogação da licença-maternidade, promove o vínculo afetivo forte e estável entre a criança, a mãe, o pai e a família como primeiro grupo social. Sedimenta-se, no equilíbrio dessa interação, a base de comportamento humano não agressivo, resistente ao estresse. Estudos demonstram que boa parte da violência social e da criminalidade decorre da privação afetiva nos primeiros tempos da existência. A licença de seis meses atendeu a recomendações médicas e a reivindicação antiga de diversas entidades de classe e movimentos sociais. De acordo com a Organização Mundial de Saúde - OMS -, a mãe deve amamentar o bebê por no mínimo seis meses e preferencialmente até dois anos.

Optamos por apresentar a proposição na forma de proposta de emenda à Constituição, para que a medida se estenda aos três Poderes, não dependendo do alvedrio pontual e conjuntural de dirigentes de órgãos ou entidades, erigindo-se à condição de conquista permanente para a servidora. Informamos, ainda, que está em tramitação na Câmara Federal a Proposta de Emenda à Constituição nº 30/2007, que amplia o direito para 180 dias, tendo sido realizada, em 22/9/2009, audiência pública nessa Casa para debater e divulgar a questão.

Assim, pela relevância, justiça e alcance social, pelos argumentos científicos e econômicos, pela pontual e sensível adoção da medida por diversos órgãos do Estado (como Defensoria Pública, Ministério Público e Tribunal de Justiça) e pelo histórico dessa proposta, entendemos ser imprescindível sua inscrição em nossa Carta Maior, como direito inalienável das servidoras do nosso Estado. Esperamos, portanto, o incondicional apoio dos nobres pares a esta proposta, assim como sua pronta aprovação.

Para informação, segue a relação dos entes federados que já transformaram a medida em lei, e a proposta tramita ainda em inúmeros Estados e Municípios. Nos 129 Municípios seguintes, a proposta já se transformou em lei: Rio Branco (AC), Joaquim Gomes (AL), Presidente Figueiredo (AM), Manaus (AM), Macapá (AP), Itaubal (AP), Salvador (BA), Santo Antônio de Jesus (BA), Barbalha (CE), Brejo Santo (CE), Ipaumirim (CE), Salitre (CE), Guaiúba (CE), Ibiapina (CE), Itaipaba (CE), Baturité (CE), Pentecoste (CE), Farias Brito (CE), Beberibe (CE), Maranguape (CE), Redenção (CE), General Sampaio (CE), Tamboril (CE), Aquiraz (CE), Nova Russas (CE), Varjota (CE), Pindoretama (CE), Ipu (CE), Sobral (CE), Ubajara (CE), Horizonte (CE), Maracanaú (CE), Solonópole (CE), Fortaleza (CE), Jaguaratama (CE), Orós (CE), Ibiaraçu (ES), Alcântara (MA), São Luís (MA), Porto Nacional (MA), Contagem (MG), Governador Valadares (MG), Mariana (MG), Juiz de Fora (MG), São José da Lapa (MG), Três Lagoas (MS), Caracol (MS), Jateí (MS), Anaurilândia (MS), Batayporã (MS), Dois Irmãos do Buruti (MS), Fátima do Sul (MS), Jardim (MS), Naviraí (MS), Porto Murtinho (MS), São Gabriel do Oeste (MS), Ribas do Rio Pardo (MS), Cuiabá (MT), Sinop (MT), João Pessoa (PB), Teixeira (PB), Petrolina (PE), Salgueiro (PE), Paranaguá (PR), Pedra (PE), Recife (PE), Olinda (PE), Garanhuns (PE), Vitória do Santo Antão (PE), Teresina (PI), Volta Redonda (RJ), Comendador Levy Gasparian (RJ), Teresópolis (RJ), Varre-Sai (RJ), Natal (RN), Pacaraima (RR), Cantá (RR), Mossoró (RN), Porto Velho (RO), Canoas (RS), São Leopoldo (RS), Porto Alegre (RS), Curitiba (PR), Araucária (PR), Campo Mourão (PR), Arapoti (PR), Londrina (PR), Sarandi (PR), Piên (PR), Campos dos Goytacazes (RJ), Blumenau (SC), Rodeio (SC), Massaranduba (SC), Siderópolis (SC), Joinville (SC), Goiânia (GO), Aracaju (SE), São Vicente (SP), Ubatuba (SP), Itaipava (SP), Ribeirão Preto (SP), Americana (SP), Franca (SP), Mongaguá (SP), São Bernardo do Campo (SP), Ribeirão Pires (SP), Penápolis (SP), Guarujá (SP), Taubaté (SP), Lins (SP), Santos (SP), Itapeverica da Serra (SP), Cubatão (SP), São Paulo (SP), São Mateus (ES), Serra (ES), Vitória (ES), Cariacica (ES), Conceição da Barra (ES), Vila Velha (ES), São Domingos do Norte (ES), Marechal Floriano (ES), Linhares (ES), Colatina (ES), Anchieta (ES), Viana (ES), Palmas (TO), Castelo (ES).

E nos seguintes Estados a proposta já virou lei, no que se refere às servidoras públicas: Goiás (GO), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Ceará (CE), Sergipe (SE), Tocantins (TO), Pernambuco (PE), Amapá (AP), Mato Grosso (MT), Rondônia (RO), Pará (PA), Paraíba (PB), Paraná (PR), Rio Grande do Norte (RN), Piauí (PI), Espírito Santo (ES), Alagoas (AL), Rio Grande do Sul (RS), Santa Catarina (SC).

A licença de seis meses também já é lei no Distrito Federal.

- Publicada, vai a proposta à Comissão Especial, para parecer, nos termos do art. 201 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.051/2009

Declara de utilidade pública o Instituto Histórico e Geográfico de São Tiago - IHGST -, com sede no Município de São Tiago.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Instituto Histórico e Geográfico de São Tiago - IHGST -, com sede no Município de São Tiago.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de novembro de 2009.

Domingos Sávio

Justificação: O Instituto Histórico e Geográfico de São Tiago - IHGST -, com sede no Município de São Tiago, é uma entidade civil sem fins lucrativos. Tem entre suas finalidades precípua congregar os esforços daqueles que se interessam pelos estudos de história, geografia, meio ambiente, etnografia, genealogia, folclore, artes e ciências correlatas, em âmbito nacional, estadual e do Município de São Tiago e adjacentes (Campos das Vertentes).

Ademais, está em pleno funcionamento há mais de um ano e sua Diretoria é composta por pessoas idôneas e não remuneradas pelo exercício de suas funções. Visto que a entidade desenvolve um trabalho social, torna-se justa a sua declaração de utilidade pública.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares à aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Cultura, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.052/2009

Dispõe sobre a obrigatoriedade de cortinas em ônibus intermunicipais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - As empresas concessionárias de transporte coletivo intermunicipais ficam obrigadas a instalar, nos ônibus, cortinas em todas as janelas laterais.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de sessenta dias a contar de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de novembro de 2009.

Gilberto Abramo

Justificação: O Estado de Minas Gerais é um dos maiores Estados da Federação e possui a maior malha rodoviária do País. Por consequência, o cidadão que viaja de ônibus ao longo de suas rodovias se vê, muitas vezes, obrigado a percorrer grandes distâncias, o que lhe traz muito desconforto.

A instalação de cortinas nos ônibus irá proporcionar bem-estar e conforto aos passageiros durante as viagens.

Assim, peço apoio aos nobres pares para a aprovação da proposição em tela.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Transporte para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.053/2009

Declara de utilidade pública a Associação Casa de Saúde São Sebastião, com sede no Município de Virgínia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Casa de Saúde São Sebastião, com sede no Município de Virgínia.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de novembro de 2009.

Tiago Ulisses

Justificação: A Associação Casa de Saúde São Sebastião, constituída em 17/6/91, é uma entidade civil de direito privado interno, filantrópica, sem fins lucrativos e com duração indeterminada, que atuará na comunidade local e regional.

A referida associação tem por objetivos, segundo o que dispõe os arts. 4º a 9º do Capítulo IV do seu estatuto, atuar na área de saúde pública, dando suporte à saúde pública no Município e região, bem como atuar como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip. Seu objetivo específico é a prestação de assistência médica ambulatorial e de pronto atendimento.

Por considerar que a entidade atende aos requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, conto com a anuência de meus nobres pares

ao projeto proposto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.054/2009

Declara de utilidade pública a entidade Projeto Assistencial Beneficente Crescer, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a entidade Projeto Assistencial Beneficente Crescer, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de novembro de 2009.

Tiago Ulisses

Justificação: O Projeto Assistencial Beneficente Crescer, com sede na Rua Ministro Osvaldo Aranha, 325, em Belo Horizonte, é uma associação sem fins lucrativos, possuidora de patrimônio e personalidade jurídica próprios, cabendo salientar que a entidade não remunera os membros de sua diretoria pelo exercício específico de suas funções, não distribui lucros, vantagens nem bonificações a dirigentes, associados e mantenedores, sob nenhuma forma.

A entidade tem por finalidade dar apoio às organizações da sociedade civil de interesse público, com ênfase na promoção da assistência social, na defesa, na preservação e na conservação do meio ambiente e no desenvolvimento sustentável; promover a cultura, a defesa e a conservação do patrimônio histórico e artístico; a segurança alimentar e nutricional; propiciar às crianças e aos adolescentes o reforço escolar; promover ações de voluntariado; e o desenvolvimento econômico e social.

A entidade, fundada em 29/2/2004, atende aos requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, razão pela qual rogo a meus pares a aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei nº 4.055/2009

Declara de utilidade pública a Associação Municipal de Assistência Social de Rosário da Limeira, com sede no Município de Rosário da Limeira.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Municipal de Assistência Social de Rosário da Limeira, com sede no Município de Rosário da Limeira.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de novembro de 2009.

Braulio Braz

Justificação: A Associação Municipal de Assistência Social de Rosário da Limeira é entidade sem fins lucrativos, em funcionamento desde 15/5/97. Tem por objetivos buscar a melhoria de condições de vida de seus sócios e de toda a classe trabalhadora rural do Município, viabilizando a organização econômica, atuando nas causas básicas como a família e o trabalho, em busca da integridade humana nos aspectos psicológicos, sociais e espirituais; promover, de forma coletiva ou isoladamente, a compra de insumos básicos, bens de consumo e gêneros de primeira necessidade; prestar serviços de transporte, beneficiamento, transformação, industrialização, armazenagem, classificação e embalagem de acordo com sua capacidade; buscar, através de compra e venda coletiva da produção, maior escala de comercialização, para obtenção de melhores resultados econômicos para seus sócios.

Sendo meritório o seu trabalho, contamos com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Política Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei nº 4.056/2009

Declara de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais de Rosário da Limeira, com sede no Município de Rosário da Limeira.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais de Rosário da Limeira, com sede no Município de Rosário da Limeira.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de novembro de 2009.

Braulio Braz

Justificação: A Associação dos Produtores Rurais de Rosário da Limeira, entidade sem fins lucrativos, em funcionamento há mais de 12 anos, tem como objetivo a prestação de quaisquer serviços que possam contribuir para o fomento e a racionalização das explorações agropecuárias e para melhorar as condições de vida de seus associados.

Para atingir seus objetivos, a Associação poderá: adquirir, construir ou alugar os imóveis necessários às suas instalações administrativas, tecnológicas, de armazém e outras; promover o transporte, o beneficiamento ou a industrialização da produção e servir de assessora ou representante dos associados na comercialização de produtos e insumos; manter serviços próprios de assistência médica, dentária, recreativa e educacional, ou, com esse mesmo objetivo, celebrar convênios com qualquer entidade pública ou privada; filiar-se a outras entidades congêneres, em nível regional ou estadual, sem perder a sua individualidade e poder de decisão.

Sendo meritório o seu trabalho e de relevância social, contamos com a anuência dos nobres pares à aprovação do projeto que pretende outorgar-lhe o título de utilidade pública.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Política Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.057/2009

Altera a Lei nº 17.353, de 17 de janeiro de 2008, que dispõe sobre a alteração do uso do solo nas áreas de ocorrência de mata seca.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O art. 1º e seus §§ 1º e 2º da Lei nº 17.353, de 17 de janeiro de 2008, que dispõe sobre a alteração do uso do solo nas áreas de ocorrência de mata seca, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º – A conservação, a proteção e a utilização da mata seca, denominação conferida ao complexo decidual vegetacional mineiro, observarão ao disposto nesta lei e, supletivamente, na legislação ambiental vigente, em especial a Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002.

§ 1º – Para os efeitos desta lei, considera-se mata seca ou complexo decidual da mata seca um ecossistema específico e peculiar do Estado de Minas Gerais, que compreende formações vegetais típicas que variam de caatinga hiperxerófila, caatinga arbórea, floresta estacional decidual e semidecidual acaatingadas, veredas até vegetação ruderal de calcário, com qualidade ambiental distinta e flora típica acaatingada.

§ 2º – As delimitações das áreas abrangidas por esta lei serão estabelecidas por órgão competente do Estado, na forma da lei."

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de novembro de 2009.

Gil Pereira

Justificação: A caracterização da mata seca e o uso dos solos a ela associados vêm sendo motivos de polêmica no Estado por longo período. As populações que habitam essas áreas, em especial os produtores rurais, têm sido submetidos à total insegurança jurídica e a interpretações arbitrárias dos diversos diplomas legais que se sucedem na regulamentação do uso do solo na região Norte mineira.

A mata seca mineira possui características bastante nítidas. Observado pelo prisma da ocorrência de espécies vegetais típicas, esse ecossistema poderia ser associado ao bioma do cerrado ou mesmo ao da mata atlântica. Devemos, porém, considerar que, além da composição vegetal dessas formações, impõem-se características regionais marcantes, como o regime chuvas e a composição diferenciada dos solos, o que a distancia dos dois biomas citados e a aproxima, marcadamente, ao bioma da caatinga.

Por meio dessa proposição, além de sugerir uma nova tipificação para a mata seca mineira, ressaltando sua identidade com a caatinga e definindo um parâmetro legal específico para a atuação dos órgãos ambientais mineiros, exercitamos a competência legislativa concorrente do Estado em relação às normas de meio ambiente.

Com esse entendimento e, simultaneamente, buscando garantir um mínimo de tranquilidade para que os produtores rurais dessa parcela do Norte de Minas possam trabalhar e gerar riquezas para nosso Estado, é que apresentamos este projeto de lei. Consideramos também o necessário respeito à preservação do meio ambiente, que sabemos ser mais frágil nessas áreas.

Por essas razões, aguardo dos meus nobres pares a aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Meio Ambiente para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.058/2009

Institui a Política de Qualidade de Vida e Saúde no Trabalho do Servidor Público do Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica instituída a Política de Qualidade de Vida e Saúde no Trabalho no âmbito da administração estadual, com o objetivo de desenvolver ações que preservem a saúde dos servidores, promovam as melhorias do estilo de vida e das condições laborais.

Art. 2º - O Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais deverá coordenar e integrar ações e programas nas áreas de assistência à saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores das administrações estaduais direta, autárquica e fundacional, de acordo com a política de atenção à saúde e à segurança do trabalho do servidor estadual, estabelecida pelo governo.

Art. 3º - O Sistema Estadual de Saúde, através de suas instituições, deverá desenvolver programa de promoção da saúde, a ser implantado nos órgãos de serviço público, a fim de promover a melhoria da saúde do servidor, proporcionando uma diminuição do estresse físico e mental do dia a dia, através de:

I - avaliações para verificar a postura e o comportamento das pessoas, tendo como objetivo levar saúde e descontração aos ambientes de trabalho;

II - avaliações de adequação ergonômica dos equipamentos e mobiliário utilizados pelos servidores no processo de trabalho;

III - exercícios de mobilização, relaxamento, alongamento, dinâmica de grupo;

IV - atividades de prevenção de distúrbios osteomusculares relacionados com o trabalho - DORT -, como dorsalgias, lombalgias, escolioses posturais, desequilíbrio muscular, tendinites, patologias compressivas nervosas, e de doenças cardiovasculares.

Parágrafo único - Além das atividades físicas, deverão fazer parte do programa a criação de espaços de conscientização, através de palestras, grupos de discussão e outras atividades afins.

Art. 4º - As atividades deverão ser antecedidas de avaliações clínicas e físicas de cada servidor público.

§ 1º - As atividades de que trata o "caput" deste artigo deverão ser ministradas por profissionais especializados, devidamente registrados no Conselho Regional de Educação Física - Cref - ou no Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - Crefito.

§ 2º - Cada servidor terá uma ficha cadastral elaborada pelo profissional responsável pelas atividades, que procederá ao devido acompanhamento, avaliação e mensuração dos resultados obtidos.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias a contar da data de sua publicação.

Art. 6º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de novembro de 2009.

Cecília Ferramenta

Justificação: Um dos principais desafios dos setores relacionados com a saúde no País é a redução dos índices de morbidade e mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis. Essas doenças são causas de internação e morte no Brasil, além de serem responsáveis por grande parte de sequelas e incapacidades adquiridas, gerando altos índices de absenteísmo, presenteísmo e afastamentos do trabalho.

"O presenteísmo, tal como definido por estudiosos, não consiste em usar de má-fé (fingir uma enfermidade ou fugir aos deveres do trabalho), nem de fazer cera (navegar na internet, por exemplo, em vez de preparar um relatório). O termo - que vem ganhando aceitação apesar de incomodar certos acadêmicos pelo tom de modismo da palavra - se refere à perda da produtividade resultante de problemas de saúde reais. A pesquisa sobre presenteísmo parte do princípio de que o pessoal leva a sério o trabalho e que a maioria, se puder, precisa e quer seguir trabalhando. (...) Ao contrário do absenteísmo, o presenteísmo nem sempre é aparente. Sabemos quando alguém não apareceu para trabalhar, mas muitas vezes é difícil dizer se um problema médico qualquer está prejudicando o desempenho de alguém. (...) Como a área de estudos é nova, restam inúmeras dúvidas, inclusive a principal: até que ponto, exatamente, essas diversas doenças reduzem a produtividade? Pesquisadores estão descobrindo maneiras cada vez mais confiáveis de medir o fenômeno e concluindo que o presenteísmo custa às empresas bilhões de dólares por ano. Surgem provas indicando que investimentos relativamente pequenos na triagem, no tratamento e na educação de pessoal podem gerar ganhos substanciais da produtividade." (Trecho extraído de matéria publicada na revista "Harvard" - "Presenteísmo: trabalhando, mas sem cabeça")

A inovação tecnológica tem provocado mudanças bruscas e radicais nos processos produtivos, na organização do trabalho em escala mundial, na organização do tempo e nos estilos de vida da população.

No Brasil, os avanços científicos e tecnológicos evidenciados em todos os setores da atividade humana vêm provocando profundas mudanças na organização do trabalho, gerando maior possibilidade de tempo disponível para o lazer dos trabalhadores; no entanto, muitos trabalhadores não são suficientemente educados para a vivência do tempo livre das obrigações do trabalho como tempo de lazer e de melhoria da sua qualidade de vida individual e coletiva. Além disso, mesmo conscientes da necessidade da vivência do lazer, outros trabalhadores não conseguem essa conquista, dadas as tensões vividas no trabalho, aliadas a inúmeras dificuldades que comprometem a sua qualidade de vida.

A qualidade de vida não pode ser compreendida nem transformada sem levarmos em conta que é produzida nas relações do sujeito com o seu meio físico, social e cultural. Ela se refere a um conjunto de parâmetros individuais, socioculturais e ambientais que caracterizam as condições em que vive o ser humano.

Por isto, a Organização Mundial da Saúde - OMS - e a Organização Pan-Americana de Saúde - Opas - definiram como requisitos básicos para a qualidade de vida: ambiente físico limpo e seguro; ecossistema estável e sustentável; alto suporte social, sem exploração; alto grau de participação social; satisfação das necessidades básicas previstas pela Constituição do País; acesso a experiências, recursos, contatos e interações; economia local diversificada e inovadora; respeito pelas heranças biológica e cultural dos sujeitos.

Esta discussão faz recordar que as pessoas têm "corpos".

"O corpo é a base sobre a qual nos construímos como trabalhadores e trabalhadoras. É à base da nossa existência que viabiliza nossa presença

na história, no tempo e no espaço. Não é somente um fato biológico." (Pinto – 2002). Entende-se, então, que a pessoa se constrói enquanto "corpo" nas relações sociais e culturais.

É do "corpo" que se parte para as interlocuções com as pessoas. Nos encontros com os outros se descobre que não há beleza nem destreza no movimento, quando o corpo não é reconhecido, entendido, aceito e amado.

Também não há possibilidade de afeto, quando a esse corpo é negado um lugar no jogo das identidades do sujeito, que precisa ser reconhecido como corpo sexuado, protagonista de sua própria construção como homem ou mulher, em constantes e cuidadosas negociações com o seu grupo cultural.

Se o lazer se constitui como espaço privilegiado de relação com o próprio corpo e o corpo do outro, ao discutir-se lazer, precisa-se considerar a ética das relações que esse sujeito-corpo é capaz de experimentar, com a consciência dos riscos e das possibilidades vividas segundo seu estilo de vida.

Nahas (2001) afirma que o estilo de vida representa o conjunto de ações cotidianas que reflete as atitudes, os valores e as oportunidades das pessoas. Esses hábitos e ações conscientes estão associados ao significado que se dá à qualidade de vida, significado esse construído segundo as regras, histórias e experiências de nosso corpo, tendo em conta nossa vivência cultural, que inclui modos de conversar, trabalhar, divertir, etc.

Nas suas interações sociais na escola, na família, no trabalho, no lazer, na convivência com amigos e nas interações mediadas pela mídia, entre outras situações, o corpo é submetido a várias influências que intervêm em sua constituição. Nessas trocas de informações, conhecimentos, valores e experiências o corpo pode tanto viver o prazer quanto também a dor. Pode sentir-se bem, com elevada autoestima, ou oprimido e deprimido pelas diferentes formas de violência que lhe são impostas.

Nos países industrializados, os maiores riscos para a saúde e o bem-estar advêm do comportamento individual. As pesquisas têm demonstrado que o estilo de vida (fumo, atividade física, estresse, alimentação equilibrada e relacionamento social) passou a ser um dos mais importantes determinantes da saúde do indivíduo, das comunidades e das sociedades. Pontua-se, no entanto, que trabalhadores que mantêm um estilo de vida mais ativo e saudável são menos acometidos por doenças cardiovasculares, diabetes e certos tipos de cânceres, o que implica uma redução nos custos de saúde para as organizações e para a sociedade. Além disso, existem evidências de que esses indivíduos são mais produtivos e correm menores riscos de sofrer acidentes de trabalho.

No contexto das sociedades contemporâneas, o local de trabalho se configura como um importante espaço para o desenvolvimento e intervenções visando à promoção da saúde e da qualidade de vida, pela possibilidade em atingir um grande número de pessoas e porque a maioria dos adultos destina grande parte de sua vida ao trabalho. Além disso, adultos em idade produtiva parecem estar expostos às barreiras referidas em relação à adoção de comportamentos mais saudáveis.

As organizações bem-sucedidas apontam como essencial o investimento em ações que proporcionem satisfação e bem-estar a seus trabalhadores, seu bem maior. A adoção de tais ações com base nos conteúdos e nos valores do lazer e do esporte, passou a ser fundamental, e pode-se afirmar que, em breve, será um fator tão importante para as organizações públicas e as empresas privadas.

No setor público, em geral, o servidor só tem a sua saúde analisada previamente quando faz o concurso público, ficando depois sujeito ao desgaste natural provocado pelas atividades laborais, sem nenhum tipo de acompanhamento preventivo. O perfil da força de trabalho dos servidores estaduais indica a necessidade de implementação de ações preconizando a mudança de hábitos diários, em que a atividade física, a alimentação saudável, a prática de relacionamentos sociais, o comportamento preventivo (uso de equipamentos, de protetor solar) e o combate ao estresse sejam valorizados e integrados na vida diária, com vistas à adoção de um estilo de vida mais saudável para esses trabalhadores.

Do ponto de vista dos benefícios ao servidor, o que se pretende é garantir que, mediante diferentes intervenções e atividades, se possam influenciar positivamente os estilos de vida. Alguns dos benefícios que podem ser alcançados são: aumento da autoestima; melhoria do bem-estar psicológico; maior estabilidade emocional e resistência ao estresse; qualidade nas relações sociais; adoção de estilo de vida saudável; redução do sedentarismo; aumento da motivação e eficácia no trabalho; menores riscos cardíacos; diminuição da hipertensão, do consumo de fumo, álcool e drogas; melhoria da qualidade do sono e do humor.

Do ponto de vista das repartições, são benefícios, entre os já citados: diminuição do absenteísmo, força de trabalho mais saudável, maior comprometimento dos servidores, maior produtividade, melhor imagem da serviço público, melhor ambiente de trabalho, melhoria nas relações interpessoais, redução de custos de assistência médica.

Uma vez aprovado este projeto de lei, o Estado de Minas Gerais estará investindo em melhores condições de trabalho para os seus servidores, o que se refletirá, sem sombra de dúvida, em maior qualidade dos serviços prestados à população.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Saúde para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 5.095/2009, do Deputado Ademir Lucas, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à Sra. Márcia Silva Coutinho pela inauguração do Augustus Buffet e Recepções. (- À Comissão de Turismo.)

Nº 5.096/2009, do Deputado Ademir Lucas, em que solicita seja encaminhado ao Secretário Adjunto de Educação pedido de providências a fim de que sejam marcadas eleições para o cargo de Diretor do Centro de Educação Continuada - Cesec - Cidade Industrial.

Nº 5.097/2009, do Deputado Ademir Lucas, em que solicita seja encaminhado à Secretária de Educação pedido de providências a fim de que sejam marcadas eleições para o cargo de Diretor do Centro de Educação Continuada - Cesec - Cidade Industrial. (- Distribuídos à Comissão de Educação.)

Nº 5.098/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Jarbas Soares Júnior por sua posse no cargo de Presidente da Associação Brasileira do Ministério Público de Meio Ambiente - Abrampa. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 5.099/2009, do Deputado Gil Pereira, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para o asfaltamento dos trechos Guaraciama-Juramento, passando por Pau d'Óleo, e Guaraciama-Glaucilândia. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 5.100/2009, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado à Promotora de Justiça da Comarca de Carmópolis de Minas pedido de providências para que se agilize a apuração da denúncia constante em representação das Sras. Mariluzia Cristina Rabelo de Melo e Alicieny Amaral de Castro e para que, comprovando-se a perseguição de que se dizem vítimas, seja proposto um termo de ajustamento de conduta com o Executivo Municipal a fim de que cesse tal prática. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 5.101/2009, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado à Corregedoria-Geral da PMMG, à Ouvidoria de Polícia do Estado e ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e de Apoio Comunitário pedido de providências para apurar denúncia de arbitrariedade policial e violação de direitos humanos praticadas contra o Sr. Walter Duarte, Vereador da Câmara Municipal de São Gonçalo do Sapucaí.

Nº 5.102/2009, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado às Sras. Patrícia Medina Varotto de Almeida e Vanessa Campolina Rebello Horta, Promotoras da 23ª e da 7ª Promotorias de Justiça de Contagem, respectivamente, e ao Sr. Márcio Lobato Rodrigues, titular da 1ª Delegacia Regional de Contagem, pedido de providências para apurar as causas do falecimento da Sra. Raimunda Corrêa Lima, ocorrido na Policlínica do Bairro Ressaca, em Contagem.

Nº 5.103/2009, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social pedido de providências para a implantação de um Centro de Internação de Adolescentes na área da 12ª Região Integrada de Segurança Pública, em Ipatinga.

Nº 5.104/2009, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Ministro da Justiça e ao Diretor-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal pedido de providências para aumentar o quadro de pessoal desta Polícia no Estado, especialmente na área abrangida pela 6ª Delegacia.

Nº 5.105/2009, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social pedido de providências para viabilizar a implantação de uma Apac na Comarca de Ipatinga.

Nº 5.106/2009, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social pedido de providências para criação de uma Companhia Independente da Polícia Militar em Coronel Fabriciano.

Nº 5.107/2009, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social pedido de providências para a construção de um novo prédio do Instituto Médico-Legal em Ipatinga.

Nº 5.108/2009, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social pedido de providências para aumento do efetivo da Polícia Civil da 12ª Região Integrada de Segurança Pública.

Nº 5.109/2009, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social pedido de providências para construção da sede da 12ª Região Integrada de Segurança Pública, em Ipatinga.

Nº 5.110/2009, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça pedido de providências para implantação de uma Promotoria da Infância e Juventude na Comarca de Ipatinga.

Nº 5.111/2009, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social e à Secretária de Educação pedido de providências para que o Programa de Erradicação das Drogas - Proerd - seja levado a todas as escolas do sistema estadual de ensino.

Nº 5.112/2009, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social pedido de providências para a criação de uma Divisão Especializada de Repressão a Crimes Ambientais que atenda à área da 12ª Região Integrada de Segurança Pública - Risp -, tendo em vista que há na referida Região dois parques florestais, bacias hidrográficas e exploração mineral.

Do Deputado Arlen Santiago em que solicita seja criada a Frente Parlamentar de Valorização do Serviço Médico.

- É também encaminhado à Mesa requerimento da Comissão de Segurança Pública.

Proposições não Recebidas

- A Mesa, nos termos do inciso III do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber a seguinte proposição:

REQUERIMENTO

Do Deputado Doutor Viana em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à Academia Mineira de Letras por seu centenário de fundação.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Transporte, de Assuntos Municipais, de Segurança Pública, do Trabalho e de Participação Popular (2) e do Deputado Elmiro Nascimento.

Oradores Inscritos

- Os Deputados Weliton Prado, André Quintão, Padre João, Domingos Sávio e Almir Paraca proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

Registro de Presença

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - A Presidência registra a presença, em Plenário, do Presidente do Guarani - esse clube tão querido em Minas Gerais -, Edilson; do Rômulo, Secretário de Esportes de Divinópolis; do Araújo e do Renatinho. Vamos nos lembrar daquele grande time, em que o Araújo jogou pelo Guarani, composto pelo Hermes, Chocolate, Miltinho, Araújo, Coca, Carlos Roberto, Lucinho, Catatau, Juca

Bala, Jeremias e Prego.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Acordo de Líderes

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

Os Deputados que este subscrevem, representando a totalidade dos membros do Colégio de Líderes, acordam em que seja prorrogado até 3 de dezembro deste ano o prazo para recebimento de emendas aos Projetos de Lei nºs 3.808/2009, do Governador do Estado, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2008-2011, e 3.809/2009, do Governador do Estado, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2010.

Sala das Reuniões, 26 de novembro de 2009.

Luiz Humberto Carneiro, Líder do BSD - Padre João, Líder do Bloco PT-PMDB-PCdoB - Inácio Franco, Líder do BPS - Ruy Muniz, Líder do DEM - Carlos Pimenta, Líder do PDT - Dimas Fabiano, Líder do PP - Domingos Sávio, Líder da Maioria - Sávio Souza Cruz, Líder da Minoria.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A Presidência acolhe o Acordo e determina seu cumprimento.

Mesa da Assembleia, 26 de novembro de 2009.

João Leite, no exercício da Presidência.

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 5.101/2009, da Comissão de Direitos Humanos, 5.102/2009, da Comissão de Assuntos Municipais, e 5.103 a 5.112/2009, da Comissão de Segurança Pública. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Transporte - aprovação, na 22ª Reunião Ordinária, em 25/11/2009, do Projeto de Lei nº 3.412/2009, do Deputado Sávio Souza Cruz, com a Emenda nº 1, e dos Requerimentos nºs 5.004/2009, do Deputado Dinis Pinheiro, e 5.010/2009, do Deputado Weliton Prado; de Assuntos Municipais - aprovação, na 34ª Reunião Ordinária, em 25/11/2009, dos Requerimentos nºs 5.001/2009, da Deputada Ana Maria Resende, e 5.038/2009, do Deputado Braulio Braz; de Segurança Pública - aprovação, na 25ª Reunião Extraordinária, em 25/11/2009, dos Requerimentos nºs 4.980/2009, do Deputado Weliton Prado, e 5.016/2009, da Comissão de Direitos Humanos; do Trabalho - aprovação, na 25ª Reunião Ordinária, em 25/11/2009, dos Projetos de Lei nºs 3.604/2009, do Deputado Célio Moreira, 3.722/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 3.758/2009, do Deputado Walter Tosta, 3.818/2009, do Deputado Ivair Nogueira, 3.835/2009, do Deputado Juarez Távora, 3.843/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 3.861/2009, do Deputado Ruy Muniz, 3.867/2009, do Deputado Célio Moreira, 3.868/2009, do Deputado Délio Malheiros, 3.879/2009, do Deputado Eros Biondini, 3.893/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 3.894/2009, do Deputado Ademir Lucas, e dos Requerimentos nºs 5.011 e 5.012/2009, da Comissão de Assuntos Municipais; e de Participação Popular (2) - aprovação, na 11ª Reunião Extraordinária, em 25/11/2009, das Propostas de Ação Legislativa nºs 1.034, 1.037, 1.048, 1.051, 1.068, 1.074, 1.080, 1.121, 1.125, 1.136, 1.191, 1.205, 1.211, 1.217 e 1.218/2009, de autoria popular, na forma de requerimentos; 1.056, 1.058, 1.077, 1.081, 1.134, 1.178 e 1.208/2009, de autoria popular, na forma de emendas aos Projetos de Lei nºs 3.808 e 3.809/2009; 1.069, 1.087, 1.124, 1.168, 1.183, 1.185 e 1.216/2009, de autoria popular, na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 3.808/2009; 1.083/2009, de autoria popular, na forma de requerimento e de emendas aos Projetos de Lei nºs 3.808 e 3.809/2009; 1.060 e 1.091/2009, de autoria popular, na forma de requerimento e de emendas ao Projeto de Lei nº 3.808/2009; e rejeição das Propostas de Ação Legislativa nºs 1.071, 1.112, 1.119, 1.126, 1.204 e 1.215/2009, de autoria popular; e aprovação, na 12ª Reunião Extraordinária, em 25/11/2009, das Propostas de Ação Legislativas nºs 1.038 e 1.179/2009, de autoria popular, na forma de emendas aos Projetos de Lei nºs 3.808 e 3.809/2009; 1.075, 1.092 e 1.127/2009, de autoria popular, na forma de requerimentos; 1.040 e 1.045/2009, de autoria popular, na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 3.808/2009; 1.135/2009, de autoria popular, na forma de emenda aos Projetos de Lei nºs 3.808 e 3.809/2009 e de requerimento; 1.043/2009, de autoria popular, na forma de projeto de lei; e 1.103 e 1.109/2009, de autoria popular, na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 3.809/2009; e rejeição das Propostas de Ação Legislativas nºs 1.070 e 1.130/2009, de autoria popular (Ciente. Publique-se.).

Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento da Comissão de Segurança Pública solicitando seja encaminhado ao Secretário de Estado de Segurança Pública do Estado da Bahia pedido de informações sobre o sequestro, cumulado com roubo de carga, do Sr. Moisés Fernando Vasconcelos, caminhoneiro residente no Município de Ipatinga, desaparecido desde 20/6/2008, conforme Ocorrência nº 0032008011133 da 1ª Coordenadoria de Polícia de Feira de Santana (BA), cujo inquérito policial se encontra sob responsabilidade da Delegacia Especializada em Roubo de Cargas do mesmo Município. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Vem à Mesa requerimento do Deputado Padre João solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos do seu § 1º, transferi-la ao Deputado Almir Paraca. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o Deputado Almir Paraca.

- O Deputado Almir Paraca profere discurso, que será publicado em outra edição.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as especiais de logo mais, às 20 horas, e de amanhã, dia 27, às 9 e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 54ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 13/11/2009

Presidência dos Deputados Domingos Sávio e Carlin Moura

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - 1º Paine! Composição da Mesa - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Marcelo Bechara - Palavras do Sr. Sérgio Esser - Palavras do Sr. Gérson Luiz de Almeida Silva - Palavras do Sr. Leonardo José de Melo Brandão - Palavras da Sra. Lidyane Ponciano - Palavras da Prefeita Maria do Carmo Lara - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Deputado Carlin Moura - Palavras da Deputada Federal Jô Moraes - Entrega de homenagens - 2º Paine! Composição da Mesa - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Leitura do regimento proposto para a Conferência e apresentação de destaques - Votação do regimento, salvo destaques - Discussão e votação dos destaques - Leitura do regimento aprovado - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

Weliton Prado - Carlin Moura - Domingos Sávio - Maria Tereza Lara.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Domingos Sávio) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Carlin Moura, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à realização da Conferência Estadual de Comunicação.

1º Paine!

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. Gérson Luiz de Almeida Silva, Secretário Nacional de Articulação da Secretaria-Geral da Presidência da República, representando o Secretário-Geral da Presidência da República, Luiz Dulci; a Exma. Sra. Deputada Federal Jô Moraes; o Exmo. Sr. Sérgio Esser, Subsecretário de Comunicação Social da Secretaria de Estado de Governo; a Exma. Sra. Maria do Carmo Lara, Prefeita Municipal de Betim; os Exmos. Srs. Deputado Carlin Moura, membro das Comissões de Participação Popular e de Educação desta Casa; Marcelo Bechara, Presidente da Comissão Organizadora da Conferência Nacional de Comunicação; e Leonardo José de Melo Brandão, representando a sociedade civil empresarial; e a Exma. Sra. Lidyane Ponciano, representando a sociedade civil.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a cantar o Hino Nacional, acompanhando gravação da TV Assembleia.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Sr. Marcelo Bechara

Boa-noite. Antes de começar os cumprimentos oficiais, gostaria de dizer que é muito gratificante ver a realização desta conferência de comunicação aqui na minha terra. Realmente é uma emoção especial.

Exmo. Deputado Domingos Sávio, representando o Exmo. Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Exmo. Gérson Luiz de Almeida Silva, Secretário Nacional de Articulação da Secretaria-Geral da Presidência da República, companheiro de Governo, representando o Secretário-Geral da Presidência da República, Ministro Luiz Dulci; Exma. Deputada Federal Jô Moraes; Exma. Prefeita Maria do Carmo Lara; Exmo. Sr. Sérgio Esser, Subsecretário de Comunicação Social da Secretaria de Estado de Minas; Exmo. Deputado Estadual Carlin Moura; trago aqui as palavras de felicitação e os votos do Ministro das Comunicações, Hélio Costa. A realização desta conferência, no âmbito nacional, em especial em Minas Gerais, é um marco, uma conquista, uma luta travada por vários segmentos da sociedade, em especial pela sociedade civil organizada, mas teve, desde o começo, o apoio do Congresso Nacional, do Senado e do Governo Federal. Conseguimos, em tempo recorde, uma conferência que foi convocada no dia 16/4/2009, cujas etapas estão sendo realizadas em todas as unidades da Federação. Isso significa que todos os Estados brasileiros, mais o Distrito Federal, discutirão o tema da Conferência Nacional de Comunicação e os seus eixos temáticos. Isso é de uma importância sem precedentes. O Governo do Presidente Lula entende o processo conferencial como um modelo de democracia abrangente que pode colocar a sociedade brasileira em suas diversas facetas, em suas formas plurais de manifestação para discutir temas que são essenciais ao desenvolvimento do País.

Temos de fazer uma homenagem ao Estado de Minas Gerais, que prontamente convocou a sua etapa estadual. É muito interessante observar, mais uma vez, Minas Gerais dando um exemplo de democracia, porque é uma conferência promovida pelo governo do Estado de Minas Gerais,

mas realizada dentro da Assembleia Legislativa. Pelo que observamos até agora nas conferências, isso ainda não tinha ocorrido. Acabei de participar de uma reunião organizadora com diversos representantes do segmento empresarial do poder público e da sociedade civil. Realmente pude constatar aquilo que já sabíamos, que este é um Estado democrático, que gosta do diálogo, que trabalha em busca de consenso, de construções. E isso é conferência. Conferência é construir, é colocar mais um tijolo dentro do processo da democracia. Quando falamos de comunicação, estamos falando de um dos pilares fundamentais da democracia. Não existe democracia sem comunicação, não existe cidadania sem informação. São valores que, há muito tempo, são caros à nossa sociedade, mas que apenas agora, diante de um grande processo de revolução tecnológica em que temos informações instantâneas, dinâmicas, imediatas, multiplicadas e colocadas de forma global, passam a ter relevância.

Agradeço, em nome do Subsecretário Sérgio Esser, Presidente da Comissão Organizadora Estadual de Minas Gerais, a organização, a realização deste evento. Tenho a certeza de que as propostas que Minas Gerais produzirá na etapa nacional terão peso, serão consideradas, discutidas, e que esse modelo de consenso, de democracia, de respeito às adversidades, será um modelo a ser seguido pelas etapas estaduais que virão. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Sérgio Esser

Boa-noite. Exmo. Sr. Deputado Domingos Sávio, representando o Exmo. Sr. Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Exmo. Sr. Gérson Luiz de Almeida Silva, Secretário Nacional de Articulação da Secretaria-Geral da Presidência da República, companheiro de governo, representando o Secretário-Geral da Presidência da República, Ministro Luiz Dulci; Exma. Sra. Deputada Federal Jô Moraes, em nome da qual cumprimento todo o Poder Legislativo; Exma. Sra. Prefeita Maria do Carmo Lara, representando os Prefeitos de Minas Gerais; Exmo. Sr. Deputado Estadual Carlin Moura, companheiro da comissão organizadora da conferência, com quem tenho aprendido muito; Exmo. Sr. Marcelo Bechara, Presidente da Conferência Nacional, que nos honra com sua presença e, certamente, irá dar-nos um excelente apoio na condução dos trabalhos; participantes; colegas de comissão; gostaria de começar falando um pouco do que entendemos por comunicação. Comunicar significa tornar comum. Comunicação, por consequência, significa a ação de tornar comum. Fica fácil vermos como a comunicação é parte da essência da democracia, como salientou o Bechara.

Democracia nada mais é que o compartilhamento de valores, ideias, atitudes, crenças, comportamentos e regras por parte de uma sociedade aceitos pela maioria. Para que isso seja feito, precisamos da comunicação, precisamos fazer circular as informações.

Digo isso, primeiro, para cumprimentar o governo federal pela iniciativa de convocar a Conferência Nacional de Comunicação. Atitude corajosa. Com ela e as conferências estaduais e municipais, todos contribuirão para fortalecer o nosso regime democrático. Conforme a nossa história e a nossa tradição, Minas Gerais não poderia deixar de participar de uma iniciativa dessas. Por isso o governo de Minas convocou esta conferência, por determinação do Governador Aécio Neves, para que os mineiros também tivessem voz e apresentassem suas propostas ao País.

Em segundo lugar, essa visão da importância da comunicação nos fará refletir sobre nossa responsabilidade nesta conferência. Temos o privilégio histórico de discutir propostas que poderão melhorar a circulação de informações, a melhor aplicação de recursos públicos e privados na mídia, o fortalecimento de canais de comunicação entre a sociedade, governos e meios de comunicação, entre outros temas, tudo em benefício do cidadão.

Para chegarmos até aqui, foi constituída uma comissão organizadora, composta por colegas da sociedade civil, da sociedade civil empresarial e do setor público, a qual trabalhou muito, com profissionalismo e dedicação, apoiada por servidores da Subsecretaria de Comunicação do Governo de Minas e profissionais especializados. Esperamos que vocês tenham todas as necessidades atendidas ao longo da conferência. Se alguma coisa não funcionar ou puder melhorar, peço que procurem o pessoal da produção. O sentido do nosso trabalho é servir.

Neste momento, devo também, em nome da comissão organizadora e em nome do governo de Minas, agradecer ao Presidente Alberto Pinto Coelho, que, desde o primeiro contato, abriu as portas da Assembleia Legislativa para nós. A partir daí, contamos também com o valioso apoio e a experiência dos profissionais da Casa para organizarmos a conferência. Agora, é trabalhar duro nestes três dias para produzirmos o nosso caderno de propostas e moções, com a melhor qualidade técnica fundamentada nos valores éticos.

Agradeço a presença de todos, particularmente dos colegas do interior do Estado, que vieram de longe dar a sua contribuição. Agradeço também aos membros da comissão nacional, de Deputados e Prefeitos, que nos honram com sua presença. Por fim, desejo saúde, força e sabedoria para todos, a fim de chegarmos a um bom termo em nossa empreitada. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Gérson Luiz de Almeida Silva

Boa-noite. A todos saúdo em nome do Ministro Luiz Dulci, que, como está acompanhando o Presidente Lula em uma viagem à França e à Itália, me pediu que eu estivesse aqui, para fazer essa saudação. Para mim, é uma grande honra e satisfação voltar a Minas Gerais, à cidade de Belo Horizonte, lugares que têm sido marcantes em minha trajetória de construção política, em minha vida pública.

Saúdo o Deputado Domingos Sávio, Presidente dos trabalhos, aqui representando o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa de Minas; a Deputada Federal Jô Moraes; a Sra. Maria do Carmo Lara, Prefeita de Betim, que representa as dezenas de Municípios brasileiros que realizaram suas conferências municipais; o Sr. Sérgio Esser, Subsecretário de Comunicação Social da Secretaria de Estado de Governo, que preside a comissão organizadora e deve receber reiterados parabéns pela condução dos trabalhos que realizou, pela serenidade nessa condução, que pude observar ao vivo; o Deputado Estadual Carlin Moura; o meu colega Marcelo Bechara, que preside, em nome do Ministro Hélio Costa, a comissão organizadora da Conferência Nacional de Comunicação, a quem louvo, em nossa longa jornada de trabalho comum, a paciência que tem tido, sabendo superar, em cada momento, as dificuldades que um processo como este implica. Cumprimento também todos os companheiros e colegas da comissão organizadora nacional e da comissão organizadora estadual.

A primeira Conferência Nacional de Comunicação, por si só, justifica a sua convocação. É importante ressaltarmos que o processo de construção da Conferência Nacional de Comunicação está dentro de um contexto: foram realizadas 103 conferências no País. É um processo que coloca em discussão temas de relevância muito grande, como a comunicação, a política nacional para as cidades, a política nacional para a habitação, a política nacional para as mulheres contra qualquer tipo de discriminação, a política nacional de combate ao racismo, enfim, um rol de assuntos extremamente significativos, além de saúde, assistência social, meio ambiente, crianças e adolescentes e tantos outros temas.

A realização de conferências no Brasil é uma tradição que vem de longe, porque a primeira conferência de que temos registro é a de 1941, a Conferência Nacional de Saúde. Dessas 103 conferências, 64 foram realizadas de 2003 até agora, sem contarmos as 9 conferências que estão convocadas, estão em processo avançado de discussão e preparação e serão realizadas até abril de 2010. Com isso, contabilizaremos mais de 4.600.000 brasileiros que, em alguma etapa dessa conferência, participaram de forma ativa, com suas opiniões, com suas contribuições, com suas críticas, no processo de construção das políticas públicas do País.

A Conferência Nacional de Comunicação foi convocada pelo Presidente da República, que designou o Ministro Hélio Costa como coordenador, secundado pelo Ministro Luiz Dulci e pelo Ministro Franklin Martins. Quando o Presidente Lula convocou a Conferência Nacional de

Comunicação, abriu-se um processo que teve início nos Municípios, passou pelos Estados, como estamos fazendo aqui hoje, até chegar ao âmbito nacional.

Quero ilustrar isso. Vejam que, agora, programas como o Minha Casa, Minha Vida devem muito ao processo, por exemplo, da Conferência Nacional das Cidades. Os setores lá representados, aqueles que lutam pela reforma urbana no País, sobretudo, produziram resoluções que apresentam a necessidade de uma política acelerada de superação do "deficit" habitacional, especialmente para os setores mais pobres da população. A conferência nacional foi a primeira instância que ousou estabelecer uma meta de políticas para que isso fosse viabilizado. Aqui está o programa.

Hoje, o setor da construção civil do País passa pelos melhores momentos de sua história. A política nacional de combate à desigualdade racial, por exemplo, é filha direta das conferências nacionais promovidas pela área específica, assim como a política nacional das mulheres e a política nacional da juventude, que abriram as portas das universidades federais ou privadas para setores que, até então, estavam interditados ou tinham muitas dificuldades para entrar nas universidades, e daí por diante.

Cito esses exemplos apenas para situar a importância desta Conferência Nacional de Comunicação. Ela é um espaço. O objetivo das conferências não é ganhar ou perder posição, mas estabelecer, sobretudo, uma arena pública que seja capaz de juntar os mais diferentes setores que se interessem pelos temas. Muitas vezes, na vida civil e na vida pública, não há um espaço que permita esse encontro, o olhar de um ao outro, a conversa e a discussão, inclusive a possibilidade de divergências que podem parecer muito radicais no momento, mas é preciso que sejam submetidas ao exercício de ouvir o outro, de entender as suas razões e de serem escutados pelo outro, que também entenderá suas razões. Percebemos que aquilo que parecia ser tão impossível, o encontro em poucos encontros, passa a experimentar aproximações depois desse exercício. O objetivo da conferência de comunicação é viabilizar aproximações nesse tema tão importante para a construção e para o aprofundamento democrático brasileiro, como já foi dito anteriormente. Não há ninguém que duvide que uma comunicação democrática seja um pilar fundamental para o aprofundamento de qualquer tipo de democracia, de qualquer experiência democrática.

Senhoras e senhores, saúdo todas as organizações sociais que têm construído conosco e que aqui experimentarão a possibilidade de buscar os encontros. Saúdo os setores empresariais nessa difícil trajetória desde abril, empenhando um esforço muito grande para construir essa conferência. Tenho certeza de que o processo final da conferência alegrará a quem a construiu, a quem se comprometeu com ela, mas entristecerá aqueles que não apostaram nesse procedimento e que não quiseram se submeter à discussão democrática em nível nacional. Estou certo disso.

Não se trata apenas de buscar convergências e unidades, mas que possamos, com honradez, seriedade e respeito mútuo, estabelecer as questões em que há divergências, opiniões distintas. Isso não é ruim; isso é bom, desde que seja feito com respeito, com reconhecimento e com responsabilidade. Para construir uma pauta nacional, aprofundar a democracia brasileira, uma democracia inclusiva, que, crescentemente, diminua todos os tipos de desigualdades, seja econômica, seja de acesso à produção e aos meios de comunicação, seja de qualquer natureza, é preciso organizar uma pauta nacional que incida nas Assembleias Legislativas, nas Câmaras Municipais, nas Prefeituras e no governo federal. E que possamos, a partir do exercício de aproximações, produzir uma legislação, um regramento e políticas públicas muito mais qualificadas e melhores.

Desejo uma boa conferência a todos em Minas Gerais. A conferência nacional já é um sucesso. Todos os Estados brasileiros realizarão conferências nacionais, nem todas como em Minas, convocadas pelo governo estadual e com um forte apoio da Assembleia, mas quase todas elas convocadas pelos governos estaduais, pelas Assembleias Legislativas ou por representantes de empresários, das organizações sociais e dos governos. Parabéns. Boa discussão.

Estou muito certo de que, ao final desse processo, a sociedade brasileira estará com uma maturidade muito maior para conseguir superar as grandes dificuldades que ainda existem no País. Cito, como exemplo, a conferência do Acre, que deliberou haver telefonia dentro dos seringais. Que bom estarmos num momento no Brasil em que os seringueiros do interior do Acre podem discutir e pleitear para que o Estado, em suas várias formas, chegue lá com toda a qualidade e todos os serviços. Esse é o Estado brasileiro que queremos para todos os brasileiros, de forma qualificada. A conferência de comunicação é um passo para ajudar nisso. Parabéns a todos. Desejo uma boa conferência a todos nós.

Palavras do Sr. Leonardo José de Melo Brandão

Boa-noite. Cumprimento todos aqui presentes, os integrantes da Mesa e o Deputado Domingos Sávio. Cumprimento especialmente o Subsecretário Sérgio Esser, que, ao longo das últimas semanas, tão bem conduziu a comissão que elaborou e implementou esta conferência. Chegamos aqui, a este momento histórico da comunicação em Minas Gerais. O trabalho do Subsecretário Sérgio Esser deve ser reconhecido por todos nós.

Serei breve porque, daqui de cima, fica mais fácil ver a multiplicidade de pessoas, certamente de opiniões, de desejos, de sonhos e de necessidades. Essa multiplicidade está representada nos três segmentos que estão presentes e que, no fundo, são a sociedade brasileira. Estamos num momento histórico. Minas pode dar o exemplo, para todo o Brasil, de convergência na divergência, não com a aplainação necessária nas nossas opiniões contrárias, mas com o respeito mútuo, com a partilha, com a intenção de crescimento e de colaboração. Depois desses dois dias e de uma noite de convivência democrática, poderemos indicar para o País as propostas de políticas públicas benéficas e necessárias para a nossa sociedade, para cada um de nós. Espero sinceramente que, ao longo desses dias, possamos, a cada momento, praticar a democracia na sua melhor forma, para que, no final do domingo, mostremos para o Brasil a nossa criatividade e o nosso comprometimento com o setor das comunicações, que tanto precisa da nossa participação. Muito obrigado. Que seja uma conferência inesquecível para todos nós.

Palavras da Sra. Lidiane Ponciano

Boa-noite a todos. Antes de fazer o meu discurso, quero dizer que estamos nos empenhando para resolver o problema do credenciamento das pessoas do movimento social. Espero que amanhã esteja tudo resolvido.

Boa-noite a todos e a todas. Agradecemos a vocês que aqui vieram para prestigiar a nossa I Conferência Estadual de Comunicação. Destacamos o Subsecretário Sérgio Esser, Presidente da comissão organizadora, e, na sua pessoa, cumprimos também a Mesa e todas as autoridades presentes.

Nosso agradecimento a esta Casa Legislativa por nos haver gentilmente acolhido, cedendo-nos este espaço, que se faz agora palco para a discussão de temas de suma relevância para a sociedade brasileira. É uma honra para nós a oportunidade de aqui estarmos representando os movimentos sociais envolvidos, direta e indiretamente, na luta pela democratização da comunicação.

Gostaríamos de parabenizar especialmente todas as entidades e movimentos sociais que tiveram papel fundamental na realização desta conferência estadual; das conferências regionais e municipais de Governador Valadares, Sete Lagoas, São José da Lapa, Fabriciano, Região Metropolitana de Belo Horizonte, Sabará, Betim, Pouso Alegre, São Gonçalo do Rio Abaixo, Teófilo Otôni, Uberlândia, Uberaba e Lafaiete; das

conferências livres LGBT, da juventude, dos estudantes e dos trabalhadores, entre várias outras discussões que contribuíram positivamente para os debates que virão.

Peço uma salva de palmas para as 59 entidades da Comissão Mineira Pró-Conferência, as quais trabalharam arduamente nessa construção coletiva.

A luta pela democratização da comunicação é muito recente, comparativamente a outras bandeiras históricas. Começou há aproximadamente 30 anos e, inicialmente, era capitaneada por um grupo seleto de pessoas. Em 2004, ela aparece pela primeira vez na agenda política nacional por iniciativa da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Em 2007, no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, aconteceu o Encontro Nacional de Comunicação, também por iniciativa da Comissão de Direitos Humanos, com a Comissão de Ciência e Tecnologia, que nos valeu a conquista de duas grandes defensoras da democratização da comunicação, a Deputada Federal Luiza Erundina e Maria do Carmo Lara. Ali, naquele encontro, do qual participava o Ministério das Comunicações, houve uma tentativa de transformar o evento na I Conferência de Comunicação do Brasil. Mas os movimentos sociais pela democratização da comunicação, junto com outros segmentos dos movimentos sociais, posicionaram-se contra em manifestações públicas e escreveram a Carta de Brasília, em que repudiávamos qualquer discussão que excluísse a sociedade. Assim foram formadas as comissões pró-conferência, que, por mais de dois anos, lutaram pela realização da I Conferência Nacional de Comunicação.

Hoje estamos aqui, firmes, no cume das pautas políticas estadual e nacional. Temos a oportunidade de propor políticas públicas de comunicação que contribuam para o estabelecimento de um marco regulatório para o setor.

Também temos a oportunidade de nos manifestar publicamente contra qualquer tipo de censura, seja ela midiática, monetária ou política. Devemos ainda protestar e propor um controle social efetivo para acabar de vez com o estímulo midiático à homofobia, ao racismo e a qualquer outro tipo de preconceito.

Estamos aqui nesta conferência para propor, ainda, o fim dos monopólios e oligopólios. Para formular políticas públicas que visem ao fomento da produção nacional, à regionalização e diversificação da produção, ao financiamento e à criação de órgãos reguladores, ao fim da descriminalização das rádios comunitárias, à implantação de conselhos de comunicação social deliberativos, entre tantas outras bandeiras.

Esta é uma conferência diferenciada, cheia de querelas, agruras, dificuldades, empecilhos. Todos esses conflitos de interesses e a retirada de várias entidades empresariais da Comissão Organizadora Nacional serviram para demonstrar que a mídia é muito mais que o quinto poder. A recusa em discutir o marco regulatório da comunicação torna evidente a necessidade premente da organização social para lutar contra a hegemonia dos donos da mídia.

Hoje a comunicação começa a ser vista como um direito humano, coletivo. Essa discussão tem ido além dos movimentos sociais, chegando ao interior do País. Essa é a grande vitória da conferência. Mas ainda temos muito o que avançar. A sociedade precisa aprender a reivindicar seus direitos à democratização da comunicação, como faz nas áreas da saúde, segurança e educação. É a luta por justiça, pelo pleno exercício da democracia e pela aplicabilidade de políticas públicas de comunicação que nos move.

É por isso que todos nós, militantes ou não, mas crenças na construção de um mundo melhor, em que toda a sociedade tenha espaços midiáticos que garantam a livre manifestação, envolvemo-nos inteiramente nessa luta.

Para explicitar esse sentimento de garra que nos trouxe aqui hoje, nada melhor que citar Gonzaguinha:

"Quando eu soltar a minha voz / Por favor, entenda / Que palavra por palavra / Eis aqui uma pessoa se entregando / Coração na boca / Peito aberto / Vou sangrando / São as lutas dessa nossa vida / Que eu estou cantando / Quando eu abri a minha garganta / Essa força tanta / Tudo que você ouvir / Esteja certo / Que estarei vivendo / Veja o brilho dos meus olhos / E o tremor nas minhas mãos / E o meu corpo tão suado / Transbordando toda a raça e emoção."

Viva a democratização da comunicação!

Palavras da Prefeita Maria do Carmo Lara

Boa-noite a todos e todas. Cumprimento o Deputado Domingos Sávio, representando aqui o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente desta Casa; e os Srs. Sérgio Esser, Subsecretário de Comunicação Social; Marcelo Bechara, aqui representando o Ministro Hélio Costa; Gérson Luiz, representando o Sr. Luiz Dulci, Secretário-Geral da Presidência da República; o representante dos empresários; o representante da sociedade civil; a Deputada Federal Jô Moraes; o Deputado Carlin Moura; a Deputada Maria Tereza Lara; o Deputado Welton Prado e demais presentes.

A história vai-se fazendo, construindo-se, e esta conferência é um passo fundamental. Temos de reconhecer que o governo do Estado fez o decreto para a realização da conferência. Reconhecemos também a importância do Subsecretário Sérgio Esser na realização desta conferência. Como disse a Lidyane, foi uma caminhada. O Presidente Lula e o nosso Governador chamaram-nos à Conferência, que teve o envolvimento de todos os movimentos e da Assembleia Legislativa. Fiquei feliz de estar lá como Deputada, acompanhando tudo de perto, e aqui, como Prefeita, vivendo este segundo passo. Agradeço a todos, ao jornalista Washington Melo, que se encontra presente e esteve no seminário que realizamos em Betim com os Prefeitos da Região Metropolitana de Belo Horizonte, o qual foi coordenado pelo Prefeito Rogério Avelar, nosso Presidente.

A Sra. Lidyane Ponciano - Em 27 de outubro, realizamos um seminário com a presença de Prefeitos, da sociedade civil, do jornalista Washington, representando o governo do Estado e a comissão organizadora, de outros jornalistas, do Deputado Carlin Moura, da Deputada Maria Tereza Lara. Foi um dia intenso de debate. Elaboramos uma carta, que trouxemos para entregar à conferência estadual. O Prefeito Rogério Avelar, nosso Presidente da Granbel, não pôde comparecer e me pediu que falasse em nome da Granbel e em seu nome e que entregasse, como contribuição à conferência, a carta com os temas tratados no nosso seminário da Região Metropolitana. Registramos a importância do momento e a esperança de que, por meio de diálogo, conferência, debate e encontro, possamos construir a democratização da comunicação, tema cada dia mais importante em nossa vida, em nossa sociedade. Que esse tema possa somar-se cada vez mais ao fortalecimento da democracia. Muito obrigada.

Palavras do Sr. Presidente

Exmo. Sr. Gérson Luiz de Almeida Silva, Secretário Nacional de Articulação da Secretaria-Geral da Presidência da República, representando o Sr. Luiz Dulci, Secretário-Geral da Presidência; Exmo. Sr. Sérgio Esser, Subsecretário de Comunicação Social da Secretaria de Governo, nosso grande amigo e Presidente da Comissão Organizadora deste evento; Exma. Deputada Federal Jô Moraes, nossa amiga deste Parlamento mineiro; prezado amigo e colega de Parlamento Deputado Carlin Moura; prezado Marcelo Bechara, Presidente da Comissão Organizadora da Conferência Nacional de Comunicação; prezada amiga Maria do Carmo Lara, Prefeita de Betim; prezada Lidyane Ponciano, aqui representando os movimentos sociais; prezado Leonardo Brandão, aqui representando a sociedade civil empresarial; profissionais da comunicação de todo o

Estado; empresários; trabalhadores; lideranças comunitárias; todos se unindo no firme propósito de construirmos um modelo melhor e alicerçado nos princípios democráticos. Em nome do Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia, quero dar as boas-vindas a todos e me dirigir a vocês e a todos os mineiros que nos acompanham por meio da TV Assembleia ou de outros veículos de comunicação que cobrem este evento.

Quero destacar a alegria da Assembleia mineira de receber a Conferência de Comunicação de Minas Gerais. Dessa forma, mais uma vez a Assembleia se coloca perante a sociedade como um espaço democrático de debates. Em se tratando de uma conferência de comunicação, essa abertura aos debates ganha maior relevância, tendo em vista que os veículos e os profissionais de comunicação já passaram por períodos conturbados em nosso país. Há algum tempo, a censura tolhia diversas formas de manifestação do pensamento e até mesmo a mera prestação de informações. Esse tempo deve ser lembrado para que jamais permitamos que se repita. Em nosso atual contexto democrático, a comunicação deve dar-se de forma absolutamente livre. Sabemos que ela já não se restringe à mídia tradicional, embora saibamos que esta é imprescindível.

Vivemos em um mundo globalizado, no qual muitas vezes as informações devem ser transmitidas e disponibilizadas em segundos. A internet e o telefone são instrumentos bastante adequados para tal fim. A internet, por exemplo, embora seja relativamente recente, já se tornou um instrumento indispensável no mundo moderno. Um computador interligado à rede mundial nos permite acesso a todo momento a qualquer tipo de informação. Mesmo no tocante aos meios de comunicação tradicionais, vivemos um momento de grandes avanços, como a recente implantação da TV digital no País. A nova tecnologia é capaz de fornecer melhores serviços à população e de propiciar a interação entre usuário e mídia.

Quanto à relação do Legislativo mineiro com a imprensa, acreditamos na concepção de democracia de Robert Dahl, conceituado cientista político que afirma que a democracia depende, entre outros fatores, da garantia de liberdade de expressão e de fontes alternativas de informação. Em um sistema livre e democrático, transparência, ética e conhecimento são valores imprescindíveis aos comunicadores. Como informadores e formadores de opinião que são, o cuidado para que não se faça mau uso da palavra deve ser um constante norteador dos trabalhos. Além de dispormos na Casa dos mineiros de nossos próprios meios de comunicação, como a TV Assembleia e a agência de rádio, buscamos as parcerias necessárias com os demais veículos, sempre em prol da maior difusão das informações.

Uma das diretrizes que norteiam os nossos trabalhos é a aproximação máxima com a sociedade. Nesse aspecto, temos na imprensa uma aliada constante. Ela tem o potencial de transformar qualquer pessoa em verdadeiro cidadão, pois, por meio das informações recebidas, tem-se o embasamento necessário para se realizar uma análise crítica e, conseqüentemente, a fiscalização dos nossos trabalhos. Com isso, assegura-se o processo de interlocução entre o Parlamento e a sociedade e contribui-se para a consolidação do poder do cidadão, tornando efetiva a democracia participativa a que nos propomos.

Os exemplos dados e a própria realidade do nosso cotidiano nos fornecem argumentos suficientes para integrar esta Conferência e apoiar a sua realização. A importância da comunicação para toda a sociedade eleva o tema ao âmbito do interesse público. Por tudo isso, esperamos que os segmentos aqui representados tenham como parâmetro para os debates a busca constante por melhores diretrizes e políticas públicas para a comunicação de Minas Gerais.

Como última palavra, quero registrar o meu reconhecimento à comissão organizadora e congratular-me com ela por intermédio do Subsecretário Sérgio Esser. Deixo aqui o meu testemunho de que, desde o primeiro momento, em cada ação, atitude e oportunidade de debate, imperou o princípio que norteia todos nós, mineiros, expresso nas palavras do sábio e respeitado Tancredo Neves: "O maior compromisso de Minas é com a liberdade". Não podia ser diferente no governo Aécio Neves, com a área de comunicação comandada pelo Subsecretário Sérgio Esser. Digo isso porque, num primeiro momento, ainda se cogitava a possibilidade de nem sequer haver conferência em alguns Estados. Infelizmente isso acabou ocorrendo em alguns que não a convocaram. Essa convocação teria sido importante para dar o suporte, a devida oxigenação, favorecer o debate a partir das bases, para se ter uma conferência nacional produtiva. Quando ainda imperava essa sensação, alguns movimentos sociais nos procuraram - lembro-me bem da ansiedade da Lidiane e de outros, temerosos de alguma dificuldade -, e encontramos as portas do governo de Minas e das Secretarias escancaradas. Não apenas isso, mas uma disposição absoluta de debater e organizar o evento a várias mãos, num ambiente democrático na origem. Nem poderia ser diferente, senão viria eivado de algum vício.

Deixo, portanto, o testemunho de que, já na organização, prevaleceu o espírito democrático, o respeito às diversidades de opinião, o que é extremamente saudável e formará o principal ambiente desse palco. Mas a diversidade de opinião deverá ser norteadora por esse espírito mineiro do compromisso com a liberdade e da busca do entendimento.

E o Secretário Sérgio Esser muito bem expressou isso, não só até agora como, tenho certeza, haverá de expressar na continuação dos trabalhos, coordenando, como Presidente da comissão organizadora, todo o debate, num ambiente democrático, em que as desigualdades são saudáveis, promovem a evolução humana, mas devem pautar-se pelo respeito e pela busca do entendimento. Parabéns a todos vocês que aqui vieram e sucesso na realização desta Conferência Estadual de Comunicação. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Carlin Moura

Boa-noite a todos e a todas. Quero fazer desse cumprimento um ato também de agradecimento. Saúdo o Deputado Domingos Sávio, que preside esta reunião, a Deputada Maria Tereza, o Deputado Weliton Prado, todos os colegas Deputados desta Casa e de, forma muito especial, o Presidente da Assembleia, Deputado Alberto Pinto Coelho, que, desde a primeira hora, teve a compreensão do papel político e democrático da Assembleia de Minas Gerais, que foi parceria fundamental na realização desta Conferência, tendo até me indicado como membro titular à comissão organizadora.

Agradeço a todos os servidores da Casa o importante apoio, sobretudo neste momento, em que trabalharam e ajudaram na realização desta Conferência. Queremos elogiar também este instrumento público que é fundamental, modelo para o Brasil, que é nossa TV legislativa, que está fazendo a cobertura de todo o evento. A TV Assembleia é exemplo concreto da democratização da comunicação. Cumprimento nosso Subsecretário Sérgio Esser, dizendo-lhe que o governo de Minas Gerais está de parabéns. Deu bom exemplo para o Brasil ao ter coragem de realizar esta Conferência de forma participativa e democrática. São Paulo não teve capacidade para seguir esse exemplo. O governo de Minas está de parabéns por ter realizado esta Conferência junto com os demais participantes. Agradeço e cumprimento de forma muito especial a jornalista Lidiane Ponciano e, na sua pessoa, saúdo e parabenizo o que há de mais especial em Minas, que são os movimentos sociais, que há anos lutam e se organizam pela democratização da comunicação do Brasil. O Movimento Pró-Conferência e o Movimento pela Democratização são exemplares; sem dúvida, a força desta Conferência deve muito a vocês, sociedade civil organizada. Vocês estão de parabéns. Cumprimento também o Leonardo José Brandão, representante do setor empresarial, ressaltando o importante papel que desempenhou. Colaborou durante todo o tempo, procurou construir o consenso, para que esta Conferência fosse realizada. Cumprimento o Marcelo Bechara, da Comissão Organizadora Nacional, que, sem dúvida, terá grande trabalho pela frente, na Conferência Nacional; com certeza, dará conta do recado. Cumprimento o Sr. Gerson Luiz, representante da Secretaria-Geral da Presidência da República, dizendo que, mais uma vez, com a realização de mais uma conferência neste país, o governo do Presidente Lula demonstra seu compromisso com a democracia. As conferências populares realizadas pelo governo Lula conseguiram mobilizar diretamente mais de 3.500.000 pessoas. É desta forma, ouvindo a sociedade, que se aprofunda a democracia. Cumprimento a Prefeita Maria do Carmo Lara, que representa esta nova visão do gestor municipal. Tive oportunidade de participar de várias conferências, como, por exemplo, o seminário de Betim, com diversos Prefeitos: de Lagoa Santa, São Joaquim de Bicas, Esmeraldas, São José da Lapa. Diversos Prefeitos tiveram participação importante. Sem dúvida, a democratização da comunicação passa pelo

Município. A Prefeita Maria do Carmo está de parabéns, pois foi grande guerreira, quando Deputada Federal, na defesa da realização desta Conferência. Saúdo a Deputada Federal Jô Moraes, lembrando que ela tem grande responsabilidade, pois o Congresso Nacional terá o papel de acolher as propostas que serão apresentadas pelos Estados e que serão votadas na Conferência Nacional, a fim de que se transformem na grande realidade da democratização do País.

Nestas palavras finais, quero dizer que esta Conferência de Minas Gerais realiza-se em momento simbólico. No dia 15, domingo, completaremos 20 anos do primeiro segundo turno realizado no País, após a redemocratização, o de 1989.

Justamente num sábado, estávamos realizando o último debate entre os dois candidatos que foram para o segundo turno, e aquele 1989 é o marco do que nossa democracia não conseguiu cumprir, porque os meios de comunicação, àquela época, interferiram de forma descabida no processo democrático. Ao mesmo tempo, transcorridos 20 anos, temos hoje o marco de que a democracia brasileira caminha a passos firmes para seu aperfeiçoamento. Só teremos sociedade verdadeiramente democrática com a democratização dos meios de comunicação, com a possibilidade de os diversos segmentos, as diversas correntes de opinião, os diversos setores da sociedade civil terem direito a se comunicarem, em verdadeira aldeia global democratizada, e de que todos possam expressar suas opiniões e ideias. Acreditamos que esta Conferência de Minas e a Conferência Nacional darão passo importante para a verdadeira democratização da comunicação no Brasil. Vocês estão de parabéns. Uma excelente Conferência de Comunicação de Minas Gerais.

Palavras da Deputada Federal Jô Moraes

Boa-noite a todos e a todas. Quando fazemos estes cumprimentos, parece mera formalidade, mas não é. Os cumprimentos são a expressão da força política da realização de um evento. Por isso cumprimento o Presidente desta sessão, Deputado Domingos Sávio, aqui representando o Presidente Alberto Pinto Coelho, que, na presteza de atender, expressou seu compromisso democrático; cumprimento o Gérson Luiz, aqui representando nosso querido Ministro Dulci; o Marcelo Bechara, que gastou toda a paciência do mundo na construção deste processo, do que sou testemunha; cumprimento nossa Prefeita, incorporada a esta batalha há muito tempo; a Lidyane, guerreira deste processo, mesmo antes da coordenação da Comissão Pró-Conferência; cumprimento o Leonardo e, em sua pessoa, os setores empresariais pela capacidade de compreender que este debate, que a participação popular efetivamente garante que os meios de comunicação não sejam monopolizados, porque a diversidade é nossa grande emancipação. Deixei para o fim o cumprimento ao Subsecretário Sérgio Esser. Sou da Comissão de Ciência e Tecnologia e da Subcomissão da Conferência Nacional de Comunicação, e cabia a mim e a todos os membros a responsabilidade de discutir. Estive com o Subsecretário Sérgio Esser e me surpreendi, considerando-se minha expectativa. O Subsecretário prontamente respondeu à iniciativa, o que serviu de exemplo ao restante. Ter medo do debate não ajuda. A construção da comunicação é exercício de libertação humana, é direito à informação plural, diversificada, representando toda a imensidão de nosso país, que é multifacetado. Mas é ter direito a informar também, é ter direito a rádio comunitária, a que os sindicatos emitam suas opiniões, a opinar sobre a que meu filho assistirá na minha casa. Por isso, sem dúvida alguma, esta Conferência é marco na conquista democrática, na construção democrática. É marco para compreender que a informação tem de estar a serviço de projeto. Nosso projeto é construir um Brasil forte, desenvolvido, soberano, ambientalmente saudável, com a superação de suas desigualdades sociais, com seu desenvolvimento e o florescimento de tudo o que representa nossa nação. O Brasil está grávido de si mesmo. O Brasil descobriu que, em suas entranhas, está seu futuro, que é o pré-sal. O Brasil está-se descobrindo para se apresentar ao mundo. Por isso esta Conferência é grande conquista.

Lembrando Mao Tsé-Tung, que mil flores floresçam nesta conferência e que possamos produzir aquilo de que o País precisa, que é diversidade, a construção da sua soberania. Parabéns a vocês por terem construído no cotidiano e por estarem aqui, assumindo o papel que lhes cabe, o de fazer deste país uma grande nação.

Entrega de Homenagens

O locutor - Neste momento, faremos uma homenagem a pessoas que se destacaram pelos serviços prestados em comunicação social no Estado de Minas Gerais. A homenagem será prestada a três segmentos: à sociedade civil, à sociedade civil empresarial e ao poder público.

Convidamos o Sr. Sérgio Esser para proceder à entrega das homenagens e, para tanto, solicitamos-lhe a gentileza de se dirigir ao local indicado.

Convidamos a vir à frente receber a homenagem do segmento sociedade civil o Sr. Dídimo Paiva, militante do movimento sindical jornalístico, ex-Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais em pleno regime militar, autor do manifesto "Terror cultural", no qual esse cidadão honorário belo-horizontino ousou redigir um protesto contra a violência ditatorial, exigindo o restabelecimento da legalidade constitucional no País. Até hoje suas defesas intransigentes pela liberdade de expressão estão acima de interesses pessoais e corporativistas.

Convidamos para receber a outra homenagem o Sr. José Cleves, jornalista contra o qual foi cometido um dos maiores crimes já vistos em toda história do Brasil, contra o ser humano e a liberdade de imprensa. Foi acusado de matar a própria esposa em dezembro de 2000, excredo pela mídia local e nacional, mas absolvido pelo STJ em sentença definitiva em 2009. José Cleves, em nome da liberdade de imprensa e de expressão, pagou caro por ter denunciado a banda podre da polícia mineira em diversas matérias publicadas pelo jornal "Estado de Minas".

Convidamos o psicólogo Humberto Verona, Presidente do Conselho Federal de Psicologia, representando a entidade Psicólogos do Brasil. É especialista em saúde pública e em psicologia organizacional e consultor da Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. O Conselho há vários anos tem-se engajado na defesa dos direitos humanos no Brasil. Entre suas linhas de ação está a democratização da comunicação no nosso País. O Conselho tem protagonizado diversas lutas em defesa da população, fazendo frente ao monopólio midiático e convocando a categoria de psicólogos a fazer análises de conteúdos midiáticos que têm produzido fortes impactos sobre a produção das subjetividades e identidades culturais, transmitindo um discurso sobre a realidade e impondo valores e ideais. O Conselho Federal vem continuamente lutando pelo controle social da mídia, ferramenta essencial para a promoção da comunicação democrática no Brasil.

Convidamos a receber a próxima homenagem o Sr. Raimundo Aniceto, radialista, representando a Abraço e ABCCOM. A radiodifusão pública não estatal surge num processo extremamente difícil, dentro da luta de classes que se desenvolve pacificamente em todos os setores de nossa sociedade, tendo que lidar com grandes capitalistas que impedem as manifestações mais populares. Um exemplo desta luta é a Rádio Constelação, mantida durante anos pela Aliança Nacional dos Deficientes Físicos - Anadefi - e fechada violentamente pela Anatel. O Sr. Raimundo Aniceto da Silva, que assume a Presidência da Rádio Constelação, é a legítima representação daqueles que sonham com uma verdadeira democracia neste país e que lutam contra a ditadura da mídia.

Vamos convidar agora para receber a homenagem do segmento sociedade civil empresarial os seguintes senhores: Norton de Faria Melo, que representa, neste ato, o Sr. Calistrato Borges de Muros, professor e engenheiro que ocupou o cargo de Diretor Técnico e assumiu a diretoria da Telemig na década de 70. O Sr. Calistrato acompanhou todo o processo de implantação do Agente de Integração no Estado e atualmente é Presidente de honra do Cieemg.

O Sr. Calistrato Borges de Muros atuou como professor em importantes instituições de ensino do Estado, como a UFMG, a PUC Minas, a Universidade Federal de Itajubá e o Instituto Nacional de Telecomunicações - Inatel -, em Santa Rita do Sapucaí, no Sul de Minas.

Convidamos o Sr. João Martins Sales Filho, que, neste ato, representa o Sr. João Carlos Saad, administrador de empresas pela FGV, que iniciou sua carreira profissional em 1968 no rádio, tanto em AM quanto FM. Foi responsável pela expansão das duas redes de rádio em todo o território nacional. Coordenou a consolidação e a expansão do Grupo Bandeirantes de Comunicação para outros meios de comunicação como TV a cabo, jornal impresso e mídia exterior. Assumiu a Presidência do Grupo Band em 1999 e foi Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores - Abra - de junho de 2005 a junho de 2006.

Convidamos para receber a próxima homenagem o Sr. José Luiz da Silva, que representa, neste ato, o Sr. Edgard Mello. Formado em Filosofia e Teologia pelo Seminário de Mariana, com curso de extensão em Administração de Empresas na Universidade de Columbia, Estados Unidos, e na Fundação João Pinheiro. Profissional de propaganda e publicidade há 46 anos, foi gerente regional da McCann-Ericsson Publicidade, em Belo Horizonte, e fundou, em 1963, a ASA Criação de Publicidade Ltda., hoje ASA Comunicação.

Temos a honra de convidar para receber a homenagem o Exmo. Deputado Domingos Sávio, médico-veterinário formado pela UFMG e produtor rural em Divinópolis, Município onde iniciou sua carreira política. Eleito Deputado Estadual em 2002, foi Presidente da Comissão de Administração Pública e da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Como membro da Comissão de Cultura, foi autor do projeto de lei que deu origem ao Fundo Estadual de Cultura. Coordena as Frentes Parlamentares de Apoio à Cultura e de Defesa das TVs e Rádios Públicas e Educativas. Participa das Frentes Parlamentares da Uemg, do Cooperativismo, da Silvicultura, da Saúde e da Criança e do Adolescente. É o atual Líder da Maioria na Assembleia.

Chamamos agora, para receber a homenagem do segmento poder público, a Sra. Maria do Carmo Lara, Prefeita de Betim em segundo mandato. Natural de Esmeraldas, Minas Gerais, foi Deputada Federal entre os anos de 1999 a 2008, com atuação importante como relatora do projeto que proíbe a publicidade de produtos infantis dirigida especificamente às crianças. Pela proposta, fica proibido qualquer tipo de publicidade em rádio, televisão e internet de produtos ou serviços dirigidos às crianças, das 7 horas às 21 horas. Esse tipo de divulgação deverá ser dirigida diretamente ao público adulto. Neste ano, Maria do Carmo foi idealizadora, junto à Granbel - Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte -, do Seminário de Comunicação de Betim.

Convidamos para receber a próxima homenagem o Sr. Guy de Almeida, fundador da TV Minas Educativa e Cultural. O Sr. Guy de Almeida, também idealizador da Frente Nacional pela Democratização da Comunicação, é um dos jornalistas mais respeitados e consagrados de Minas Gerais.

Por fim, convidamos o Deputado Carlin Moura para fazer a entrega da homenagem ao Sr. Sérgio Esser, Subsecretário de Comunicação Social da Secretaria de Governo.

O Sr. Presidente - Antes de dar sequência, gostaria de fazer registro, por questão de justiça, enaltecendo o brilhante trabalho dos servidores desta Casa, que hoje se unem com os servidores da Secretaria de Comunicação do Estado. O Deputado Carlin Moura e a nossa querida Deputada Jô Moraes mencionavam a importância da participação popular, das conferências. Sem esse trabalho fantástico na fase de organização, no pós-evento, nos encaminhamentos dele originados, jamais obteríamos os resultados fantásticos que Minas tem oferecido não só ao povo mineiro, mas também ao povo brasileiro. O Dr. Gérson e o Dr. Marcelo vêm aqui representando o governo federal. A Assembleia de Minas tem muito de que se orgulhar; na pessoa dos funcionários da Gerência de Projetos Institucionais, do Cerimonial, da própria TV Assembleia, da Área de Comunicação da Assembleia, da Segurança, do cafezinho, da limpeza, aqui a Casa do povo tem o povo trabalhando para todos os mineiros, e esse pessoal merece de todos nós grande reconhecimento e grande salva de palmas. Parabéns a esses servidores que estarão hoje, no sábado e no domingo, trabalhando para que esta Conferência dê certo.

2º Painel

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos Srs. Sérgio Esser, Coordenador dos trabalhos; Leonardo José de Melo Brandão; Leonardo Alves Batista, representando a sociedade civil; e Marcelo Bechara.

O Sr. Presidente (Deputado Carlin Moura) - A Presidência informa aos participantes que terá início o processo de aprovação do regimento interno da Conferência.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O Sr. Coordenador (Sr. Sérgio Esser) - Boa-noite. Como houve distribuição equivocada de cartões amarelos para vocês, faremos a troca. Este aqui será o cartão que nos orientará nas votações. Por isso nosso pessoal da organização percorrerá toda a plenária para efetuarmos essa troca. Solicito a todos os que têm esse cartão que fiquem com ele à vista, em todas as dependências. Fiquem todos com o cartão à vista. O pessoal da organização observará quem tem o cartão e o crachá que o credencia a votar, para receber este cartão laranja, que passará a ser o cartão válido para as votações. Também peço às pessoas que estão aqui na frente e não são credenciadas que fiquem mais retiradas, para termos espaço aqui embaixo, para que os colegas de conferência, que estão nas galerias, possam aproximar-se com maior facilidade.

Enquanto providenciarmos essa troca, procederemos à leitura do regimento. Todos receberam o regimento em suas pastas. Recomendo que fiquem com ele à mão, para acompanhar essa leitura. Durante a leitura, quem quiser fazer destaque a algum artigo, por favor, levante o crachá e escreva qual é o destaque no bloco que vocês têm. Devem ter em mãos o texto a ser proposto para mudar algo no regimento. Se for para supressão de artigo, escrevam: "Artigo tal, supressão".

Ao término da leitura, recolheremos os pedidos de destaque já formulados e escritos e daremos até três minutos para cada pessoa vir ao microfone para defender o seu destaque.

Se o destaque for pela supressão, imediatamente, faremos a votação, pois não discutiremos algo que poderá ser aprovado e que tenha de ser retirado. Por isso, é importante dizer se é supressão.

Se for alteração, a pessoa terá até três minutos, no máximo, para fazer a sua argumentação. Em seguida, os membros da comissão organizadora dos três segmentos, se for o caso, poderão responder, ou seja, contestar essa proposta de destaque. Em seguida, faremos a votação.

Adotamos essa metodologia da comissão para ganharmos tempo e para que quatro ou cinco pessoas não falem sobre o mesmo destaque.

O Deputado Carlin Moura recomendou que os destaques só poderão ser apresentados durante a leitura do regimento. Fiquem atentos e levem o crachá se quiserem fazer um destaque, em todas as dependências da plenária.

Leitura do Regimento Proposto para a Conferência e Apresentação de Destaques

O Sr. Coordenador - Peço ao Sr. Leonardo José de Melo Brandão, da sociedade empresarial, que inicie a leitura do regimento. Quando estiver na metade, passaremos a leitura ao Leonardo Alves Batista, da sociedade civil. Ficaremos atentos, para anotarmos os destaques.

- Procede-se à leitura do regimento proposto e à apresentação de destaques.

Votação do Regimento, Salvo Destaques

O Sr. Coordenador - Pediria que todos levantassem seu crachá ou cartão para que possamos proceder à verificação do quórum. (- Pausa.) Antes da apreciação dos destaques, quero propor à plenária a votação, em bloco, do regimento, ressalvados os destaques, que iremos apreciar em seguida. Em votação, o regimento, salvo destaques. Quem quiser aprovar, por favor, levante a mão. (- Pausa.) Está aprovado o regimento. Há votos contrários e abstenções? (- Pausa.) Um voto contrário.

Discussão e Votação dos Destaques

O Sr. Coordenador - Neste instante, passaremos à discussão e à votação dos destaques.

- Procede-se à discussão e à votação dos destaques.

Leitura do Regimento Aprovado

O Sr. Coordenador - Neste instante, passaremos à leitura do Regimento aprovado.

- Procede-se à leitura do Regimento aprovado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de amanhã, dia 14, às 9 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 55ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 14/11/2009

Presidência do Deputado Carlin Moura

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Palavras do Sr. José Luiz Gattás Hallak - Palavras do Sr. Marcus Manhães - Palavras do Sr. Carlos Alberto de Almeida - Palavras do Sr. Antônio Telles - Palavras do Sr. Luís Carlos Bernardes - Palavras do Sr. Leonardo José de Melo Brandão - Palavras do Sr. Marcelo Bechara - Registro de presença - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

Carlin Moura - Domingos Sávio - Gláucia Brandão.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Carlin Moura) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- A Deputada Gláucia Brandão, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização da Conferência Estadual de Comunicação, com palestras sobre os eixos temáticos, a saber: "Produção de conteúdos", "Meios de distribuição" e "Cidadania: direitos e deveres".

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Gérson Luiz de Almeida Silva, Secretário Nacional de Articulação da Secretaria-Geral da Presidência da República, representando o Secretário-Geral da Presidência da República, Luiz Dulci; Sérgio Esser, Subsecretário de Comunicação Social da Secretaria de Estado de Governo e Coordenador dos trabalhos; Carlos Alberto de Almeida, Marcus Manhães, Kerison Lopes e Luís Carlos Bernardes, representando a sociedade civil; José Luiz Gattás Hallak, Leonardo José de Melo Brandão e Antônio Telles, representando a sociedade civil empresarial; e Marcelo Bechara, Presidente da Comissão Organizadora da Conferência Nacional de Comunicação e representante do poder público.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O Sr. Coordenador (Sr. Sérgio Esser) - Bom-dia. Antes de ouvirmos os especialistas nos três eixos temáticos, quero dar algumas informações.

Ainda estamos atualizando o número de inscrições dos participantes para a discussão dos eixos temáticos, porque o credenciamento está sendo realizado agora, na parte da manhã, até às 10 horas. O dado que tenho aqui - a informação é de ontem - é que no grupo "Produção de conteúdo" foram cadastrados 67 participantes; no grupo "Meios de distribuição", 125; e no grupo "Cidadania: direitos e deveres", 113. Temos a possibilidade de subdividir esses grupos de 125 e 113 participantes em ambientes aqui da Assembleia. Na parte da tarde, pediria aos coordenadores indicados pelos segmentos sociais que chegassem um pouco antes do horário previsto para os trabalhos nos grupos, que será às 14 horas, para tomarmos a decisão de dividir ou não com nossa assessoria de organização.

Outra questão é que adotaremos a seguinte metodologia para as palestras: os Srs. Antônio Telles, pela sociedade empresarial, e Carlos Alberto de Almeida, pela sociedade civil, falarão sobre "Produção de conteúdo". Os Srs. Marcus Manhães, pela sociedade civil, e José Luiz Gattás Hallak, pela sociedade empresarial, falarão sobre "Meios de distribuição". O Sr. Luís Carlos Bernardes, pela sociedade civil, falará sobre "Direitos humanos e cidadania". A sociedade civil não comentará o tema.

Os dados atualizados da inscrição para os grupos temáticos são: "Produção de conteúdo", 76; "Meios de distribuição", 128; "Cidadania e direitos humanos", 126.

A metodologia usada será a seguinte: cada palestrante e representante do segmento falará alternadamente sobre cada eixo temático, de tal maneira que tenhamos, ao mesmo tempo, a visão dos segmentos sobre o tema apresentado.

Gostaria de propor que o Bechara fechasse o painel porque ele poderá nos proporcionar uma visão, do poder público sobre os três eixos temáticos, que é o que está previsto, como também sobre outras questões da Conferência Nacional, como marcos regulatórios, detalhes, etc.

Vamos começar com os Meios de Distribuição. Convido a fazer a palestra, pela sociedade civil, o José Luiz Gattás Hallak, mineiro de São João del-Rei, formado em Engenharia Elétrica e Administração de Empresas e em Telecomunicações desde 1973. Hoje ele é representante institucional da OI em Minas. Com a palavra, o Sr. José Luiz Hallak que discorrerá sobre o tema "Meios de distribuição".

Palavras do Sr. José Luiz Gattás Hallak

Bom-dia. Estão todos com cara de sono, não sei por quê. Disseram que a gandaia ontem foi boa, depois que saíram daqui.

Temos um trabalho muito importante para fazer e não quero falar especificamente dos meios de distribuição, quero fazer uma abordagem de algo muito mais abrangente, de algo mais importante que está acontecendo. Nos últimos 10 a 12 anos, tivemos três grandes acontecimentos na área de telecomunicações, ou comunicações, que é mais abrangente. Vamos falar desses três grandes acontecimentos.

Começaremos falando um pouquinho da privatização, que foi um marco neste País, e que teve como consequência a universalização, fazendo com que chegasse em qualquer rincão do País e a qualquer pessoa a capacidade de se comunicar. Comunicação é um produto meio divino, não solta fumaça, não faz mal ao pulmão e é onipresente, porque, por meio da comunicação, podemos estar em qualquer lugar. E é também onisciente porque podemos tomar conhecimento de qualquer coisa que aconteça. E exatamente por esses motivos, também é maior a responsabilidade. Ninguém pode dizer que não sabia, por isso não participou. Estamos aqui participando, porque sabemos que é importante.

Vamos falar sobre a privatização. Antes da privatização tínhamos 18 milhões de terminais fixos neste país, com quatro milhões e meio de terminais na mobilidade e atendíamos 22 mil localidades no Brasil.

Segundo dados da Anatel, de setembro, temos 44 milhões de assinantes na área de telefonia fixa, 166 milhões na mobilidade e 37 mil localidades atendidas. Aconteceu um crescimento de mais de 50%. Se lembrarmos que o País tem 5.564 sedes municipais, podemos multiplicar por sete o número de localidades. É um crescimento muito grande e muito forte, mas que ainda não chegou a todos. Quando dizemos que temos 191 milhões de habitantes, com 166 milhões de telefones celulares, na verdade, a proporção não acontece dessa forma. Na área dos pré-pagos muitas pessoas têm dois, três ou quatro "chips", cada um de uma operadora, com suas promoções. E também muitas pessoas usam regularmente dois ou três "chips". Na verdade, talvez 2/3 da população já tenham esse meio de comunicação. Isso é muito elevado, se considerarmos o percentual de crianças que não conseguem ter nem sabem como utilizar. Vemos alguns com cinco, seis, sete anos, mas a maioria não tem. Além disso, se considerarmos as pessoas já idosas que não querem ter, já se alcançaram muitas pessoas no Brasil, o que é um grande marco.

A consequência foi a universalização a fim de garantir que esse benefício fosse utilizado por todos. O que é a universalização em telefonia fixa? Qual o conceito de universalização? São as obrigações a que estão sujeitas as concessionárias de serviços de telefones fixos comutados, ou seja, a Oi, a CTBC, a Sercomtel e a Telefonica em serviços locais. Temos, ainda, a Embratel, ao falarmos em serviços fixos de longa distância. Essas são as que têm obrigações no conceito de universalização. Quais são essas obrigações? Elas devem possibilitar o acesso de qualquer pessoa ou instituição aos serviços de telecomunicações independentemente da localização. Devem permitir a utilização de telecomunicações e serviços essenciais de interesse público. Na telefonia fixa, temos que atender a todas as localidades. Qual o conceito de localidade? São aglomerados que têm uma circunscrição territorial, cujas construções adjacentes estão localizadas em uma distância não superior a 50m. Essa foto mostra um exemplo de aglomerado. Há metas para atendimento. Toda localidade que tem de 100 a 300 habitantes, em área considerada aglomerado, deve ter pelo menos um telefone de uso público disponível para comunicação. Toda localidade que tem mais de 300 habitantes numa área próxima, com construções, com distância menor do que 50m entre si, deve ter serviço disponível para atender às necessidades individuais, além de ter telefone de uso público, colocado de tal maneira que as pessoas não necessitem se movimentar mais do que 300m para alcançá-lo dentro da área urbana.

Hoje, o telefone público é pouco utilizado. O celular distorceu sua utilização, embora seu uso seja bem mais barato. Ele já era malculado, malvisto, e seu uso ficou menor. Devíamos aproveitar e usá-lo mais. Isso mostra, no interior, como se chega com o equipamento rádio para chegar com o telefone de uso público. Ai, temos uma ligação que é via satélite. Para cumprir obrigação, hoje já não há a desculpa de que não existem meios para chegar. Pode-se chegar via rádio, via satélite e via cabo.

Na banda larga, há um compromisso também com a universalização. Nos contratos de concessão das companhias, na área de telefonia fixa, existe uma obrigação de instalação até 31/12/2010 e prestação de serviços gratuita até 2025 em todas as escolas públicas urbanas. Para vocês terem uma ideia, no Brasil serão atendidas 57.000 escolas, e, em Minas Gerais, 5.300. Hoje, temos 3.520 escolas públicas em Minas Gerais com banda larga disponível gratuitamente até 2025. Na zona rural, deve-se viabilizar a instalação de um posto de serviço, se houver demanda das cooperativas, desde que seja feita uma solicitação por parte delas.

Dessa forma, mostramos a importância da universalização e quanto isso foi muito bem cuidado para que acontecesse. Mais do que isso, também na telefonia móvel, onde não existia compromisso de universalização, este foi introduzido, quando houve leilão para as licenças de 3G, que é a terceira geração.

Aqui, estão algumas das obrigações. Até 2016, teremos de disponibilizar serviço de telefonia móvel em todas as localidades com menos de 30

mil habitantes. Hoje, já existe a 3G, e vamos continuar a implementá-la.

Estes são alguns dados, para vocês terem ideia de como tudo funciona. Hoje, há 37 mil localidades atendidas; são 43 milhões de telefones fixos instalados, sendo 21 mil para deficientes motores e 4 mil para deficientes auditivos. Com 20 milhões de habitantes, os dados de universalização de Minas Gerais nos trazem que há 4.200.000 telefones instalados, sendo 3.400 em serviço na área de telefonia fixa.

O terceiro marco é este aqui, que estamos construindo juntos. Nossa responsabilidade é muito grande. Temos de elaborar proposições e diretrizes para a política nacional de comunicação. Esses são os meios para a construção de direitos e de cidadania na era digital. Ontem, tivemos uma noite de debates acalorados. Isso significa participação e empenho. Por causa da serenidade do Sérgio Esser, nossos ânimos foram aplacados. Isso é muito importante.

Nos dois primeiros itens, de alguma forma podemos ter tido participação. Mas, neste item, não temos apenas participação, é mais que isso, estamos construindo o terceiro item.

Agradeço a todos pelo empenho e pela disposição de estar aqui na sexta-feira, à noite, no sábado e no domingo, mas podem ter a certeza de que somos privilegiados por estar aqui. É certo que temos conhecimento, mas também temos obrigações, pois representamos muita gente que nem sabe do que tratamos, mas isso afetará a vida deles de maneira forte e direta. Muito obrigado a todos. Bom-dia.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Sr. Coordenador - Um colega trouxe à mesa duas perguntas. A primeira: "Depois das palestras, haverá debate?". De acordo com nosso regimento, não há destaque nem debates. Isso ocorrerá no trabalho de grupo. Esta palestra é para dar uma visão geral de cada segmento sobre tema específico.

Convido o Sr. Marcus Manhães para discorrer sobre meios de distribuição pela sociedade civil. Ele é pesquisador da Fundação CPQD e desenvolve trabalhos para radiodifusão e telecomunicação desde 1984. Atualmente atua na digitalização da TV Terrestre e no desenvolvimento de serviços interativos que se aplicam à radiodifusão pública, educativa e comunitária.

Palavras do Sr. Marcus Manhães

Bom-dia. Represento a Fundação CPQD. Primeiro, faço um elogio a todos e agradeço o empenho da sociedade brasileira neste movimento da conferência nacional. Já é uma vitória chegar ao âmbito municipal. Quando chegamos ao estadual, já estamos entre os quatro do campeonato, tudo está indo bem. Imaginava que realizaríamos um debate. Por isso, preparei uma reflexão para dar subsídio a ele. Coloco-me à disposição para, no período da tarde, se vocês quiserem que esteja presente nesse item, estarei lá com a maior felicidade.

Nesta abertura, coloquei a bandeira de vocês. Temos um princípio nacional do que é a Bandeira Nacional. Quem é mineiro, talvez já tenha se acostumado, mas, para quem não é mineiro, ver esta bandeira e ler isto aqui, o significado é muito expressivo. Fazemos uma reflexão sobre os valores da sociedade contemporânea. De forma muito imediatista, esquecemo-nos de que tudo o que conquistamos até aqui foi com sangue e suor.

Indo diretamente ao tema, em relação à radiodifusão em telecomunicações, três marcos muito significativos fazem uma separação. O Código Brasileiro das Comunicações, de 1962, não corresponde ao atual nível tecnológico. A Constituição Federal de 1988 não se altera com tanta flexibilidade, mas estabelece competências da União e distingue o serviço de radiodifusão e de telecomunicações. A Lei Geral das Comunicações, de 1997, esta sim, a sociedade brasileira já pensa em alterar. É bastante importante ter isso em mente, não pensando exclusivamente do ponto de vista jurídico, legal, mas considerando as possibilidades que a sociedade pode conquistar a partir da atualização dessas leis.

O colega que me antecedeu falou uma série de coisas sobre a telefonia. Citou o exemplo do telefone público competindo com o celular. Observamos uma mudança agregando cada vez mais serviços, e o usuário que está em casa talvez nem perceba a efetiva diferença. Se quer falar, usa o celular ou o fixo. Isso é significativo quando se está em casa, usando os serviços mais simples. Em algumas comunidades neste país o serviço de voz ainda é o ideal. Há quem ainda não tenha telefone para falar.

A banda larga, vemos que pode estar estruturada em tecnologia sem fio. Hoje em dia fala-se muito em 3G, mas em muitos lugares nem o 2,5G atua.

O LTE ainda é uma tecnologia de quarta geração, assim como o Wi-Fi. Quem está com "laptop" aqui começa a perceber que há sinais de rede. Quem tiver acesso ao sistema pode-se conectar.

A forma de acesso, ou seja, como essa tecnologia - TV a cabo, TV por assinatura, internet, telefonia, ADSL, fibra ótica - se disponibiliza para o usuário é muito importante; implica os investimentos das empresas de telecomunicações, implica a capacidade do sistema e implica consumo de recursos. Isso ficará mais claro à frente.

A tecnologia está mudando. Houve um tempo em que mudava a cada 40 ou 50 anos. Agora, a cada três ou quatro anos, percebemos transições tecnológicas. Isso não acontece da mesma forma em radiodifusão, mas temos gerações tecnológicas sucessivas. A banda larga é cada vez mais larga e tem mais usuários, mas quando é sem fio implica mais consumo de espectro.

Esse quadro aqui embaixo nos mostra uma tendência de evolução da tecnologia para uma convergência na quarta geração. A partir daí, as coisas devem ser bastante iguais; porém, aqui no Brasil, todos estão difundindo a tal 3G. Os serviços estão sendo vendidos, a rede de celulares está sendo utilizada por uma solução de mobilidade em banda larga, mas essa tecnologia já é superada em alguns países europeus. Estamos trabalhando com uma tecnologia novó. Isso é importante. No Brasil, temos uma perspectiva de aplicação tecnológica que nunca é pioneira. Há vantagens em relação a isso. Não é necessariamente um prejuízo. A renovação tecnológica e o desenvolvimento de serviços é parte do "core business" das empresas, dos modelos de negócios, da perspectiva econômica e das possibilidades que a própria sociedade ganha em relação ao assunto. Estou fazendo um "over will", porque o tema tem uma grande diversidade.

Telecentros. Estamos falando de telecomunicações, de banda larga, mas também falamos da necessidade que as pessoas têm de dispositivos de informática. Portanto, falamos de tecnologia da informação e, para quem não tem acesso a isso, banda larga, "softwares", comunicação, redes sociais de internet, conhecimento. Temos pesquisas de implantação de telecentros e notamos que uma das dificuldades fundamentais é a população que nem sequer entende aquilo. Não é um caso específico de pessoas idosas ou analfabetos e semianalfabetos. Há uma parte significativa da população brasileira que tem nível de primeiro grau, o ensino fundamental em si, com dificuldades com relação a isso. Então, o desenvolvimento de jogos, inclusão social digital, o interesse público. Chamo isso de quebra-galho porque estamos numa fase de transição

tecnológica em que é importante que a potencialidade desses serviços de comunicação chegue aos lares. Esse é um objetivo que devemos ter em mente. Não quero telecentro, não quero computador num telecentro. Quero que isso chegue a cada lar brasileiro. Algo equivalente à penetração da TV; 98% dos lares brasileiros têm TV. Não têm fogão, geladeira, mas têm TV.

TV digital. Quanto à TV digital, foi estabelecido um padrão no Brasil que chamamos de sistema nipobrasileiro ou nipopan-americano, porque há uma perspectiva de que a escolha brasileira seja adotada por outros países da América Latina. Há também um esforço, para que se vá ao Caribe em relação a essa tecnologia.

Em relação ao marco regulatório e aos interesses dos radiodifusores, há uma briga entre as possibilidades que a tecnologia dá. Não se trata de limite tecnológico. A tecnologia da TV digital terrestre pode fazer bastante coisa, mas, quando você escolhe uma, ela implica interesses, especialmente nas regras, por exemplo, da remuneração da TV aberta, com audiência, propaganda, o preço do minuto de propaganda, etc. Portanto, multiprogramação e nanoprogramação são algo que implica isso.

Por que monosserviço e multisserviço? Porque, hoje em dia, a TV analógica é um monosserviço. Você tem, num canal de TV, um programa, mas pode ter serviços adicionais de dados, que podem ou não estar vinculados à programação. Posso estar assistindo à novela e ter uma informação de dados vinculada a uma propaganda comercial de algum produto que está aparecendo na TV, ou os serviços do governo que estão vinculados simultaneamente. Tecnicamente, há condições de implementar, mas isso implica modelo de negócio; por isso, a grande briga de interesses. A sociedade tem de compreender essas possibilidades e se posicionar a respeito, assim como os empresários estão fazendo. Mas a sociedade acaba sendo levada pela ignorância no tema. Esse é um dos compromissos que essas conferências de comunicação têm com os seus delegados.

Interatividade e canal de retorno significa que, além de você assistir à programação, pode buscar outras informações ou passar informações. Brincamos muito com esses programas "Big Brother", etc., em que a pessoa faz uso do serviço de "telecom", mas pode-se fazer algo muito mais significativo para a sociedade brasileira. Mas isso significa uma aproximação de telecomunicações e radiodifusão. Os radiodifusores podem estar duelando com as empresas de "telecom", para deter os direitos de operar esse canal de telecomunicações. Brincamos com a idéia do "replay" popular porque pode-se usar infraestrutura de transmissão de TV digital para fornecer alguns serviços de dados. Não seria, efetivamente, internet banda larga, mas ela possibilita que o usuário tenha serviços de dados ou de governo baseados nisso. É importante perceber a diferença especialmente entre as TVs comerciais, públicas e comunitárias, que têm interesses distintos. Por exemplo, no caso da multiprogramação, há o entendimento de que ela é possível para as emissoras públicas. Mas, se houver multiprogramação em TVs educativas ou comunitárias, pode-se ter maior número de atores propondo o conteúdo. Então, como se faz a aproximação de radiodifusão e telecom, há aspectos da convergência. A partir de 2016, a TV terrestre no Brasil deverá ser totalmente digitalizada. A implicação de atribuição, de planejamento, de canalização, de espectro e radiofrequência pode ser melhorada, otimizada e proporcionar mais canais, mais atores em cada região. Isso não é algo simplesmente técnico, influi significativamente no modelo de negócio das emissoras que têm a sua remuneração baseada na audiência. Muita gente no movimento social briga com a rádio comunitária. Aqui, fiz uma reflexão sobre o rádio analógico. Na tecnologia do AM, as ondas médias objetivam uma recepção local. Como ali não há uma qualidade sonora muito boa, ele perde muito na competição. Por isso os programas geralmente têm menos música e mais papo. Ondas tropicais e ondas curtas são extremamente importantes para um País com as dimensões do Brasil. Por exemplo, de Brasília, transmite-se uma programação para aquelas áreas isoladas da Amazônia. No FM, a recepção é local. Então, temos a rádio comercial, educativa e comunitária. A comercial tem o seu espaço garantido. Em algumas regiões isso não é necessariamente estabelecido, porque todo radiodifusor quer aumentar a sua área de cobertura e aí entra-se na questão de plano e canalização e nas regras de convivência do sistema. A rádio comunitária depende da Lei nº 9.612, que, na minha opinião, foi criada para não conceder a autorização, porque os limites técnicos são absolutamente inviáveis para que proliferem as rádios comunitárias. Isso é tecnicamente comprovado. Depois, gostaria de conversar muito sobre isso. Um dos argumentos recorrentes sobre a rádio comunitária são as interferências nas comunicações aeronáuticas, principalmente porque o sistema concedente não dá autorização. Esta figura aqui mostra um aviãozinho se aproximando do triângulo aqui na frente que representa a pista de pouso. Esta é uma seta real que os aeroportos têm que desenhar para as aeronaves. Quando uma aeronave se aproxima de um transmissor, ele vai aumentando o nível de potência da emissora. As emissoras comerciais que têm potência muito elevada, podem causar uma interferência do tipo B-2, ou seja, interfere sozinha. As interferências do tipo B-1, que são composições de sinais, precisam de pelo menos três emissoras para compor a interferência. É esta vermelhinha aqui. É importante saber que uma emissora sozinha não interfere e a rádio comunitária, operando com 25W até o Canal 280, pode estar distante 1,5Km do aeroporto que não interfere.

Rádio digital é uma tecnologia que está surgindo e um debate extremamente importante.

Cito exemplo do rádio que funciona em Wi-Fi, portanto um rádio internet, simultaneamente FM, com base para iPod. Quando você coloca iPod com música, sai da radiodifusão. Há vários sistemas, várias possibilidades. Fizemos um exercício com a Imex, com possibilidade de solução. Isso a mídia não divulga. Convergência: é uma atitude pública. Se você é usuário de qualquer tecnologia e resolve usar as coisas juntas, você define a convergência. Espero que essa apresentação esteja disponível a todos vocês. Não é uma questão de legislação. Muitos serviços podem ser utilizados simultaneamente. Espectro é mais ou menos o que ocorre no desenvolvimento das cidades. Quando o crescimento de uma cidade começa a explodir, não foram planejados transporte, rodovia, ônibus. Espectro é a mesma coisa. É momento de defendermos a tecnologia nacional, porque temos competência para tirar petróleo do pré-sal e fazer tecnologia para telecomunicação. Cabe ainda essa frase, que não preciso ler. Obrigado a vocês.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Sr. Coordenador - Obrigado, Manhães. Seguindo a nossa programação, falaremos sobre "Produção de conteúdo". Pela sociedade civil falará Carlos Alberto Almeida e pela sociedade empresarial o Antônio Telles. Primeiramente convido o Sr. Carlos Alberto de Almeida, que falará sobre "Produção de conteúdo". Carlos Alberto de Almeida é jornalista mineiro, formado pela Universidade de Brasília, onde desempenha sua profissão. Ele cobriu áreas econômicas e políticas para os jornais "Estado de Minas", "Jornal de Brasília", "Correio Braziliense", "Diário de S. Paulo", "O Globo", "Última Hora" e a revista "Análise". É âncora da TV Senado, Diretor da Telesur, correspondente da rádio de La Madres Plazo de Mayo, da Argentina.

Palavras do Sr. Carlos Alberto de Almeida

Bom-dia. É uma alegria muito grande estar aqui. Estamos iniciando uma nova etapa da luta pela democratização da comunicação, na história das lutas sociais no Brasil. Agradeço o convite e a oportunidade de voltar à minha querida terra, já que sou mineiro, de Campo Belo. Há ventos de mudança, não apenas no Brasil; há ventos de mudança na área da comunicação também na América Latina. Essas mudanças têm rumo, o rumo da recuperação dos espaços públicos midiáticos, antes controlados pela forma de mercado carteirizado. Isso tem sido objeto de transformação, ainda gradual, enfrentando-se grandes dificuldades, barreiras imensas. Sabemos que o tema da comunicação sempre esteve interdito. É uma espécie de tabu, que não pode ser discutido. A convocação desta conferência tira o tema da penumbra e o coloca na agenda do Estado e da sociedade brasileira, inclusive o setor empresarial. Mas essas mudanças implicam discutir formas de sistema. Depende muito da relação de forças de cada um dos países. Na Argentina foi possível, há 15 dias, a aprovação de uma nova lei que quebra o monopólio do grupo Clarín - semelhante ao grupo Globo, no Brasil - e estabelece que a radiodifusão deverá ter divisão tripartite: 33% para o setor empresarial, 33% para o setor público e 33% para a sociedade. Há ainda a possibilidade de a CGT, a universidade e outras entidades da sociedade civil terem, a partir de agora, concessão de rádio e televisão. Há mudanças muito importantes em curso; porém lá havia maioria parlamentar. Por isso a Presidente Cristina Kirchner teve a possibilidade de aprovar essa lei, antiga reivindicação da sociedade argentina. Aqui há reivindicações que ainda estão travadas. A Confecom é a oportunidade de se iniciar o processo de uma nova forma de produção da informação e da

comunicação no Brasil. Mas, para isso, é preciso discutir o modelo que está em curso. Muito provavelmente não teremos oportunidade agora de fazer um ajuste final de contas, como alguns pretendem, ou dar uma virada de mesa total, porque as relações de força no Brasil e a complexidade da instalação do desenvolvimento no capitalismo, sobretudo na área da comunicação no País, são muito mais intrincadas e complexas que nesses outros países; porém, o curso possível, que tem sido observado nos países que estão mudando a comunicação na América Latina, também pode servir de inspiração e de rumo para que iniciemos uma caminhada de transformação democrática na comunicação no Brasil também. Essa recuperação dos espaços públicos midiáticos significa hoje, na Bolívia, a existência de uma rádio indígena e de um jornal público, que já vende tanto ou mais que o maior jornal empresarial existente há décadas nesse país, e é um jornal público lançado há apenas seis meses. No Equador, significa um jornal público, a rediscussão do sistema de concessões e o fortalecimento de rádios e TVs públicas e rádios e TVs indígenas e comunitárias.

Nesse panorama de alterações, discute-se ainda aquela ideia de que as concessões não poderiam ser objeto de questionamento, mesmo quando eram consideradas vitalícias nos seus privilégios para certos setores monopolistas do empresariado, como na Venezuela, em que o tema também é debatido. No Brasil, as nossas relações de força implicam termos de medir a possibilidade, porque o único país da América Latina que conduzia essa caminhada de transformação através da convocação de uma conferência nacional é o Brasil. Mesmo no Uruguai, que também aprovou uma lei de radiodifusão muito importante e bem democrática, tal não se deu através da convocação da sociedade civil, conforme estamos observando no Brasil. Isso não significa que será mais fácil. Provavelmente será muito mais complexo. Possivelmente não será nesta primeira conferência que teremos condições de fazer todas as mudanças que sonhamos. Mas há possibilidades concretas de avançar nisso que tem sido sinalizado também pelas mudanças latino-americanas com o fortalecimento do campo público da comunicação. Aí vêm as TVs e rádios públicas, os programas públicos de comunicação, sejam eles até mesmo para universalizar e democratizar banda larga, por exemplo, ou como tem sido feito no Luz para Todos, uma ação de Estado visando a democratizar a eletricidade, que é uma coisa lá de trás.

Mas também se inicia a possibilidade, com a nova tecnologia de TV e rádio digital, de que a promessa tecnológica seja cumprida no sentido da democracia. Isso significa que temos de ter regras claras, porque não adianta ter tecnologia sem regras. Aquilo que estava escrito na Constituição de 1988, no seu capítulo da comunicação social, era um rumo bastante democrático. Lá está a proibição do monopólio, do oligopólio, o sistema tripartite complementar de comunicação. Isso não aconteceu em 1988 e posteriormente também não, porque observamos uma era de destruição e demolição do Estado, de "privataria" também. Não foi possível, então, haver relações de força para regulamentar aquilo que está na Constituição. Só regulamentar o que está no Texto Constitucional já significa, no caso da comunicação no Brasil, uma boa transformação. Por exemplo, o art. 223 dispõe que o sistema de comunicação deve ser complementar: público, estatal e privado. Pois estamos reivindicando, para mudar o sistema de produção da informação na comunicação, que se criem fatores ou um fator de complementaridade. Quer dizer, com a era da TV e rádio digital, que as concessões a serem feitas pelo poder público daqui para diante, num prazo, quem sabe?, de cinco a dez anos - porque não podemos fazer a virada de mesa abruptamente, não temos força para isso hoje -, sejam um fator que permita que se faça o reequilíbrio ou o equilíbrio, que nunca existiu. Ou seja, hoje 95% da comunicação são privados. O setor público é praticamente incipiente. Aliás, quero parabenizar a transmissão da TV Assembleia. Isso é exemplar, assim como ocorreu na conferência estadual do Paraná, também transmitida ao vivo pela TV Educativa do Paraná. Isso é exemplar para a sociedade brasileira, pois estamos com algumas mudanças importantíssimas no campo público da comunicação.

Esse fator faria com que, ao longo de cinco ou dez anos, a depender da discussão das forças que tenhamos - hoje não temos forças para mudar essas regras no Congresso Nacional - seja feita a complementaridade, para que, de fato, haja um sistema tripartite. Assim as novas concessões privilegiariam muito mais o setor público e estatal, as TVs educativas e legislativas, para formar uma nova realidade tripartite no Brasil. Mas não basta isso. Temos o esmagamento do audiovisual brasileiro, e é preciso dotar o Estado de instrumentos para fazer a reversão em nome da indispensável soberania informativa e cultural do povo brasileiro. Sabemos que hoje 85% do audiovisual que circula no Brasil são exclusivamente norte-americanos. Não é generalizadamente estrangeiro, mas norte-americano. Somos um País ocupado quanto a isso. Quando havia a Embrafilme - por isso reivindicamos que hoje exista a recuperação de um instrumento de Estado com capacidade para desenvolver a produção nacional de audiovisual -, chegamos a ter 40% do mercado brasileiro com filmes nacionais. Isso poderia ser significativo também para a televisão e outras produções, como as do campo audiovisual.

É preciso que haja instrumentos, pois sem eles não poderemos traduzir a vontade de democratizar a comunicação com formas bem concretas. O Estado deve estar habilitado, aparelhado e capacitado. Como o Estado foi capaz de recuperar-se - ainda que insuficientemente - para realizar o Luz para Todos ou apoiar as políticas públicas a agricultura familiar, que tem sido muito bem-sucedida, também no campo da comunicação é necessário que haja alguma forma de instrumentação do Estado a fim de enfrentarmos a esmagadora invasão do audiovisual estrangeiro. Isso nos leva ao desemprego, à descaracterização da nossa cultura e à incapacidade de podermos ter projetada nossa imagem como um País que pretende legitimamente jogar um papel muito mais protagonista no cenário internacional e é capaz de produzir a própria identidade de forma bem soberana, do ponto de vista informativo. Aí entra um problema grave: hoje as próprias informações de segurança nacional, por exemplo, informações militares, ainda circulam mediante sistemas criados a partir da privatização da Embratel. Ou seja, queremos jogar um papel protagonista no cenário internacional, mas não temos hoje, num país do porte do Brasil e com as riquezas que temos, como o pré-sal e a Amazônia, um tesouro de biodiversidade, uma empresa pública no campo do satélite. Hoje isso está nas mãos de empresas norte-americanas, e temos visto como os Estados Unidos tentam impedir as transformações na área da comunicação na América Latina, seja financiando projetos por meio do Usaid, seja potencializando o programa da rádio "Voz de América", o qual está associado a 400 empresas emissoras que farão interferências nesses processos em toda a América Latina, como já vem sendo denunciado.

Então, a soberania informativa cultural significa que o Estado precisa ter recuperada sua capacidade de fazer políticas públicas como é exemplar esta transmissão da TV Assembleia. Já chegamos a ter alguns instrumentos, tal como "Voz do Brasil". Sabemos que possivelmente haverá ataques ao programa "Voz do Brasil", talvez o único programa que leva aos grotões e a um povo que, na sua maioria, não pode ler, que está proibido de ler jornais, o contato com o poder público, com a informação do que se faz nas três esferas do poder público.

Hoje somos proibidos de ler jornais. Na verdade, estamos com as tiragens dos jornais decadentes, por isso, além de manter o programa "Voz do Brasil", que será objeto de ataque para instalar mais uma hora de publicidade - talvez de baixaria - em boa parte das emissoras de rádio no Brasil, também precisamos ter a capacidade de formular e aplicar programas públicos de popularização da leitura do jornal. Segundo a Unesco, a nossa taxa de leitura de jornal é indigente e raquítica. Aqui se lê menos que na Bolívia, que é o país mais pobre da região da América do Sul. Em nosso país, são lidos 27 exemplares por cada grupo de 1.000 leitores; na Bolívia, são 29 exemplares. Pouco mais do que aqui, mas temos 50% da nossa indústria gráfica com capacidade ociosa. Dessa forma, temos a seguinte situação: 50% das nossas gráficas paradas, com um povo que não pode ler e gente criativa que quer e pode escrever, mas não tem onde escrever.

Portanto essas são as questões que gostaria de pontuar aqui. É preciso aparelhar o Estado para fazer as políticas públicas e rediscutir métodos que permitam o reequilíbrio e a verdadeira complementaridade dos sistemas público, estatal e privado, como está na Constituição. No entanto precisamos defender também o que já temos: o programa "Voz do Brasil", que está chegando hoje a todos os grotões do País e pode ser mais qualificado e melhorado para avançar em forma de maior informação e soberania informativa no Brasil. Muito obrigado pela atenção de vocês.

O Sr. Coordenador - Antes de passar a palavra ao próximo orador, gostaria de informar-lhes que logo mais haverá uma reunião no Plenarinho III da nossa equipe de apoio de produção de sistematização com os coordenadores dos eixos temáticos indicados pelos três segmentos: Cláudio Vilaça, Deputado Carlin Moura, Bernardo Teles, Lidiane Ponciano, Hugo Teixeira, Rafael de Oliveira Perpetuo, Gustavo Machala, Paulo Bizarria e Maressa Miranda. Peço que façam um sacrifício na hora do almoço para discutirem rapidinho e estabelecerem essa metodologia.

Ainda dentro de produção de conteúdo, ouviremos agora a palestra do Antônio Telles, representando a sociedade civil empresarial, que é jornalista e começou como repórter no jornal "Última Hora", em Belo Horizonte, em 1962. Trabalhou depois na TV Rio e TV Belo Horizonte, foi editor-chefe de jornalismo na Denison Propaganda, na rádio Itatiaia, na Rede Globo de São Paulo e Belo Horizonte, e hoje é Vice-Presidente da

Palavras do Sr. Antônio Telles

Bom-dia. Sr. Presidente, senhoras e senhores, companheiros dedicados a essa conferência regional, reunião que saudamos com o maior entusiasmo, porque é a primeira iniciativa envolvendo os movimentos sociais, os empresários, os setores governamentais, que irão discutir uma questão que, efetivamente, tem uma importância relevante sob todos os aspectos, principalmente se considerarmos que é o núcleo das maiores preocupações de qualquer país, quando se verifica a necessidade de preservação do caráter do seu povo, da índole, da cultura, do patrimônio físico, intelectual e moral de uma nação.

É um momento muito propício para que as pessoas, a cidadania, tomem consciência dessa questão ligada à comunicação social, aos meios de comunicação em geral. Grandes transformações estão ocorrendo, porque a tecnologia avançou de tal maneira, que tomou de assalto todas as metas, todas as expectativas, tudo que havia de planos, projetos e esperanças com relação a isso.

Falarei um pouco sobre a televisão que existe hoje e que, às vezes, é objeto de análises apressadas, avaliações pouco justas, mas, que, assim mesmo, devem ser feitas, porque sempre contribuímos para que haja um confronto de ideias, um debate mais rico e sereno sobre um tema de tão grande importância. A televisão brasileira, malgrado todas as avaliações diferentes, exerceu um papel, a meu ver, muito significativo nos últimos 50 anos da vida brasileira. Talvez não houvesse este país conseguido uma unidade nacional, que envolve cultura, língua, religião, pensamento, harmonia política, etc., se não houvesse, há tempos, se instituído um sistema de televisão livre, universal, gratuito, que pudesse penetrar todos os núcleos da cidadania, chegar aos pontos mais longínquos, levar mensagens de paz e de cultura. Não nego que é uma grande mensagem de cultura, de pensamento e de reflexão para a sociedade. No mundo, como houve há 50 anos, há uma enorme atração por esse imenso território, que é o Brasil, por esse grupo, por esse alinhamento nacional que faz com que um povo unido por critérios de língua e de outros fatores tão importantes quanto esse se envolva, um país com essa grandeza que hoje se apresenta com a possibilidade de vir a ser uma das cinco maiores potências mundiais. Foi com trabalho, foi com esforço, foi vencendo obstáculos muito rigorosos e usando de extraordinária criatividade que a televisão se implantou, que penetrou por esses sertões, levou sinais à Amazônia, a Mato Grosso, a todo o litoral do Nordeste e a pontos extremos, para afirmar um conceito fundamental para todos nós e que hoje se faz necessário de maneira mais vigorosa ainda, que é a defesa da nossa soberania como povo que se afirma e que não abrirá mão de participar em igualdade de condições com todas as nações do mundo.

O que aconteceu com essa televisão? Ela sobreviveu? Sim, exatamente porque houve uma enorme criatividade colocada a favor da produção de conteúdos nacionais, de conteúdos que falassem a linguagem do nosso povo e que se identificassem com a nossa cultura. A nossa cultura não deve ser confundida com erudição. A nossa cultura é a beleza da nossa música, é a riqueza da nossa gastronomia, é a maravilha das relações harmônicas entre as pessoas que se encontram e que às vezes até se desencontram, mas se reúnem em torno de objetivos muito belos e processam movimentos de arte maravilhosos, como é o carnaval e o futebol, que encantam não apenas os segmentos mais qualificados ou mais bem-dotados da população, mas a todos, sem discriminações. Esse conteúdo é que foi levado nesse tempo todo. Aproveitando essa oportunidade em que o País resolveu discutir as comunicações de maneira profunda, devemos estar atentos maximamente a esses detalhes.

O que acontece neste momento em relação à produção de conteúdo? A produção de conteúdo será, por certo, a grande força geradora que fará com que as comunicações se acelerem, melhorem, cheguem cada vez mais a todos, da maneira mais democrática possível, e para implementar maior nível de entretenimento, cultura, bem-estar, lazer e beleza para a nossa imensa população. Todos poderão participar desse esforço. A produção de conteúdo não será um espaço reservado para empresas, para o Estado, para organizações ou para entidades sindicais, religiosas ou quaisquer outras: ela será objeto de utilização para todos que se motivarem.

Algum tempo atrás, os problemas de comunicação estavam ligados aos meios. Hoje, entretanto, com a multiplicação dos processos tecnológicos, já não há limite para esses meios. Em breve haverá centenas de canais de rádio e TV que serão transmitidos pelo televisor, pela internet, pelo celular e por vários outros meios. Eles levarão até cada um dos cidadãos diversos conteúdos, a fim de contribuir para o conjunto da sociedade. O importante é que exista, nesse momento, uma enorme reflexão para que essa potencialidade enorme, essa multiplicidade de canais não seja objeto de regulação de alguns poucos, seja de empresas, seja de órgãos de Estado, seja de órgãos específicos. Precisamos estar atentos para que o controle do marco regulatório sobre esse quadro que se está desenhando se dê da maneira mais simples e objetiva, de forma a melhorar a aproximação da riqueza de conteúdo para todo o povo.

Não podemos deixar de considerar que há grandes expectativas de grupos internacionais que pretendem, aproveitando-se dessa conjuntura, organizar-se para se apoderar de parcelas muito importantes desse dispositivo. O meu apelo é que, neste momento, esqueçamos as divergências pontuais, pequenos pontos de vista que, às vezes, parecem contraditórios, para buscar um conceito, um princípio, uma ideia de comunicação social a ser levada ao nosso povo dentro de princípios que mantenham a nossa soberania e a nossa nacionalidade.

O Sr. Coordenador - Dando seguimento ao eixo temático sobre direitos humanos e cidadania, vamos ouvir, representando a sociedade civil, o Sr. Luís Carlos Bernardes, formado em Direito e Jornalismo. Foi membro das Comissões de Direitos Humanos da Igreja Católica e da OAB, trabalhou na "Folha de S. Paulo", na revista "IstoÉ", no "Diário do Comércio", no "Estado de Minas" e na Rádio CBN. Hoje, atua na TV Bandeirantes, na Rádio Band News e na TV Comunitária. Presidiu o Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais e a Federação Nacional dos Jornalistas e foi dirigente de entidades de jornalistas da América Latina e em nível mundial.

Palavras do Sr. Luís Carlos Bernardes

Bom-dia. Quero cumprimentar a Federação Nacional de Jornalistas, o Sindicato dos Jornalistas, a Assembleia Legislativa e a TV Assembleia pelo belíssimo trabalho que faz, não apenas hoje, mas no dia a dia. É um trabalho muito sério e muito bom. Quero cumprimentar o governo federal pela ousadia de convocar a Conferência Nacional de Comunicação, muito imaginada, muito discutida. Quero cumprimentar o governo de Minas pela seriedade que está tendo com esse processo; quero cumprimentar as entidades empresariais e a Abra, que está presente. Quero lamentar a ausência da Abert, que não está presente num debate dessa importância nem na Conferência Nacional de Comunicação. A Abert deveria ter tido pelo menos o gesto de chegar ao debate. Se estivesse insatisfeita, teria todo o direito de se retirar. É lamentável essa posição. Pelas informações que tivemos, por influência da Rede Globo, a Abert se retirou da mesa de debates. É bom lembrar sempre que o Brasil é um país emergente, que já tem data marcada para ficar entre os cinco maiores do mundo, num processo que começou em 1500, mas que teve um marco em 1994. Parabéns ao Presidente Itamar Franco pela ousadia de fazer o Plano Real. Em até 2016, o Brasil estará entre os cinco maiores do mundo, claro que tendo que corrigir a desigualdade social, porque no Brasil há setores do Terceiro e do Quarto Mundo. Também será preciso que setores da radiodifusão brasileira deixem de sonhar com a herança do regime militar de 1964, quando foram criados e cresceram muito, fazendo aliança com os militares, apoiando a censura à imprensa e fazendo aliança com a Time Life, dos Estados Unidos.

É fundamental adequar a democracia à mídia brasileira, a esse novo país, fundador do G-20, do Unasul. É preciso que se entenda que já passou da hora de concessão de rádio e televisão ser sinônimo de cartório e monopólio, que tantos males causaram ao País e à nossa história. É bom lembrar também que só Rio de Janeiro e São Paulo têm veículos nacionais. O Rio, porque foi a primeira Capital; São Paulo, porque foi o primeiro Estado industrializado. Aliás, até ontem, São Paulo não realizaria a conferência estadual. Espero que haja condição de rever essa posição, pois o debate é importante. Evidentemente, outros Estados que não têm veículos nacionais, como Minas, têm prejuízos políticos e econômicos no esporte e na cultura. Esse processo brasileiro - somos uma nação-continente - reflete o processo mundial. Só os Estados Unidos e a Europa têm veículos mundiais desde 1834, quando foi criada a primeira Agência Internacional de Notícias, a atual France-Press, e depois,

em 1940, foi criada a Associate Press, americana. Logicamente, os árabes se mobilizaram após as invasões do Iraque e criaram a Al-Jazeera. Há algum tempo, Venezuela, China e Argentina, entre outros países, criaram a Telesur.

Essas discussões devem levar esse cenário em consideração. Entre outras medidas, é preciso defender a reestruturação do Conselho de Comunicação Social Federal. A nossa proposta na Constituinte nacional era que o Conselho fosse deliberativo. Uma grande negociação o tornou apenas consultivo. Ele é junto ao Senado. Ele poderia mudar e ser junto ao Executivo ou ter mais liberdade de atuação.

Nas duas vezes em que fui aos Estados Unidos, conversei com membro do Conselho Federal de Comunicação - FCC -, que é muito respeitado. Eles têm um papel importante na sociedade americana. Não estou falando de países socialistas. Falo dos Estados Unidos. Os países europeus também têm importantes legislações de mídia, que não são para censurar, mas para regulamentar e dar espaço à sociedade civil.

É preciso criar o conselho estadual de comunicação. Aliás, ele foi criado na Constituinte estadual de 1989. Na época, eu era Presidente do Sindicato. Os Deputados constituintes, aliás, tiveram uma postura muito positiva apoiando essa reivindicação, que foi incluída no texto. Há outras definições a respeito de rádios e TVs estatais com a criação democrática de conselhos de redação, sempre evitando situações impositivas e buscando a participação da sociedade. Fico imaginando como as coisas evoluíram, às vezes bem e às vezes mal, não só no Brasil. Na Itália, Berlusconi é Primeiro-Ministro pela segunda vez. Aqui, até se alguém quisesse, poderia ter sido Presidente do Brasil, um Berlusconi brasileiro. É impressionante, pois Berlusconi é homem da mídia e é o Primeiro-Ministro de um país importante como a Itália. Aqui, não quiseram "forçar a barra", mas elegeram o Collor, entre outros, com o peso da mídia.

É bom lembrar as perspectivas para o mundo e para a sociedade brasileira com o crescimento da internet e a digitalização das TVs, o que permite que cada canal vire outros quatro canais. Temos uma série de discussões da maior importância, por isso insisto em saudar a seriedade com que esta conferência estadual está sendo levada por todos os segmentos. É bom lembrar que, em nossa história, o "Jornal do Brasil" teria um canal no Rio de Janeiro. Estou falando do início dos anos 1980. Ele perdeu o canal porque denunciou o escândalo da Proconsult, que foi uma tentativa de derrotar Leonel Brizola em benefício do candidato do PDS, ex-Arena. Em Minas poucos sabem, mas um importante canal de televisão tentou fazer uma fraude da eleição de 1982 contra nada mais nada menos que o Dr. Tancredo Neves. Ele começou a dar resultados do interior para cá, e o candidato, não me lembro se da Arena ou do PDS, estava em 1º lugar, porque vencia fora da Capital. Isso obrigou o candidato a Vice de Tancredo a subir as escadas da emissora, que ficava na Rua Rio de Janeiro, e exigir que dessem também os resultados de Belo Horizonte, onde o Dr. Tancredo tinha vantagem, mas eles não o fizeram. Entretanto, outras emissoras de TV e rádio da Capital passaram a reforçar os resultados de Belo Horizonte.

Quando falamos que a situação é grave, queremos dizer que é muito grave. Evidentemente, pouca gente saberia da campanha das diretas caso não existissem alguns setores da mídia impressa, do rádio e da televisão. Se dependesse de um segmento importante da nossa radiodifusão, ninguém ou pouca gente conheceria a campanha das diretas, não haveria a cobertura do "impeachment" do Collor nem existiriam debates eleitorais. É uma situação dramática. Também lembro o fechamento das TVs Tupi e Alterosa para beneficiar uma grande emissora. Por que não fazer a concorrência? O raciocínio é de imposição, e não da concorrência ou do debate.

Temos de incorporar, em nosso dia a dia, um conselho federal de mais peso e importância, integrado por entidades de jornalistas, radialistas, empresas, governo federal, e, nos Estados e nos Municípios, temos de ter os conselhos municipais, não para restringir ou censurar, mas para discutir como estão os veículos de comunicação e as formas de participação da sociedade, também, nos canais estatais ou nos canais com características públicas, como é a TV Assembleia. Também é preciso discutir uma questão: canais públicos ou canais estatais? Pois há diferenças.

É lamentável percebermos que o Conselho de Comunicação Social possui muitas limitações, por não ser um órgão deliberativo, mas apenas consultivo. Ele foi criado na Constituinte de 1988. Aliás, Minas Gerais foi o segundo Estado a recolher assinaturas para apresentação de uma emenda popular. Em Minas, recolhemos 6 mil assinaturas, e, em São Paulo, se não me engano, foram 8 mil assinaturas. No Brasil inteiro, recolhemos 30 mil assinaturas. Mas os representantes desse órgão só foram empossados 15 anos ou 16 anos depois. Assim mesmo, após uma articulação que realizamos no Programa "Observatório de Imprensa", havia a possibilidade de que 33% de nossos veículos de comunicação poderiam ser de empresas estrangeiras e, também, 100% de canais a cabo. Essa história de 33% de veículos estrangeiros, pode ser driblada por laranjas, que conhecemos. Os veículos estrangeiros podem ter posse total. Queria saber se isso seria possível nos Estados Unidos ou na Europa.

São muitas discussões que devem ser realizadas para termos um Brasil como 5ª economia mundial, porque a economia só cresce com melhor distribuição de renda. O mercado interno é o ponto principal das economias do Primeiro Mundo. Esse papel da imprensa, principalmente da radiodifusão, é fundamental nesse processo.

É preciso voltar a uma série de discussões, incluindo a formação profissional dos jornalistas, derrubada recentemente. Esta semana, recebemos notícias positivas de Brasília, mas não apenas essa formação profissional está sendo combatida. Em pouco tempo, poderão vir outras, como disse o Presidente do STF, Ministro Gilmar Mendes. Ressalto todas essas questões. Estou com medo do tempo, mas também quero lembrar a importância desta Conferência Estadual de Comunicação, como foi discutido ontem. Será elaborada uma carta a ser enviada à Conferência Nacional e uma segunda, apresentando uma série de questões. Em resumo, é isso que queria dizer. O papel de jornais, revistas, rádios e TVs no Brasil de ontem e de hoje é histórico para o lado positivo e para o lado negativo. Se queremos estar entre os cinco maiores países do mundo, temos de mudar esse cenário estadual e sonhar em ter veículos internacionais de comunicação. Essa questão é muito importante, lembrando que a Abra, France Press, foi criada em 1834 e, em 1838, os Estados Unidos criou a Associated Press, que existe até hoje, como a France Press. É muito menos uma decisão econômica e muito mais uma decisão política. Basta dar um giro pelos canais para observar que só Estados Unidos e Europa têm veículos mundiais de comunicação. Evidentemente, isso se reflete internamente e principalmente na economia globalizada, na qual a mídia tem um papel fundamental, como tinha anteriormente. Foram feitas várias e várias tentativas de criação de veículos sul-americanos ou mundiais pelo Terceiro Mundo, o que nunca foi permitido. Estamos aqui discutindo a Confecom Minas Gerais, mas evidentemente temos de estar atentos ao cenário brasileiro e ao cenário internacional. Novamente, parabéns a todos os participantes e a Mesa.

O Sr. Coordenador - Com a palavra, representando a sociedade civil empresarial, nosso colega de Mesa, o Leonardo, advogado, mestre em Direito Econômico pela UFMG, professor universitário, ex-advogado da Telemig e da Telebrás, ex-Procurador da Anatel, ex-Gerente Jurídico da Telenorte Leste Participações, que discutirá sobre "Direitos Humanos e Cidadania".

Palavras do Sr. Leonardo José de Melo Brandão

Muito bom dia. Falar sobre cidadania é chamar a atenção para o complemento do nome desse nosso encontro. A Conferência Nacional de Comunicação destaca a importância da discussão sobre cidadania, direitos e deveres. Por coquete de formação profissional, sempre que deparo com a expressão "direitos e deveres", lembro-me de normas jurídicas, e me vem à mente a coexistência necessária de um direito e um dever. Se alguém tem um direito é porque alguém tem o dever de satisfazer esse direito. No caso específico desse nosso encontro, podemos começar lembrando-nos das imensas desigualdades socioeconômicas ainda existentes no País. Lembro que, de acordo com o art. 3º da Constituição, é compromisso da nossa sociedade lutar para reduzir essas desigualdades, para que a pobreza seja combatida, para que o Brasil se torne realmente uma Nação da qual desejaremos nos orgulhar. A Constituição não é apenas uma carta de intenção, não é apenas um relatório de desejos, é um compromisso que nós, a sociedade, assumimos conosco. Entre tantas formas de desigualdade existentes, a do acesso a serviços essenciais de infraestrutura, que possibilitam o exercício livre, democrático e completo da comunicação, é uma desigualdade que podemos

enfrentar a partir dessa discussão regional. É impossível, no mundo de hoje, falarmos em real inclusão social se não tratarmos da inclusão digital, do acesso ao meio, da oportunidade de livre manifestação de expressão, de acesso a meio que viabilize essa livre manifestação de expressão, senão estaremos falando de uma sociedade amputada, de uma sociedade guardada em pedaços. Não é novidade para ninguém que, historicamente, o Brasil tem problemas em relação à infraestrutura, à propriedade dos meios de comunicação, às formas de geração de conteúdo. Uma conferência como esta é fundamental para que nós, com base no ordenamento jurídico que nós, sociedade, criamos, com nossa Constituição de 1988, possamos discutir como podemos avançar a partir de nossas eventuais divergências, o que infelizmente não significa, ou por circunstâncias óbvias de uma democracia... Retomando esta discussão, a partir da nossa Constituição, que nos comprometamos, tendo como base os nossos múltiplos pontos de vista, já que a sociedade, graças a Deus, é múltipla, busca o compromisso da exequibilidade daquilo que colocamos na Carta Constitucional. Citaria uma obra, coordenada pela Ministra Carmem Lúcia, sobre o princípio da dignidade humana, na minha opinião o mais importante entre os que extraímos do texto constitucional. Essa dignidade passa pela possibilidade de cada um de nós ser livre e vivenciar essa liberdade. Por isso, é importante que nos dediquemos à discussão múltipla e ampla, sob todos os aspectos da comunicação, inclusive em relação à efetiva inclusão digital, a partir da elaboração de uma política pública, que demandará o esforço de cada um dos segmentos na busca de um equilíbrio, de uma composição possível, estudando séria e compenetradamente a redução de carga tributária e a transformação dessa redução em investimentos benéficos para a sociedade, não apenas em economia daqueles que deveriam recolher os tributos. É importante que planejemos ou discutamos, mesmo que inicialmente, políticas públicas efetivas, que passem pela disseminação da banda larga como meio de efetiva inclusão digital. Temos de recuperar, o mais cedo possível, essa distinção, essa diferença, esse abismo que separa diversos segmentos de sociedade, para que o Estado brasileiro, exercendo o seu papel de busca de eficiência, nos auxilie na derrota dessa chaga. É importante estabelecer um novo modelo de relacionamento entre prestadores de serviço e o Estado brasileiro, para que os usuários de serviço, também chamados a essa conversa, possam usufruir de melhores soluções de tecnologia, implantar um novo modelo de prestação de serviço, de responsabilidade do Estado brasileiro, como já foi feito em telecomunicações. E isso demanda constante vigilância e aperfeiçoamento dos marcos regulatórios instituídos. O direito deve acompanhar o dinamismo de qualquer sociedade, não ficando para trás, embora isso seja inevitável. Mas, pelo menos, não deve ficar tão para trás em relação às nossas necessidades e mudanças. Por isso, é importante termos um plano nacional de banda larga, que sirva como agenda inaugural para que negociemos e, a partir daí, realizemos efetivamente propostas de inclusão digital, trazendo todos os brasileiros para esse novo mundo, para essa nova realidade, já que somos todos iguais perante a lei, como afirma o "caput" do art. 5º da Constituição. É importante que saibamos que essas soluções, mesmo que voltadas para esse ambiente digital, passam por nós, pessoas concretas. Quando falei, no início de minha manifestação, a respeito de direitos e deveres, todos nós, principalmente aqueles que ainda não foram atendidos, têm o direito de fazer parte digna e completamente da sociedade brasileira. O dever de atender a esse direito passa a ser nosso. Devem-se extrair desta conferência propostas realmente concretas e exequíveis de inclusão digital para que os que se encontram à margem dessa nova sociedade - e lá não devem permanecer -, tenham seus direitos reconhecidos. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Ouviremos, agora, representando o poder público, o Dr. Marcelo Bechara, que discorrerá sobre os três eixos temáticos. Marcelo Bechara é especialista em direito de tecnologia, capacitado pela Harvard Law School, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações, membro do Comitê Gestor da Internet e autor do livro "Radiodifusão e TV digital no direito brasileiro".

Palavras do Sr. Marcelo Bechara

Bom dia a todos. Acho que não será necessário utilizar todo o tempo. Mais uma vez, agradeço a oportunidade de estar aqui, em Minas Gerais, e parabenizo sobretudo a organização do evento. Isso aumenta muito a nossa responsabilidade em relação à condução dos trabalhos na etapa nacional. Usando a palavra da moda nas conferências, quero tentar sistematizar algumas ideias de uma forma não tão segmentada, mas dando uma visão global sobre o que está acontecendo. O mundo discute comunicação há algum tempo. Essa não é uma realidade brasileira, nem poderia ser. O Brasil já vem discutindo comunicação há algum tempo. A proposta brasileira de discussão da comunicação, que é exatamente o que estamos fazendo aqui, é, sem dúvida, interessante. Mas a Comissão Européia já vinha discutindo comunicação; aliás, algumas propostas foram colocadas em novembro do ano passado. A Comissão Federal das Comunicações americana - FCC - também discute comunicação a partir de um "paper" que foi produzido em junho. Nesse momento, a Austrália discute a implantação de um plano nacional de banda larga, que também está sendo discutido no Brasil. Há três semanas, a Finlândia entendeu, de forma correta - espero que saia daqui uma proposta nesse sentido -, que o acesso à internet é um direito essencial de todo cidadão. Acho que esta Conferência também tem de produzir essa proposta pelos três segmentos. Enfim, estamos vivendo realmente um momento muito especial de discussão da comunicação. Nas minhas apresentações, sempre trago frases que foram ditas em momentos interessantes da história em relação à criação e à implementação de novos instrumentos da área de comunicação. São várias, mas trouxe duas ou três específicas. Em 1897, Lord Kelvin, um dos maiores físicos da história, portanto, uma pessoa genial, teve uma manifestação não tão genial em relação ao rádio, e disse o seguinte: "O rádio não tem futuro". Hoje, estamos falando disso. Muita gente discute se o rádio tem futuro. Acho que o rádio tem futuro, mas precisa ser reinventado e entrar na era digital. Em 1946, Darryl Zanuck, produtor de cinema da Fox, disse a seguinte frase, que ficou muito conhecida: "A televisão não vai durar, porque logo as pessoas ficarão cansadas de olhar para uma caixa de madeira todas as noites". Também disse esta outra: "As famílias americanas não têm tempo a perder para ficar assistindo televisão". Finalmente, cito uma frase de um oficial de patente de escritório americano, que sistematiza essa ideia de perplexidade sobre o novo: "Tudo o que podia ser inventado já foi inventado".

Quero mostrar a vocês que ficamos perplexos, que temos dúvidas quando o novo chega. É assim que funciona. E quando o novo chega é o momento que temos de enfrentar essas discussões. Por que a Conferência Nacional de Comunicação é polêmica? Por que a alguns ela causa perplexidade e para outros é natural? Porque é a primeira conferência, ela nunca havia acontecido. Diferentemente, o setor de saúde, que, desde 1941, faz conferência - já tiveram 13 conferências nacionais de saúde - tem maior facilidade de entender hoje que o processo conferencial tem uma força representativa dentro das políticas do setor de saúde. Temos de entender esse momento com muita tranquilidade, não só porque a conferência em si é um fato novo, mas porque ela trata de questões novas. Sempre apresento um "slide" para mostrar a ordem legal vigente. É claro que esse único "slide" não tem a pretensão de colocar todas as normas que estabelecem a política ou a condução das questões relativas à comunicação como um todo no País. Esse "slide" tem o objetivo de mostrar o quê? O emaranhado normativo em que nos encontramos. O Código Brasileiro de Telecomunicações, de 1962, apesar de ser chamado de brasileiro de telecomunicações, não tem mais nada de telecomunicações. Toda a matéria relativa ao setor de telecomunicações está basicamente na Lei Geral de Telecomunicações, de 1997. O Código Brasileiro de Telecomunicações, de 1962, é o código brasileiro de radiodifusão. O marco regulatório e o marco legal são temas transversais a todos os três eixos. É uma questão essencial, que precisa ser discutida. Apresento a vocês outras normas: a de 1963; o famoso decreto-lei de 1967; o Decreto nº 88.066, de 1983, que traz a minuta dos contratos de concessão de televisão vigentes; enfim uma série de normas, até passar pela última, o decreto que implantou o Sistema Brasileiro de Televisão Digital. Depois disso, há mais normas nessa área, por exemplo, a discussão fundamental do governo em relação à TV pública, ou seja, a lei que regulamentou a radiodifusão pública e acabou, por isso, criando a Empresa Brasil de Comunicação - EBC. Queria apresentar ainda um cenário da radiodifusão. Esses dados são dinâmicos, já mudaram. A informação é de junho; com certeza, os números são maiores. Hoje as rádios FM comerciais ou privadas são em torno de 2.290; as educativas, 440; de ondas médias, 1.4749; ondas curtas e tropicais - ainda existem, por incrível que pareça - são muito poucas; as rádios comunitárias, 3.685. As rádios comunitárias já devem ter passado de 4 mil. Digo isso para demonstrar o seguinte: essa gestão foi a que mais outorgou rádios comunitárias, maioria no Brasil. Apenas este ano, foram encaminhadas à Presidência da República, para conseqüente encaminhamento ao Congresso Nacional, 600 novas autorizações de rádio comunitária. Isso demonstra o compromisso do governo federal em relação ao campo público da comunicação. Mas não podemos deixar de dizer que a comunicação privada também tem seu espaço, até porque há uma série de licitações antes atravancadas e realizadas entre 1997 e 2002. Esta foi a gestão que mais agilizou processos de radiodifusão privada. Por que isso é importante? Porque muitas dessas rádios são do interior, onde não há sequer uma rádio. A radiodifusão comunitária vem preenchendo esse espaço. Apenas este ano foram abertos mais 464 avisos de habilitação para novos Municípios com rádios comunitárias. Mas tem de haver também investimento em relação às comunicações pública e privada. Em termos de comunicação digital, está havendo manifestação muito importante no Brasil. Há menos de dois anos a televisão digital foi implantada oficialmente no País. O seu primeiro sinal comercial foi em São Paulo, a partir de 2/12/2007. Hoje 16 ou 17 Capitais possuem sinal digital, inclusive Belo Horizonte, que foi a segunda. Há seis ou sete cidades-polo de Minas, como Uberlândia, com sinal digital. A expectativa é que, até o final do ano, haja pelo menos um sinal digital em todas as Capitais brasileiras. Esse processo de transição está muito adiantado, se vocês observarem o que foi estabelecido no cronograma da portaria do Ministério das Comunicações. Temos de entender o momento em que vivemos, um momento em que todos falam sobre convergência tecnológica. Afinal de contas, o que é essa tal convergência tecnológica? Se observarmos as evoluções tecnológicas no mundo,

elas aconteceram muito em períodos de tempo de ordem decenal. Verificamos algumas evoluções da década de 70 para a de 80, de 80 para 90, de 90 para 2000, mas já começamos a observar que existe um terceiro, um quarto e um quinto momento em vista, que é justamente o que estamos vivendo. Se vocês dirigirem os olhos para o ano de 2010, ou seja, em dois meses, vão perceber que já estamos começando a fase 3, já começamos um pedaço da fase 4 e já estamos no começo da fase 5. Estamos exatamente no ponto de maior efervescência da discussão da convergência tecnológica. É por isso que existe confusão. Essa confusão natural ocorre justamente porque estamos tendo evolução tecnológica numa velocidade absurda, que só talvez o distanciamento histórico nos permita identificar e compreender. Hoje não temos condição nem capacidade de entender com clareza o que estamos vivendo, mas já temos consciência da importância dessa revolução informacional. Quando me refiro à revolução informacional, ela tem de ter três elementos, que não estão isolados em si mesmos, mas funcionam de forma simbiótica. Esses elementos são o usuário, a tecnologia, seja de rede, seja de equipamentos, seja de transmissão, e o conteúdo. Não adianta ter uma rede sem conteúdo para trafegar. Não adianta ter uma rede, com conteúdo trafegando, sem ninguém para acessar essa informação. É por isso que esses três elementos são essenciais. A tecnologia tem de ser vista como solução, como um meio. O grande protagonista do processo da revolução informacional é o usuário, o consumidor, é aquele que tem acesso à informação e que passa a produzi-la. Se analisarmos a convergência tecnológica, qual é o grande fenômeno que está permitindo que tenhamos uma convergência de serviços e de mídias, porque as informações trafegam com mais dinâmica e velocidade? O processo de digitalização. Aquela digitalização que faz com que imagem, áudio, som e texto passem a trafegar de uma forma única, em plataformas distintas e possam ser percebidos em vários possíveis terminais, em qualquer lugar, é que permitiu que estivéssemos exatamente discutindo neste momento conceitos. O que eu gostaria de deixar como mensagem é que, quando se discute comunicação, quando se discutem telecomunicações, quando se discute tecnologia, temos de partir de conceitos, porque eles estão confusos. Os conceitos que funcionavam há 20, 30 anos não são mais os que nos atendem hoje. É o caso de informação. Conteúdo, informação tinham uma distinção muito clara. A partir do momento em que esse conteúdo começou a ser digitalizado e a trafegar como dado, passou a ter um valor de informação também. É importante então que tenhamos esses conceitos muito claros. E não é necessário irmos a muito tempo atrás. Até meados da década de 90 era muito claro que tínhamos aquilo que chamamos de modelos verticalizados de mídia. Por que modelos verticalizados? A razão é que, para ter acesso a um conteúdo de som, por exemplo, é preciso uma infraestrutura de espectro, em que se tem as frequências de rádio e o equipamento para acessar esse conteúdo que está trafegando nessa rede, que é o rádio, muito comumente conhecido. A partir de meados da década de 90 começamos a ter um processo de confusão positiva entre esses modelos verticalizados, e os modelos passaram a ser mais horizontalizados. Isso porque houve uma rede única que passou a permitir que todos esses tipos de conteúdo trafegassem. Essa rede é o Protocolo IP. E o que aconteceu em meados da década de 90? A introdução comercial da internet. No Brasil, oficialmente, a internet foi introduzida em 1995, através de uma portaria interministerial dos Ministérios das Comunicações e da Ciência e Tecnologia. E vejamos em tão pouco tempo o avanço que já obtivemos. Quando colocamos ali aquelas moedinhas sendo distribuídas por todas aquelas plataformas, foi porque este governo, o poder público entendeu que convergência tecnológica é um momento de oportunidade, e oportunidade para todos, inclusive os usuários. Para que consigamos então entender que momento de oportunidade é esse, trouxe aqui algumas distinções fundamentais entre aquilo que chamamos de mundo analógico e aquilo que entendemos seja o mundo digital. No mundo analógico, temos uma distribuição em massa e, por isso, é muito difundido esse conceito de comunicação de massa, de uma informação que sai e vai para "n" pessoas, para muitas pessoas. Temos um controle sobre a oferta desse conteúdo. O acesso a esse conteúdo é limitado à singularidade dos terminais. Eu só assisto ao conteúdo de áudio e vídeo pela televisão; só consigo ter acesso à informação escrita se colocada no papel. E por aí vai. Existe um problema muito grave de restrições parciais. Não há espaço para todos porque o espectro é um bem escasso e público e deve ser administrado com racionalidade. Ele é escasso, não há espaço para todos. O espectador passa a ser simplesmente passivo. Ele fica ali diante daqueles terminais recebendo aquelas informações.

Quando falamos de uma oportunidade digital, há uma quebra muito interessante no paradigma desses conceitos que acabei de mencionar. O primeiro deles é que a distribuição passa a ser mais personalizada. Você começa a perceber que, a partir do momento em que procura na internet "sites" que prefere, recebe informações mais do seu interesse. Os "sites" vão se amoldando à sua personalidade. Você passa a ter a possibilidade de multiprogramação. Foi dito aqui pelo Peninha, com muita propriedade, que hoje, com a tecnologia digital e a possibilidade de compressão do sinal, conseguimos fazer com que um canal tenha quatro conteúdos simultâneos. Não são quatro canais, mas são quatro conteúdos simultâneos, por exemplo, no mesmo canal. Há um maior número de terminais. As pessoas passam a não só receber conteúdo pela televisão, mas também pelo computador e pelos próprios telefones celulares. Isso acontece em qualquer lugar, e acontece assim o fenômeno da mobilidade e portabilidade, que penso ser o principal momento de transição desse processo. O consumidor passa a ser interativo. Se observarmos como funciona isso nos países considerados desenvolvidos, veremos que a primeira porta de acesso à informação é o computador. Por meio desse equipamento existe a primeira porta de acesso. Depois passaram, nesses países, para a mobilidade, por exemplo, de segunda e terceira gerações, e agora já se discute a quarta geração de telefonia celular. Finalmente estão caminhando para aquilo que chamam de comunicação IP, em que há um terminal que ninguém sabe dizer exatamente como se chama - estão chamando de "communicator" -, mas que permite um amplo acesso a todo tipo de informação.

Nos países em desenvolvimento ou emergentes, hoje o conceito correto, como o caso, por exemplo, do Brasil, ainda o primeiro acesso à informação, a porta de entrada da informação são o rádio e a televisão. Estamos falando de um serviço que está presente em praticamente todos os lares brasileiros. Todos sabem - e isso já foi amplamente divulgado - que existem mais televisões que geladeiras nas famílias brasileiras. A televisão só perde para o fogão. Estamos falando de um serviço que atinge 99% da população brasileira e, por isso, junto ao serviço postal, é extremamente importante e muito responsável pela integração da nossa língua. O primeiro ato oficial de comunicação que aconteceu neste país foi em 1500, quando Pero Vaz de Caminha encaminhou uma carta a Portugal com a seguinte informação: descobrimos o Brasil, onde não há ouro, mas tudo que se planta dá. Isso foi, mais ou menos, o que estava escrito nessa carta. Foi o primeiro ato de comunicação. A imprensa veio oficialmente ao Brasil com a Família Real - aliás, em 2008, tivemos a comemoração dos 200 anos. Interessante mencionar que, na verdade, o jornal que circulava no Brasil era editado e produzido em Londres e se chamava "Correio Braziliense". De lá para cá, tivemos grandes avanços. D. Pedro II foi uma das primeiras pessoas no mundo, até então, a usar o telefone. No ano seguinte, sua patente já havia introduzido a tecnologia do telefone para fazer ligações entre a Quinta da Boa Vista e os ministros da época. Portanto o Brasil tem alguns elementos de pioneirismo na comunicação. Com a implantação da televisão aqui, no dia 18/9/1950, o Brasil tornou-se o quarto país do mundo e o primeiro da América Latina a ter uma rede de televisão. Percebe-se que realmente o povo brasileiro, ou seja, a população brasileira gosta de novidade, de acesso à informação e de tecnologia. Porém a segunda porta da informação acabou sendo a popularização da telefonia móvel. Hoje já temos 166 milhões de terminais móveis ativos no Brasil, o que representa um número muito expressivo. Precisamos ainda melhorar, mas também é preciso que a população fale mais nesses equipamentos, como o telefone celular. Temos de buscar construir caminhos com a sociedade civil, com o poder público e com a sociedade civil empresarial para que essa população tenha acesso a esses serviços e possa utilizá-los mais. No entanto, nos países emergentes como o Brasil, o objeto de desejo é justamente o computador, que é a porta de entrada nos países já desenvolvidos. Isso mudou e tem mudado bastante, porque políticas bem-sucedidas de subvenção fiscal fizeram com que o preço do computador, nos últimos anos, caísse de forma muito interessante. Tanto é que, nos dois últimos anos, venderam-se mais computadores do que televisões no Brasil. Essa é uma informação relevantíssima e, agora, já se discute - evidentemente até um determinado limite - o uso de computadores portáteis, como os "notebooks" ou "netbooks", que até três anos atrás tinham preços impraticáveis e hoje já passam a ter preços bem mais atraentes, até com possibilidade de financiamento e parcelamento. Acredito que isso seja resultado de uma política muito bem feita, que até poderia sair de uma conferência como esta.

Há alguns elementos que são fundamentais a qualquer tempo na comunicação. Quando se quer chegar a um usuário, consegue-se fazer isso por meio da busca do entretenimento, da informação e da identidade. Isso não é novo, não mudou. Na verdade, já existia. Acontece que esse usuário não se conforma mais em simplesmente ser buscado. Ele quer também procurar. Esse consumidor de comunicação quer ser um pró-consumidor, quer produzir conteúdo e também gerar informação. Isso é democratização. Esse assunto é muito pouco falado nas discussões de conferência de comunicação, por isso gostaria de mostrar-lhes uma proposta: temos, sim, de discutir muito o direito à informação, à comunicação, mas também temos de considerar o direito ao lazer. Existe uma confusão aqui no Brasil entre comunicação e entretenimento, que são conceitos diferentes, apesar de próximos. A Constituição da República, em seu art. 6º, também garantiu como direito social o direito ao lazer; e entretenimento é lazer. Temos de ter a consciência de que a busca pelo entretenimento e pelo conteúdo que possa levar à população brasileira até ele também é um direito constitucional, apesar de muito pouco discutido. Farei uma abordagem sobre a televisão digital brasileira. Hoje o Brasil está exercendo realmente um papel de liderança muito interessante. Por exemplo, estamos vivendo um momento muito especial neste País, que será sede de uma Copa do Mundo e de uma Olimpíada. Na verdade, isso é só uma consequência daquilo que estamos plantando, mas que teremos de colher lá na frente. Por isso temos muito trabalho para fazer. No que se refere à televisão digital - aliás, agora há pouco, dei algumas informações sobre a aceleração do processo de implantação desse modelo - o Brasil tem sido um líder

importante dentro da América Latina. Argentina, Peru, Venezuela e Chile optaram pela adoção do modo nipo-brasileiro, que já não é mais chamado assim, porque passou a ser um modelo internacional. Não nos interessa que esses países façam, simplesmente, uma adesão ao modelo, mas queremos que contribuam com as melhorias, com a implantação desse modelo, a fim de que tenhamos um modelo internacional. Os países caribenhos e os países da África também estão muito interessados nesse modelo internacional, liderado pelo Brasil e Japão. Os países que optaram por outros modelos estão revendo suas decisões no que diz respeito à adoção desse sistema, que nos permite receber conteúdo de alta definição em recepção fixa, em casa, móvel, dentro de ônibus e metrô, enfim, portátil. Os poucos equipamentos portáteis de televisão existentes no mercado têm sinal livre, aberto e gratuito, ou seja, é a televisão brasileira digital, opção tomada para que o serviço continuasse livre, aberto e gratuito. Essa mostrou ser, em tão pouco tempo de implantação do modelo e de adoção do sistema, uma decisão tão acertada, que os outros países estão acompanhando o Brasil na implantação desse modelo. Aqui, mostramos a importância do processo conferencial. Se observarmos, de 1941 a 2002 foram realizadas 39 conferências no Brasil. De 2003 a 2009 - esse número está desatualizado -, foram realizadas 63 conferências. Este governo, esta gestão, entende que a utilização de um mecanismo como a conferência, especialmente esta conferência de comunicação, é um instrumento para a coleta de informações, para entender-se melhor o que a sociedade pensa e quer em termos de comunicação.

No que diz respeito a essas questões, de uma forma complementar, gostaria de falar um pouco sobre cada eixo. O eixo produção de conteúdo tem grande relevância, porque temos criatividade, temos condições de estar num patamar muito melhor em termos de produção de conteúdo até mesmo fora do Brasil. Isso faz com que os nossos conteúdos possam ser considerados formas mais representativas, ou seja, conteúdos de qualidade. Muitos conteúdos brasileiros são exportados, mas creio que podemos fazer mais. Precisamos regulamentar os dispositivos da Constituição da República sobre a questão da produção independente, sobre a questão da produção regional, sobre a questão da produção do conteúdo nacional. Todos os países discutem a importância do conteúdo nacional. Temos de fazer essa discussão de forma muito clara, porque isso é a nossa cara. O nosso conteúdo é a nossa cara, ou seja, aquilo que se mostra. Todos falam sobre o princípio da complementaridade. Farei esclarecimentos sobre isso. A complementaridade é um princípio da comunicação social, mais especificamente da radiodifusão, mas tem de ser visto, num mundo de convergência, como um princípio que pode influenciar mais espectros da comunicação. Complementaridade significa que os três modelos devem coexistir, nenhum prevalece sobre o outro. O princípio da complementaridade não trata de proporção, de quanto deve ser para cada um, mas diz que os três modelos devem existir e devem ser complementares. A transmissão pela TV Assembleia da nossa conferência de Minas é um exemplo claro do princípio da complementaridade, ou seja, do sistema público de comunicação, do sistema estatal de comunicação, que é o caso, e do sistema privado. São três modelos. Não podemos exigir que os três modelos tenham a mesma forma de visão, até porque são modelos distintos.

A televisão pública tem tido, por parte deste governo, um reconhecimento muito interessante. Em duas decisões recentes da consultoria jurídica do Ministério das Comunicações, por determinação do Ministro Hélio Costa, as TVs públicas ligadas aos governos, caso da TV Minas, em Minas Gerais podem fazer publicidade institucional. Essa é uma decisão tomada há duas semanas, com base num processo específico da Fundação Padre Anchieta, que é a TV Cultura de São Paulo, em que tive a honra de ter o parecer aprovado pelo Presidente Lula, que tem força de decreto. Isso significa que as TVs públicas e educativas ligadas ao poder público, como é o caso da TV Minas, podem fazer publicidade institucional. E por quê? Porque a Lei da Empresa Brasileira de Comunicação - EBC - introduziu o conceito da radiodifusão pública. A EBC também é uma entidade ligada ao governo federal, e ali está estabelecida a realização, o financiamento. Estou dizendo isso na produção de conteúdo porque não dá para fazer conteúdo sem financiamento. O Estado tem que financiar, o Estado tem que dar condições para que os conteúdos sejam produzidos. É caro fazer conteúdo televisivo. Então, temos que buscar mecanismos para isso. É claro que a lógica é diferente do modelo privado. A publicidade institucional não permite a comercialização de produtos e de serviços porque isso é da lógica privada. E está correto que seja da lógica privada porque o modelo privado também tem que ser sustentado. A lógica da comunicação pública tem que ter a sua sustentabilidade em outras visões; uma delas é a publicidade institucional. Esse conceito também foi estendido, já na semana passada, aos canais comunitários que operam no cabo. Esse conceito foi introduzido. Os canais comunitários que operam no cabo, inclusive o canal de Belo Horizonte, que é muito bem conduzido pelo querido Didi, é um modelo de canal comunitário para o Brasil. Sem dúvida alguma é um canal comunitário que pode, sim, fazer publicidade institucional e estar inserido no plano de mídia do governo federal. O governo federal pode fazer a publicidade institucional nesses canais comunitários, fazendo com que eles possam recebê-la. Isso, independentemente de conferência, já é um reflexo da realização da própria conferência. A conferência tem seus efeitos não apenas após a elaboração do relatório final, pois produz efeitos imediatos. Neste momento, estamos discutindo um plano nacional de banda larga. Não tenham dúvida de que o governo está atento às propostas que estão nascendo em relação ao plano nacional de banda larga e aos Estados Unidos, que já o realizaram. Temos uma troca interessante porque boa parte da população está entendendo a importância desse plano nacional de banda larga, e isso acaba se materializando. À medida que as conferências estão avançando, conseguimos perceber que existe muito mais consenso do que dissenso. As divergências existem, e que bom que elas existam, porque têm que existir, mesmo. E divergência é para ser discutida. Essa é a proposta da realização de uma conferência.

Fico muito feliz quando vejo em Minas Gerais um exemplo de muito respeito à opinião de todos. Espero que esse clima, esse ambiente democrático exista também nos demais grupos.

Não posso deixar de falar, por último, relativamente a um eixo muito especial: cidadania, direitos e deveres. Apesar de todo direito pressupor também deveres, gosto de entender esses deveres muito mais como responsabilidade. O conceito de responsabilidade está muito mais aplicado, em que pese a ser dever também.

Existem alguns temas que são fundamentais. Quero falar de um deles: liberdade de expressão. Colocar em discussão a liberdade de expressão, em tese, poderia ser uma coisa antiquada. E por quê? Estamos falando de um direito fundamental previsto na "Carta do Homem", de 1948, no seu art. 19, que diz claramente que todo homem tem direito a receber e a transmitir informações sem interferência, em qualquer lugar. Esse art. 19 é a cara da internet. Essa possibilidade de receber e de transmitir informações de forma neutra, em qualquer lugar, é a cara da internet. A liberdade de expressão também já foi garantida no art. 5º da Constituição de 1988 e no capítulo da comunicação social. Ainda assim precisamos discutir a liberdade de expressão, que não é um conceito antiquado; pelo contrário, é um conceito cada vez mais moderno, contemporâneo. A prova disso foi o que aconteceu recentemente: duas discussões, neste ano, do Supremo Tribunal Federal. Uma delas - a não necessidade do diploma para o exercício da profissão - desagradou principalmente os jornalistas. O fundamento do Supremo está na liberdade de expressão e também na queda da Lei de Imprensa, que, pelo entendimento daquele órgão, não foi recepcionada pela Constituição. Ela não teria mais aplicabilidade após 1988, por ser uma lei do regime da ditadura brasileira. Isso cria determinados vácuos, situações que precisam ser, no mínimo, discutidas.

Acho que é esse o papel da conferência. Toda vez que pudermos festejar e reafirmar a liberdade de expressão, com a possibilidade de falarmos ao microfone, com transmissão pela televisão, toda vez que pudermos falar o que quisermos - temos o direito de dizer o que pensamos - deveremos fazê-lo. Uma conferência como esta tem o dever de reafirmar a liberdade de expressão, entre outros direitos da cidadania, como o respeito à diversidade, independentemente da religião, da etnia, da orientação sexual. São grandes avanços que outras conferências produziram, como foi o caso da conferência sobre igualdade racial e a das mulheres. Elas influenciaram diretamente nessa conferência, o que mostra efetivamente uma comunicação entre todos esses processos. Tenho a certeza de que esta que está ocorrendo agora influenciará outras. Precisamos reafirmar a importância das conferências de ciência e tecnologia e de cultura, que ocorrerão agora. Enfim, espero que esse modelo de participação, de democracia, de construção de propostas, de consulta à sociedade se reafirme.

Para encerrar, Sr. Presidente, quando essas propostas forem discutidas no grupo de trabalho, gostaria que considerássemos não só as propostas dos grupos e de empresários organizados e das associações civis organizadas - que historicamente vêm discutindo o tema e têm uma bagagem muito bem construída -, mas também as do poder público, que também tem seus posicionamentos. Devemos ter a capacidade e sobretudo a sensibilidade de buscar propostas e de ser representantes legítimos dos que não estão aqui, mas que têm algo a dizer sobre comunicação; dos que não estão nesta Mesa, mas que estão em casa, vendo, pela TV Assembleia, a importância deste debate. Suas propostas merecem, sim, ser consideradas, porque é para essas pessoas, para o cidadão brasileiro, que esta conferência está sendo feita. Repito o que eu

disse ontem: não existe cidadania sem informação. Sem dúvida, a comunicação é um pilar da nossa democracia.

Desejo a todos um bom trabalho. Espero que os grupos discutam com respeito, exponham propostas sólidas. Tenho a certeza, mais uma vez, de que Minas Gerais dará exemplo de democracia, de maturidade na discussão democrática sobre a comunicação no Brasil. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Sr. Coordenador - Em nome da Assembleia Legislativa, da Subsecretaria de Comunicação Social e em nome dos participantes da conferência, quero agradecer, com muita ênfase, as contribuições dos nossos palestrantes. Acho que conseguimos traçar aqui um painel bem amplo de quais discussões devemos fazer a partir de agora. O sentido dessas palestras foi exatamente proporcionar que todos tivéssemos um conhecimento compartilhado do que precisamos discutir. Isso foi alcançado, pelo menos na minha avaliação, com as contribuições que os nossos palestrantes nos deram.

Antes de passar a palavra ao Deputado Carlin Moura, quero lembrar a todos que já é hora de começarmos a pensar na eleição dos delegados da conferência nacional, que será feita amanhã à tarde. Para que qualquer um de nós possa ocupar esse cargo, é necessário o credenciamento como candidato. Amanhã, esse processo será esclarecido, mas nada impede que todos comecemos a pensar no assunto, para, se for o caso, constituirmos chapas para esse credenciamento. Amanhã, será esclarecida a forma, como está no regimento. Recomendo a leitura de nosso regimento, para que amanhã tenhamos um processo claro e tranquilo.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - Registramos e agradecemos a presença, em Plenário, do Sr. Michel Curi, Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal de Contagem, representante da Associação dos Magistrados de Minas Gerais. Com a palavra, o Sr. Kerison Lopes.

O Sr. Kerison Lopes - Convocamos os delegados da sociedade civil para fazermos uma rápida reunião sobre a nossa participação nos grupos, assim que os trabalhos do Plenário forem encerrados. A reunião será no Salão de Chá. Fazemos um apelo para que todos participem, a fim de nos prepararmos para uma intervenção coletiva mais qualificada.

O Sr. Presidente - Atenção participantes: O Grupo 1, cujo tema é "Produção de conteúdo", terá coordenação do Deputado Carlin Moura, pelo poder público, do Sr. Bernardo Teles, pela sociedade civil e empresarial, e do Sr. Cláudio Vilaça, pela sociedade civil. O Grupo 1 irá se reunir no Plenarinho I, que fica neste andar.

O Grupo 2, cujo tema é "Meios de distribuição", terá como coordenadores o Sr. Rafael de Oliveira Perpétuo, pela sociedade civil empresarial; a Sra. Lidyane Ponciano, pela sociedade civil; e o Sr. Hugo Teixeira, pelo poder público. O Grupo 2 irá se reunir no auditório do SE, neste andar.

O Grupo 3, cujo tema é "Cidadania: direitos e deveres", terá como coordenadores o Sr. Gustavo Machala, pela sociedade civil; o Sr. Paulo Bizarria, pela sociedade civil empresarial; e a Sra. Maressa Miranda, pelo poder público. O Grupo 3 irá se reunir no andar térreo, que é o andar imediatamente superior a este.

Atenção, coordenadores de grupo - Cláudio Vilaça, Carlin Moura, Bernardo Telles, Lidyane, Hugo Teixeira, Rafael de Oliveira, Gustavo Machado, Marezza e Paulo Bizarria -, assim que encerrarmos, teremos uma reunião na sala que fica ao lado do Plenário para encaminhamento do trabalho dos grupos. Os coordenadores têm reunião imediatamente após o encerramento desta reunião.

O Sr. Gilberto Neves - Quero saber se será fornecido o caderno de propostas antes do início dos grupos e onde podemos retirá-lo. Até agora, não recebemos.

O Sr. Coordenador - Deve estar sendo distribuído. Há as propostas elaboradas em conferências livres, em etapas municipais. Estará disponível para vocês nos grupos. Procurem a secretaria do evento.

O Sr. Presidente - A Assembleia Legislativa e a Subsecretaria de Comunicação Social de Minas Gerais manifestam seus agradecimentos a todos os que participaram deste momento e convidam a todos para participar dos grupos de trabalho.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de amanhã, dia 15, às 9 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 56ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 15/11/2009

Presidência do Deputado Carlin Moura

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - 1º Painel: Composição da Mesa - Palavras do Sr. Coordenador - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Apresentação dos relatórios dos grupos de trabalho - Suspensão e reabertura da reunião - Votação do documento final - Apresentação e votação de moções - 2º Painel: Composição da Mesa - Eleição de Delegados - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

Carlin Moura - Domingos Sávio - Gláucia Brandão.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Carlin Moura) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- A Deputada Gláucia Brandão, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à realização da Conferência Estadual de Comunicação, com a apresentação das propostas dos grupos temáticos, apresentação e votação de moções e eleição de delegados e delegadas que representarão o Estado de Minas Gerais na Conferência Nacional de Comunicação.

1º Painel

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Sérgio Esser, Subsecretário de Comunicação Social da Secretaria de Estado de Governo e Coordenador dos trabalhos; Leonardo José de Melo Brandão, representando a sociedade civil empresarial; Marcelo Bechara, Presidente da Comissão Organizadora da Conferência Nacional de Comunicação; Gustavo Machala, representando a sociedade civil; e Jorge Calixto Neto, relator do Grupo 1; a Exma. Sra. Lidyane Ponciano, relatora do Grupo 2; o Exmo. Sr. Heitor Reis, relator do Grupo 3; e a Exma. Sra. Deputada Federal Jô Moraes.

Palavras do Sr. Coordenador

O Sr. Coordenador (Sr. Sérgio Esser) - Bom-dia. Antes de iniciar os nossos trabalhos, faremos um balanço do dia de ontem. Trabalhamos muito. Tive a oportunidade de acompanhar os grupos e acho que houve discussões ricas, às vezes até acaloradas. Penso que cumprimos o nosso dever. Conseguimos fazer 121 propostas para o grupo Produção de Conteúdo; 258 para o de Meios de Distribuição; e 295 para o de Cidadania: Direitos e Deveres, perfazendo um total de 674 propostas, que serão encaminhadas a Brasília.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O Sr. Coordenador - Hoje, teremos três atividades: a primeira é a aprovação do nosso documento de propostas; a segunda, a apresentação e a votação das moções; e a terceira, a eleição dos nossos delegados. Nesta fase de apresentação de propostas, ouviremos os relatores dos grupos, que deverão fazer um breve relato sobre o seu grupo, ressaltando alguma coisa que considerem importante. Interromperemos a reunião, para que todos possam ler o documento que vocês receberam, que contém as 674 propostas, porque nem todos tiveram acesso ao trabalho dos outros grupos. Uma das principais razões disso é conferir se não ficou nada errado, se não faltou nada. Pessoas já questionaram que uma proposta não estava aqui ou que uma proposta seria retirada, mas não o foi. Então, peço que façam uma avaliação rigorosa para evitar que o documento possa ser contestado posteriormente.

O Sr. Presidente - As gravações das reuniões serão reprisadas pela TV Assembleia nos dias 28/11/2009, sábado, e 29/11/2009, domingo, a partir de 9 horas. Quem deseja gravar deverá ficar atento para fazê-lo durante a retransmissão. A TV Assembleia também está disponível na internet, no "site" www.almg.gov.br.

Aproveito a oportunidade para dar uma informação de utilidade pública. A Assembleia Legislativa convida todos para participar da pesquisa de opinião pública, que tem como objetivo auxiliar a elaboração do planejamento estratégico do Legislativo para o período de 2010 a 2020. O questionário está disponível no "site" da Assembleia, na página www.almg.gov.br, até o dia 25 de novembro. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Neste momento, faremos a verificação do quórum. Eu pediria que todos levantassem seus cartões de identificação verdes, porque a equipe vai proceder ao levantamento do quórum.

- Procede-se à verificação do quórum.

O Sr. Coordenador - Informo que somos 234 pessoas em plenária. Isso quer dizer que cada moção, conforme o regimento determina, necessita de 30% das assinaturas. São 70 assinaturas para que a moção seja apresentada.

Apresentação dos Relatórios dos Grupos de Trabalho

O Sr. Coordenador - Com a palavra, os relatores dos Grupos 1, 2 e 3, para a leitura dos relatórios dos referidos grupos de trabalho.

- Procede-se à apresentação dos relatórios dos grupos de trabalho.

Suspensão da Reunião

O Sr. Coordenador - Agora vamos ter um intervalo de 1 hora, para que vocês leiam as propostas. Caso haja alguma correção, procurem, por favor, o relator do grupo com o qual vocês trabalharam. Também nesse intervalo, quem tiver moções para apresentar já pode deixá-las na entrada do Plenário, onde vocês assinaram a lista de presença, para que se faça a conferência das assinaturas.

O Sr. Presidente - Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os trabalhos da plenária final da Conferência Estadual de Comunicação.

Peço a atenção dos participantes do setor público. Todos os três segmentos - sociedade civil empresarial, sociedade civil e setor público - terão suas plenárias para escolha dos delegados à Conferência Nacional. Peço agora compreensão especial do segmento setor público. Solicito àqueles que desejam ser candidatos a delegados à Conferência Nacional que procurem o jornalista Washington Mello, para fazer suas inscrições. Washington, por favor, levante a mão, para facilitar a identificação. (- Pausa.) Não precisa ser agora. Os participantes do setor público que desejarem ser candidatos a delegado deverão procurar o jornalista Washington Mello, no transcorrer dos trabalhos, para que, na

plenária final da escolha dos delegados, tenhamos uma noção dos que pretendem ser candidatos a delegados pelo setor público.

O Sr. Coordenador - Indago se todos os que tinham correções a fazer já entregaram o documento ao relator. (- Pausa.) Eu gostaria de fazer um registro. Vários colegas me procuraram nesse período, uns para reclamar, outros só para registrar alguma dúvida sobre proposta que não foi incluída. Queria fazer dois registros apenas, porque é uma questão de justiça. A compilação de todas as propostas que compõem esse documento que vocês receberam ao entrar no Plenário foi concluída às 3 horas da manhã. O material foi enviado à gráfica da Assembleia, que ficou de plantão, a fim de que vocês o recebessem ao entrar no Plenário de manhã. Conversando com o Marcelo Bechara, Presidente da Comissão Nacional, vimos que esta é a primeira conferência em que isso ocorre. Nas demais, na entrada do Plenário havia pilhas de papel com as propostas, para serem lidas, debatidas, etc. Só queria pedir a compreensão de vocês, porque fizemos o nosso melhor esforço e, evidentemente, depois de um dia de trabalho, às 3 horas da manhã, é natural, na minha visão, que alguma coisa tenha escapado. Peço desculpas a quem se sentiu prejudicado; parece-me que agora não há mais nenhum problema a ser resolvido. Os relatores estão de posse das correções. Feitas essas ponderações, indago ao Plenário se podemos dar o documento como aprovado.

O Sr. Presidente - Eu só queria propor uma salva de palmas para os servidores que ficaram até as 3 horas da manhã fazendo esse maravilhoso trabalho.

Votação do Documento Final

O Sr. Coordenador - Em votação, o documento final. (- Pausa.) Aprovado. Acho que cumprimos a primeira etapa com brilho, competência e qualidade.

Apresentação e Votação de Moções

O Sr. Coordenador - Passamos agora à segunda fase. A partir deste momento, estão encerradas as inscrições para as moções. Peço às pessoas da secretaria que me passem a relação das pessoas que apresentaram as moções, para iniciarmos a leitura e a votação. Peço a todos que tomem os seus lugares, a fim de que sejam apresentadas e votadas as moções.

- Procede-se à apresentação e à votação das moções.

2º Painel

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Sérgio Esser; Leonardo José de Melo Brandão; Marcelo Bechara; e Gustavo Machala; a Exma. Sra. Lidiane Ponciano; os Exmos. Srs. Cláudio Vilaça, representando a sociedade civil; e Washington Melo, representando o poder público; e a Exma. Sra. Deputada Federal Jô Moraes.

Eleição de Delegados

O Sr. Coordenador - Conforme prevê o nosso Regimento, no art. 20, § 4º, temos que fazer a última atividade da nossa conferência, que é apresentar os nossos delegados à Conferência Nacional, em Brasília.

- Procede-se à eleição dos Delegados, que fica composta pelos seguintes membros: 1) Delegados da Sociedade Civil - Titulares: Adriano Celso Guerra, Aerton de Paulo Silva, Alexandre Francisco Braga, Alexandre Souza Nery, Aloísio Morais Martins, Aloísio Soares Lopes, Antonio Braz Rodrigues, Arthur Lobato Magalhães Silva, Audeir Coutinho Alexandrino, Camilla Dias Carvalho, Claudio Márcio Braga Vilaça, Clélio Matos de Carvalho, Ednéia Aparecida, Elias Rodrigues de Oliveira, Fabiano Goulart, Fabrício Leonardo Menezes da Silva, Felipe Canêdo Figueiredo, Francisco Hélio de Oliveira, Francklin Vinicius de Barros Tannus, Gabriela Maciel dos Reis, Geralda Cacilda Alves, Gilberto Neves, Giliard Gomes Tenório, Gilmar Batista, Guido Pereira da Silva, Guilherme Torquette Lopes Cedro, Gustavo Cunha Machala, Heitor Souza dos Reis, Iusfith Chafith Felipe, Jair Bastos Junior, Janaína Ferreira da Mata, José Guilherme Castro, José Milton Santos, Kerison Arnóbio Lopes Santos, Leonardo Alves Batista, Líbia Jorge, Lidiane Ponciano Ferreira, Luis Antonio Vianna Zanon, Luiz Carlos Bernardes, Luiz Claudio dos Santos, Marco Eliel Santos de Carvalho, Maria de Cássia Vieira Salles, Maria Auxiliadora Afonso Alvarenga, Maria Cândida Medeiros Canêdo, Milton dos Santos Bicalho, Mozahir Salomão Bruck, Nilsia Lourdes dos Santos, Osmar Fonseca Rezende, Paula de Souza Kimo, Pedro Pena, Raimundo Anisseto da Silva, Ricardo Figueiredo Moretzhon, Ricardo Medeiros Brandão de Castro, Robson Leles de Oliveira, Roger Inácio dos Santos, Rogério Augusto Baracho, Sheila Cristina de Jesus, Silvia Maria Soares Ferreira, Simone Marques de Moura, Teresinha de Jesus Ferreira, Tiago Santana Cassiano, Valdisnei Honório Alves da Silva, Verônica Teodora Pimenta e Wolnei Santiago Santos; suplentes: Alexandre Henrique Campolina Cotta, Bismarck Bosco Campos Grossi, Edna Maria de Carvalho, Gerson de Souza, Gésio Passos, Jonas do Carmo Silva, Marcelo Souza Coelho, Maria do Socorro de Carvalho, Olinda Conceição Ribeiro, Rogerio Raimundo Hilário, Joana d'Arc da Silva, Ronaldo Sebastião Ferreira, Thaís Teonilha Ferreira, Valéria Said, Paulo J. dos Santos, Ademilson Calisto de Moura, Antônio dos Reis Ferreira, José Carlos Meireles de Souza, Vicente Souza Cardoso Júnior, Ilson Lima, Silvério do Prado, Mário Vítor, Nelson Rodrigues Pombo Júnior, Carlos Magno, Kaiodê Leonardo Biaque, Elon Rabin, Cibele Ramos, Débora Carmelita Junqueira e Jorge André Ferreira dos Santos; 2) Delegados da Sociedade Civil Empresarial - Titulares: Alessandro Bibiano de Freitas, Ana Amelia de Almeida Barbosa, André Filizzola Drummond, André Luis Barbosa de Medeiros, André Vidigal Cavalcanti de Lacerda, Augusto de Paula Pereira, Bernardo Sales Teles de Carvalho, Bruno Roberto Simões Vieira, Carlos Santiago da Silva Ramalho, Celeda Ribeiro Elias, Celio Machado, Cibele Maria Penholate, Cleiber Costa Junior, Daniela Rita Araujo Rodrigues, Dimara Filomena de Oliveira Tamburus, Edgard Abreu Rocha Silva, Eduardo Alves de Souza, Enio Leandro, Érica Rache, Eurico José Ferreira Gonçalves Rodrigues, Fabio Augusto Barcelos M. Correa, Felipe Alvarenga Veloso, Felipe Luis Guimaraes Marques, Gisele Novaes Barbosa, Glauco Magno de Souza, Hélio Fernandes Moreira, Ildelano Ferreira e Silva, Ildes Antonio Soares Pacheco, João Martins Sales Filho, José de Assis Tito, José Haroldo de Faria Lemos, José Luiz da Silva, Jose Roberto Prado Serenini, Laura France Costa, Leonardo Henrique de Moura Lage, Leonardo José Melo Brandão, Leonardo Soltz, Luciana Rocha Coelho, Luiza Emanuelly Rocha, Marcio Ferreira Bedran, Marcos Antonio Borges, Marcos Antonio da Silva, Marcos Paulo da Silva Souza, Marcos Vinicius Cortez, Maria Aparecida de Oliveira, Maria de Lourdes da Silva, Martha Adelaide Von Sperling, Misael Avelino Dos Santos Filho, Nilo Correia Lima Filho, Paulo Joel M. Bizzaria, Pedro Henrique Lebre de Lima Bueno, Pedro Pereira Franco, Priscila Santos Carvalho, Queila Rosado Araujo, Rafael de Oliveira Perpetuo, Renato Augusto Moreira, Roberval Bacha, Robson Manoel Carneiro, Rogerio Veiga Junior, Sandro Esteves Pires Martins, Silvana Bueno Jardim Auarek, Ulisses Antonio Pacheco, Valeria Regina Santos e William Mateus de Oliveira; suplentes: Alexandre Mansur Morgado, Erli Geralda da Cunha, Farley Henrique Gonzaga Moura, Fernanda Lopes de Oliveira, Fernando Jefferson Cornélio, Flaviane Laís Ferreira, Gabriela Martins Pereira, Gladstone Elias de Souza, Guilherme Alves de Oliveira, Guilherme Jesus de Oliveira, Hélio Rodrigues de Moura, Jarlei Antonio Guimaraes, João de Matos Soares, José Luiz Gattás Hallak, José Pacheco de Souza, Leandro Freire Figueiredo Maia, Leandro Gomes de Oliveira, Leonardo Henrique da Silveira, Luiz Marcelo de Andrade Ramos, Nanci Batista Alves, Paulo Roberto de Carvalho Soares, Ricardo Ribeiro Lisboa, Roberta Thaís Barroso, Rodrigo Valle de Castro, Sírnia Caixeta da Fonseca, Solange Aparecida de Paula, Valéria de Araújo Rodrigues Correa, Vânia Geralda Faria de Oliveira Queiroz e Vera Lúcia Ferreira e Lima Bolognini; 3) Delegados do Poder Público - Titulares: Américo Antunes, Ana Paula Villas Costa Pertel, Ângelo Lana Cola, Deputado Carlin Moura, Guilherme Brandão Minassa, Hugo Márcio Lemos Teixeira, Liza Fernandes Prado, Luciano Ferreira de Alkmim, Luiz José Fratini, Maressa Miranda, Maria do Carmo Lara Perpetuo, Maria do Socorro Jô Moraes, Patrícia Porto, Rodrigo Lucena, Sérgio Esser e Valério Fabri; suplentes; Ana Paula Ciribeli, Antônia Cristina Almeida de Filippo, Augusto Viana da Rocha, Carlos Eduardo Resende, Dejour Cândido Gonçalves, Deputado Domingos Sávio, Getúlio Neuremberg, Hamilton Reis, Leandra M. Cordeiro Valadares Machado, Marcos Rainho, Moisés Oliveira Alves, Osvaldo

Ferreira Afonso, Pedro Amaral de Aguiar Gama, Poliana Régia Seha, Túlio Marcus Coelho Ottoni e Washington Thadeu de Mello.

O Sr. Coordenador - Com a palavra, o Sr. Marcelo Bechara, para suas considerações finais.

O Sr. Marcelo Bechara - Boa tarde a todos. É sempre muito bom chegar a bom termo ao final de uma conferência em que as coisas aconteceram e deram certo. Minha última manifestação é apenas de agradecimento. Agradeço muito a todos e todas, às pessoas que participaram ativamente e que estão aqui até esta hora de domingo. Estivemos aqui na sexta-feira, saímos tarde, passamos o sábado inteiro, saímos tarde e estamos aqui até esta hora. Enfim, todas essas pessoas se dedicaram. Minas Gerais está dando uma demonstração de compromisso com a realização desta conferência, abraçou esta causa. Desejo boa sorte a todos os delegados e delegadas que foram escolhidos para representar as propostas deste Estado na etapa nacional. Quero agradecer imensamente a organização e fazer um elogio público ao Subsecretário Sérgio Esser pela maneira democrática como conduziu esse trabalho e pela maestria na condução de todas as questões pertinentes a uma conferência como esta. Volto a agradecer imensamente ao governo de Minas Gerais por ter feito a convocação; à Assembleia Legislativa, aqui representada pelo Deputado Carlin Moura, a acolhida, mostrando que o povo mineiro é hospitaleiro, democrático e sabe chegar a consensos. Observei aqui algumas das negociações dos delegados e vi que, com muita conversa e entendimento, foi possível chegar a alguns consensos. Espero que possamos levar esse espírito mineiro para a etapa nacional, que só tem a ganhar com isso. Agradeço a todos em nome do governo federal, do Ministro Hélio Costa, do Ministro Luiz Dulci, do Ministro Franklin Martins. Agradeço muito ao Estado de Minas Gerais as propostas. Este Estado é recordista de propostas, recordista de moções, tenho certeza de que vai ocupar um espaço importante na etapa nacional. Muito obrigado. É sempre muito bom estar em casa.

O Sr. Coordenador - Com a palavra, o Sr. Leonardo de Melo Brandão, para suas considerações finais.

O Sr. Leonardo José de Melo Brandão - Aproveito o dia de hoje, 15 de novembro, data em que se comemora o aniversário da nossa República, para agradecer a participação de todos nesta conferência. Testemunho que no segmento empresarial, com o qual obviamente convivi mais, a escolha dos delegados foi muito tranquila e com possibilidade de participação de todos os segmentos que estavam inscritos. Além disso, houve aprovação por unanimidade da chapa que surgiu e a compreensão de todas as empresas e entidades envolvidas a respeito da necessidade eventual de cessão e de concessão. Minhas palavras também são de agradecimento, não só pela condução de todo o processo pelo Subsecretário Sérgio Esser, mas também pela presença do Marcelo, que nos deu muita segurança e muita tranquilidade nesses dias de convívio. Quero reiterar o agradecimento a todos que participaram, que se sacrificaram durante um fim de semana para discutir um assunto tão importante para um Estado democrático como o nosso, e dizer que é com muita felicidade que vejo que Minas vai em peso com suas divergências, suas sintonias e convergências para dar exemplo em Brasília de que é possível o debate, de que é possível a coexistência de pontos de vista distintos, mas que é muito importante a boa intenção e querer cada vez mais fazer com que nossa sociedade seja a melhor sociedade possível. Muito obrigado pela oportunidade de conviver com vocês nesses dois dias e meio.

O Sr. Coordenador - Com a palavra, o Sr. Washington Mello, para suas considerações finais.

O Sr. Washington Mello - Em nome do grupo que representou o poder público na conferência, acho que a única coisa que ficou sem ser dita até agora é que tenho muito a agradecer o apoio, a solidariedade, o trabalho da comissão organizadora. Desejo aos visitantes uma boa viagem de volta e até a próxima conferência, que esperamos que seja bem breve, e aos que estão sendo eleitos para representar Minas Gerais na Conferência Nacional de Comunicação, que tenham consciência de que Minas está nas mãos de vocês. Nossa esperança e nossa expectativa é que vocês defendam Minas Gerais, tudo o que foi defendido aqui e façam tudo para que as propostas aprovada pela plenária efetivamente soberana sejam ratificadas pelo plenário da Conferência Nacional, se Deus quiser. Um abraço grande. Até a próxima conferência. Marcelo, leve a mensagem à comissão nacional de que aqui correu tudo otimamente bem. Desejamos sucesso à Conferência Nacional.

O Sr. Coordenador - Com a palavra, a Sra. Lidyane Ponciano, para suas considerações finais.

A Sra. Lidyane Ponciano - Boa tarde. É claro que divergências existem, ainda mais dentro de segmento social que abarca várias entidades, vários movimentos. Isso vem mostrar a pluralidade e a diversidade desta Conferência. A riqueza de propostas que Minas trouxe para este Plenário e encaminhará à Conferência Nacional mostra o quanto o Estado está preparado para fazer esta discussão da democratização da comunicação em Brasília, propondo novo marco regulatório para este país. Nunca antes a sociedade pensou em discutir isso. Hoje a democratização da comunicação está na pauta nacional. As pessoas estão começando a entender que se trata de direito humano e coletivo. Então temos de ir unidos, juntos, fortes para esta Conferência. É lá que o embate ocorrerá. Esperamos que o empresariado, o movimento social cheguem ao consenso de que é preciso realmente um marco regulatório para o setor, a fim de que todos tenham oportunidade, democratizando, assim, a comunicação. Muito obrigada. A Comissão Mineira Pró-Conferência agradece a participação de todos.

O Sr. Coordenador - Com a palavra, a Deputada Jô Moraes, para suas considerações finais.

A Deputada Federal Jô Moraes - Secretário Sérgio Esser, na sua pessoa, cumprimento toda a comissão organizadora, que, num desafio imenso, enfrentando impasses, aliás, que não estavam aqui, mas na esfera nacional, soube conduzir, com tranquilidade, os trabalhos, atingindo este êxito imenso, que se traduz no número de participantes e de propostas, na disputa de participar, porque há sentimento de contribuição. Enfrentamos dificuldades na contenção dos recursos. Durante o processo, na Comissão de Ciência e Tecnologia também enfrentamos desafios muito grandes. A normatização não foi algo simples. Por isso creio que o Estado de Minas Gerais, além de iniciar, de ser um dos primeiros Estados que convocou, teve a capacidade de acompanhar a dinâmica e os desafios de lá. Todos vocês sabem que o regimento interno enfrentou debate do problema da representação. Todos vocês sabem que os temas são muito complexos, novos para as comunidades, para os profissionais e até para a Câmara dos Deputados. Por isso foi muito importante eu estar aqui durante os três dias. Sem dúvida alguma, as propostas de vocês são de imensa contribuição. Temos de assegurá-las não só na Conferência Nacional como na Câmara dos Deputados.

Parabéns ao Subsecretário, parabéns ao Marcelo, que também enfrentou esses desafios em nível nacional. E cheguemos lá, porque a unidade é a única expectativa de conquista.

O Sr. Coordenador - Com a palavra, o Sr. Luís Carlos Bernardes.

O Sr. Luís Carlos Bernardes - Quero cumprimentar o pessoal da organização, a equipe do governo do Estado, o Subsecretário Sérgio Esser, os consultores. Aliás, a ideia de ter como consultores duas figuras tão representativas não só do jornalismo...

Gostaria de cumprimentar a Assembleia Legislativa, não só porque ela acolheu a conferência, mas também porque participou efetivamente por intermédio de Deputados, como o Deputado Carlin Moura. Cumprimento a Casa pela TV Assembleia, na figura do Rodrigo Lucena e, claro, de todos os profissionais, porque é, realmente, uma TV pública.

Cumprimento o Subsecretário Sérgio Esser pela postura de acolher o debate. Não sei se todos sabem que em São Paulo e em Brasília a conferência ainda não está confirmada. Então, isso tudo mostra a dimensão de se terem feito debates democráticos com todo segmento por várias vezes e de se terem consultores com a representatividade e a expressão de Washington Melo e Américo Antunes, jornalistas, dirigentes sindicais, mineiros e nacionais. Cumprimento o Ministério das Comunicações, que, junto ao governo Lula, convocou esta conferência, que era

um sonho muito antigo não apenas dos jornalistas e dos radialistas, mas também da sociedade brasileira como um todo.

Estamos vendo aquele aparente tumulto e dizendo: "Puxa vida, a sociedade civil é complicada". Mas, primeiro, é a primeira conferência; segundo, estamos acostumados - todo o segmento do movimento sindical - a ter discussão com o próprio movimento, como, por exemplo, em nosso caso: jornalistas e radialistas ou médicos, enfim, professores. Ali temos o universo da sociedade civil, por isso essa dificuldade em chegar a um consenso. No entanto, o que está ocorrendo é uma coisa maravilhosa. É a primeira conferência, e aliás penso até que devemos ter um pré-calendário de outras conferências - até estou discutindo isso com algumas figuras nacionais. Tenho uma reunião em São Paulo amanhã com o Presidente e o Secretário-Geral da Fenaj, o Sreder e o Sérgio Murillo, e outros segmentos das rádios e das TVs comunitárias, incluindo representantes da Abra, para sairmos com uma proposta de calendário de conferências nacionais e estaduais. Então, tudo isso, todo esse aparente caos é, na verdade, uma belíssima vitória de Minas Gerais e de todos os setores: o Executivo, o Legislativo e a sociedade civil. Apesar do aparente susto, da aparente situação complicada, é, na verdade, uma belíssima vitória.

Cumprimento também a Deputada Federal Jô Moraes, que está aqui e é da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Na verdade, vi algo que ainda não tinha visto na minha vida pessoal, profissional e sindical, que são longas. Estou muito feliz. Este dia entra para minha história. É isso.

O Sr. Coordenador - Com a palavra, o Sr. Cláudio Vilaça.

O Sr. Cláudio Vilaça - Cumprimento primeiramente a militância do movimento social, a Secretaria de Comunicação, a Assembleia Legislativa e o movimento dos empresários por esta conferência, que deixará frutos para serem colhidos em um tempo bem próximo. A grande discussão, o grande embate, será em Brasília.

Agradeço a presença do Marcelo Bechara; da Deputada Federal Jô Moraes, sempre presente nas conferências, nos seminários, nos debates e em nossas reuniões; do Deputado Carlin Moura, que está conduzindo esta conferência estadual de forma exemplar; de nosso querido e eterno Presidente do Sindicato dos Jornalistas, da Fenaj, Washington Melo; do Américo também, que não sei se está presente, e de toda a estrutura da TV Assembleia, que proporcionou essa mediação ao vivo com 853 Municípios. Para nós é muito importante chegar a cada lar que tem acesso à internet ou à TV a cabo. Esperamos que o sinal aberto seja colocado também para a TV Assembleia. Essa é uma das propostas que defenderemos em Brasília, Rodrigo. Vamos disponibilizar a TV Assembleia para toda a sociedade mineira.

O Sr. Edivaldo Amorim Farias - Quero só 1 minuto. Sou Presidente da Associação Brasileira dos Canais Comunitários - ABCCOM -, mais conhecido como Didi, Presidente da TV Comunitária de Belo Horizonte - TVC Belo Horizonte -, a mais antiga do País, há 14 anos no ar, 24 horas no ar, nas duas operadoras de TV a cabo. Sou membro, com muita honra, da Comissão Organizadora Nacional da Confecom. Por isso cumprimento o Sr. Secretário, os Deputados presentes, os companheiros camaradas empresários membros do poder público e esta galera aqui todinha, pois estamos todos à beira do estresse, cansadíssimos, vindos de diversas reuniões. Cumprimento especialmente nosso coordenador, Dr. Marcelo Bechara, Coordenador da Comissão Nacional, que esteve presente em todas as reuniões de Brasília e em todo o País.

O que estamos vivendo aqui, Sr. Secretário - sejamos transparentes -; estou ganhando só um tempo, porque parece que os ânimos estão serenados e chegamos ao consenso que trabalhamos para construir desde os primeiros instantes. É difícil, sim, como disse o Peninha, pois a sociedade tem fome e sede de democracia. Na área de comunicação, foi a primeira vez que isso aconteceu, o que é muito significativo. Minas Gerais e Belo Horizonte dão exemplo para todo o País, porque, Sr. Secretário, com todas as dificuldades, está se realizando aqui a maior Conferência Estadual de Comunicação, preparatória para a nacional. Com a permissão de vocês, daqui a pouco, levarei este recado a Manaus, já que fui designado pelo coordenador, Dr. Marcelo Bechara para, de madrugada, ir a Manaus para participar da conferência. Parabéns a vocês e a todos nós.

Aprendemos muito com os empresários a disciplina e a organização, mas infelizmente somos lideranças dos mais diversos segmentos do Estado. E não é fácil construir consenso em pouco tempo. Mas chegamos a ele, sim. Democracia é difícil, por isso é tão importante e cada vez mais bela. Minha turma, temos uma chapa para apresentar aí. Muito obrigado pela atenção.

O Sr. Coordenador - Ouviremos os dois colegas que estão ao microfone. Posteriormente, daremos encaminhamento à reunião. Por favor, identifiquem-se ao microfone.

O Sr. Cláudio Anderson dos Santos - Sou representante dos Agentes Penitenciários pela União Mineira dos Agentes de Segurança Prisional - Unimasp. Endosso as palavras dos companheiros anteriores e agradeço a oportunidade. Em uma conferência na qual a sociedade civil esteve presente e discutiu com os diversos segmentos da área de comunicação, foi dado espaço a este movimento, que tem sido cerceado e calado por vozes de vários setores, por causa das pressões que sofre e pela falta da independência, que até hoje não se viveu em Minas Gerais. Agradeço à Mesa, aos presentes e digo que meu coração se orgulha de saber que, em Minas, está havendo o primeiro processo democrático no qual a comunicação tem vez e voz. Esta representatividade será levada a Brasília, para a nacional. Tenho a certeza de que podemos tirar daqui representações que levem ao congresso mundial a representação da comunicação do Estado, do Brasil e de todas as cidades do interior que participaram até agora. Agradeço o espaço dado aos que foram hostilizados e penalizados, os Agentes Penitenciários. Creio que, por meio deste canal de comunicação que foi aberto nesta Conferência, os fatos reverterão. Agradeço a solidariedade de cada um que compactuou e se solidarizou com o que estamos vivendo. Meu muito-obrigado. Agradeço à Mesa, ao povo mineiro e à Assembleia Legislativa. Muito obrigado.

O Sr. Gilson Reis - Meu nome é Gilson Reis. Sou Presidente do Sindicato dos Professores. Primeiramente, gostaria de cumprimentar o Presidente da Mesa, o nosso querido Deputado Carlin Moura, pela brilhante atuação na Presidência, acompanhando o processo de forma democrática e serena. Um processo com tantos conflitos, mas também com muitas possibilidades de convergências. Estamos encerrando uma fase de dois dias e meio, com quase 30 horas de intenso trabalho realizado pelos delegados e pelas delegadas, num momento extremamente importante para o País. No último período, realizamos dezenas de conferências, tendo sido esta, a de Comunicação, a última convocada pelo governo federal, em razão da divergência de setores e das preocupações, algumas legítimas e outras não menos, no objetivo de buscar este debate público, tão necessário ao nosso país. Discutimos aqui o que muitos teóricos têm escrito ao longo da história, ou seja, que a comunicação é o quarto poder ou até o poder central de um país. É por isso que este debate traz tanto calor e tanta discussão. Isso porque, no setor popular e social, compreendemos a necessidade de se criarem condições para a participação, de forma efetiva, no debate de comunicação fundamentalmente, bem como a necessidade de participação no processo de democratização da comunicação no nosso país, ainda muito oligopolizada e nas mãos de poucos meios de comunicação. Há uma discussão de que a comunicação hoje no Brasil está sob o controle de nove famílias, o que não é possível. É preciso democratizar e construir uma perspectiva para que os vários setores tenham acesso à comunicação e que essa comunicação seja amplamente democrática. Mais que democracia, também devemos construir, ao longo desse processo, instrumentos que estejam próximos dos princípios, das comunidades e dos vários setores que compõem a sociedade brasileira. É com grande satisfação que encerramos esse processo aqui, na Assembleia Legislativa, na expectativa de que, em Brasília, possamos construir um processo democrático, avançando na comunicação de Minas Gerais. Parabênizo a Mesa e o povo mineiro, que aqui esteve, sexta, sábado e domingo, para este importante debate democrático do nosso país. Muito obrigado.

O Sr. Iusifith Chafith Felipe - Sou do Instituto de Autodesenvolvimento, militante das rádios comunitárias. Queria fazer justiça, porque esta Casa vem acompanhando nossa militância desde 1996, quando fizemos a primeira edição do Fórum 2000. Conseguimos juntar a maioria das

rádios comunitárias neste Estado. Logo a seguir houve um bombardeio em cima das nossas rádios, acusando-as de derrubar avião. Esta Assembleia criou uma comissão especial, fez uma CPI e desmitificou isso, comprovando que, tecnicamente, é impossível rádio comunitária derrubar avião. Nos anais desta Casa estão os relatórios. Nada foi mais importante para nós do que essa caminhada, que foi garantida por esta Casa. Quero deixar nosso reconhecimento da grande Assembleia Legislativa que este país tem, o seu corpo técnico profissional, que sempre esteve disponível. Para nós, do movimento popular, é muito difícil fazer militância sem recursos, sem dinheiro. Graças à compreensão e tolerância dos profissionais desta Casa, do pessoal da segurança, dos assessores jurídicos, sempre tivemos essa retaguarda. Quero que fique registrado que esta é uma das melhores Assembleias deste Brasil. Obrigado.

O Sr. Ricardo Moretzsohn - Represento os Conselhos Regional e Federal de Psicologia, faço campanha contra a baixaria na TV e algumas coisas mais. Quero ratificar as palavras do companheiro Chafith e agradecer à Assembleia, reconhecendo, na pessoa do Deputado Carlin Moura, a importância desta Casa nesse processo. Quero reconhecer e agradecer ao Subsecretário Esser a exposição, a paciência e a tolerância. Na pessoa da Deputada Jô Moraes, agradeço à Câmara Federal, e na pessoa do Marcelo Bechara, ao Ministério das Comunicações. Queria fazer um registro. Homenageamos, na abertura, sexta-feira, a categoria dos psicólogos. Então, gostaria de registrar que a categoria dos psicólogos no Brasil participa do movimento pela democratização da comunicação há cerca de 10 anos, de uma forma puramente militante. Não temos nenhuma relação de trabalho, laboral, ou seja, participamos como cidadãos e fazemos parte hoje da coordenação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação - FNDC. Particularmente, sou o coordenador nacional da campanha contra a baixaria da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, e temos dezenas de colegas espalhados por esse Brasil afora com o intuito de lutar contra o monopólio da comunicação e para que possamos efetivamente avançar na sua democratização. Era só isso o que queria dizer-lhes. Agradeço e parablenizo a sociedade e os movimentos populares. Foi por causa deles que houve essa conferência.

O Sr. Paulo Jorge - Meu nome é Paulo Jorge, represento a Raça Direitos Humanos e Ambientais em Notícias e Ações. Quero apresentar o meu repúdio a essa chapa de movimentos sociais que foi feita por uma comissão de notáveis, com o monopólio do jornalismo da Casa dos Jornalistas. Uma chapa que tem 60% de jornalistas! Se a Conferência é da sociedade civil, contemplou-a muito pouco. Se fizermos um gráfico, verificaremos que a maioria das pessoas da chapa tinham nomes já conhecidos, nomes dos notáveis. Na hora do consenso, apareceram com um monte de coisa, e me senti como se estivesse na época do governo militar, com o voto do cabresto. Posteriormente, depois de muita conversa, acabei virando suplente. Obviamente, nessa democracia que colocaram aí, que é pior que a do DEM, ainda temos que dar graças a Deus em poder ter entrado na chapa como suplente. Só quis deixar meu repúdio a todo mundo e mostrar que, de acordo com a manipulação, não deu nem para fazer a segunda chapa. Lamento muito que a sociedade civil chegue a Brasília dessa forma: a chapa dos amigos. Muito obrigado.

O Sr. Aloísio Soares Lopes - Em respeito à Mesa e a todas as delegações, só queria registrar, Subsecretário, a importante participação que os jornalistas mineiros tiveram nesse processo. Tivemos aqui 47 jornalistas delegados, sendo 31 pela sociedade civil, 13 pelo setor público e 4 pelo segmento empresarial. É a contribuição que os profissionais jornalistas dão ao debate da democratização da comunicação.

O Sr. Coordenador - Ao encerrar os nossos trabalhos, queria dizer algumas palavras. Primeiro, acho que trabalhamos muito e bem e daremos uma contribuição de 675 propostas ao debate nacional. A voz de Minas se fará ouvir em Brasília. Agradeço a todos os participantes pelo empenho, dedicação, profissionalismo e competência. Agradeço também a toda a nossa equipe de apoio, tanto a da Subsecretaria de Comunicação como a da assessoria técnica da Assembleia, que foi valiosíssima para que conduzíssemos os trabalhos com a metodologia e a organização com que trabalhamos. Agradeço também ao Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia, que, desde a primeira hora em que foi consultado, nos abriu as portas desta Casa e possibilitou que, através da TV Assembleia, o Estado inteiro nos acompanhasse. De modo especial, agradeço aos meus colegas de comissão, que durante quase dois meses interagiram conosco. Houve vários momentos em que não havia acordo; havia até divergências. Nós os superamos. Conseguimos fazer acontecer a conferência. E, agora, quero materializar no Deputado Carlin Moura meu agradecimento especial, pois ele foi um orientador muito importante na condução dos trabalhos. Agradeço ainda ao Marcelo Bechara, que gentilmente nos acompanhou e também contribuiu com várias questões importantes, principalmente em relação à forma como deveríamos conduzir a conferência. Consideramos cumprida a missão que nos foi delegada pelo Governador Aécio Neves. Espero que todos estejamos em Brasília para levar nossa valiosa participação à Conferência Nacional.

O Sr. Presidente - Minas Gerais demonstrou vanguarda não só durante todo o debate desta conferência, não só com o conteúdo e com a quantidade de propostas apresentadas; durante todo o processo houve diversos elementos que podem afirmar a vanguarda de Minas Gerais. Em primeiro lugar, o Movimento Pró-Conferência Nacional de Comunicação, em Minas, começou há muito tempo e teve um papel decisivo para que esta conferência nacional, a primeira, se transformasse numa realidade.

O segundo registro importante é o papel da Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa, muito bem presidida pelo Deputado André Quintão, que também foi um parceiro fundamental no processo e manda um abraço a todos. A Comissão de Participação Popular é uma referência de participação em todos os parlamentos do Brasil. Ou seja, a Assembleia de Minas é uma referência no tocante à participação popular, está sempre aberta à participação da sociedade civil. Também quero fazer um registro referente ao Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia, sempre muito solícito e antenado com as questões da participação popular.

Cumprimento o governo do Estado de Minas Gerais, na pessoa do Subsecretário Sérgio Esser, que teve a coragem e assumiu todos os compromissos na realização desta conferência. Quero ressaltar a importância do papel da comissão organizadora de Minas Gerais, que conseguiu realizar uma conferência deste porte e desta magnitude em menos de dois meses.

É importante registrarmos que, antes de a Comissão Nacional definir certas regras, seu regimento e seu regulamento, a comissão estadual já tinha o seu regulamento. E muitas das questões que tivemos de adaptar ao regimento nacional, como por exemplo o critério das votações, foi em vista da demora da comissão nacional em defini-las. Mas temos a compreensão de que construir uma conferência de forma tripartite, com diversos segmentos, pressupõe consenso e muito diálogo. Sou testemunha viva de que o consenso construído na comissão foi mantido em Plenário, mesmo que, algumas vezes, tenha parecido haver mal-entendido. Em nome do consenso e da unidade é que pudemos construir essa conferência de comunicação.

Agradeço ao setor empresarial, à sociedade civil, ao poder público e aos nossos convidados, que abrilhantaram esta Conferência. De forma muito especial, agradeço ainda a todos os funcionários da Secretaria e aos servidores da Assembleia Legislativa de Minas Gerais que ajudaram na realização deste evento, como também a esta importante TV pública, que ajuda efetivamente na democratização da comunicação, a TV Assembleia, que cobriu todo o evento e o reprisará nos dias 28 e 29 de novembro, às 9 horas, para toda a sociedade de Minas Gerais. Em nome do Presidente desta Assembleia, agradeço publicamente os elogios que a Casa recebeu. Saibam que o papel constitucional, a obrigação da Assembleia Legislativa é ser democrática e popular. Afinal, a democracia se faz com o exercício permanente de ouvir o povo, de debater as questões e de não fugir das polêmicas nem dos debates. Então, em nome da Assembleia, agradecemos o elogio e aproveitamos para reforçar o convite às pessoas que queiram participar da avaliação da Assembleia Legislativa para acessar o "site" www.almg.gov.br. Temos a convicção de que mais uma etapa foi cumprida, que mais um dever foi cumprido. Agradeço também aos Prefeitos, aos Vereadores, aos sindicalistas, aos jornalistas, ao poder público estadual, à Assembleia Legislativa e a todos os que ajudaram a realizar este importante debate.

Antes de encerrar a reunião, comunico que os setores de rádio comunitária se reunirão do lado de fora do Plenário.

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de amanhã, dia 16, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

Ata da 1ª Reunião Especial DA COMISSÃO ESPECIAL SOBRE A ARBITRAGEM, em 24/11/2009

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Ivair Nogueira, Neider Moreira e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da Comissão. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente, a designar o relator da matéria e a fixar o dia e o horário das reuniões ordinárias da Comissão. O Presidente determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Ivair Nogueira para escrutinador. Feita a apuração dos votos, são eleitos para Presidente o Deputado Dalmo Ribeiro Silva e para Vice-Presidente o Deputado Ivair Nogueira, ambos com quatro votos. Neste momento, registra-se a presença do Deputado Alencar da Silveira Jr. A seguir, a Presidência designa relator da matéria o Deputado Neider Moreira, registra a presença dos Srs. Décio Freire, Jairo José Isaac e Onofre Junqueira Júnior e informa que as reuniões ordinárias da Comissão serão realizadas às quartas-feiras, às 15 horas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Neider Moreira - Lafayette de Andrada.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 30/11/2009, destinada à comemoração do Ano Jubilar do Cardeal Emérito Dom Serafim Fernandes de Araújo e à homenagem da Congregação dos Padres Sacramentinos de Nossa Senhora pelos 80 anos de sua fundação.

Palácio da Inconfidência, 27 de novembro de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fahim Sawan, Antônio Genaro, Delvito Alves e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 30/11/2009, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir, com a presença de convidados, o Projeto de Lei nº 4.548/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências, em tramitação na Câmara dos Deputados; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 27 de novembro de 2009.

Durval Ângelo, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PareceR SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.037/2009

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.037/2009, de autoria de Nair Ferreira Faria Araújo, da Câmara Municipal de Itapagipe, visa à criação de ação, no PPAG 2008-2011, objetivando a implantação de telecentros em Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais - Apaes.

A proposta foi apresentada em audiência pública realizada pela Comissão de Participação Popular no dia 14/10/2009, em Iturama, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 3.808/2009, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG-2008 - 2011.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 18/11/2009, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em análise objetiva incluir nova ação no PPAG visando à criação de telecentros nas unidades das Apaes de Minas Gerais. Trata-se de iniciativa meritória, já que os recursos tecnológicos dos telecentros podem favorecer a aprendizagem e o desenvolvimento cognitivo das crianças e jovens portadores de necessidades educacionais especiais. Contudo, há que destacar que a instalação do referidos centros deve ser acompanhada da realização de cursos de capacitação tecnológica que preparem os instrutores para lidar com esse público, como forma de tornar mais aproveitáveis os recursos disponibilizados.

Entretanto, não se faz necessária a criação de uma ação para concretizar tal proposta. Segundo informações da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, convênios e parcerias já vêm sendo firmadas entre Centros Vocacionais Tecnológicos - CVTs - e Apaes para qualificar pessoas portadoras de necessidades especiais e criar oportunidades de ingresso no mercado de trabalho.

Assim, para atender à demanda apresentada, recomenda-se o envio de requerimento ao referido órgão estadual solicitando atenção especial na implantação de telecentros em unidades das Apaes, além do estabelecimento de convênios dessas entidades com os CVTs, onde estes já estiverem em funcionamento.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.037/2009 na forma de requerimento.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2009.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura, relator - Duarte Bechir.

Parecer SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.038/2009

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.038/2009, de Adriana Martins Oliveira, da Associação dos Municípios do Médio Jequitinhonha - Ameje -, e demais participantes do grupo 2 da audiência pública de Itaobim; de Cristiane Nazareth da Silva, do Conselho Regional do Serviço Social; e de Daisy Dias Lopes, do Cress 6ª Região - Belo Horizonte, sugere a criação de ação no PPAG 2008-2011, denominada Execução de Ações Regionalizadas de Proteção Especial e Fomento a Consórcios Intermunicipais, com a finalidade de elaboração de diagnóstico sobre a demanda por proteção social especial no Estado e execução de serviços, programas e projetos de proteção social especial, inclusive Centros de Referência Regional de Assistência Social - Creas -, e fomento a consórcios intermunicipais.

A proposta foi apresentada em audiências públicas realizadas pela Comissão de Participação Popular com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 3.808/2009, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008-2011.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 18/11/2009, vem a proposta a esta Comissão, para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.038/2009 sugere seja restaurada a Ação 1147 - Execução de Ações Regionalizadas de Proteção Especial e Fomento aos Consórcios Intermunicipais -, excluída no projeto de revisão do PPAG para o exercício de 2010, ampliando sua meta física para 10, a fim de garantir dotação para futuros convênios para a implantação de serviços regionalizados de proteção especial. A proposta aglutinada à proposição em análise sugere o desmembramento da Ação 4236 - Cofinanciamento de Serviços para Municípios na Execução da Proteção Especial. O objetivo de ambas é especificar claramente a meta de ampliação dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social - Creas.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004, a proteção social especial destina-se a pessoas e grupos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus-tratos físicos ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. Trata-se da oferta de serviços, programas e projetos de caráter protetivo e de promoção social, com ações de média e alta complexidade. A proteção social especial de média complexidade destina-se às pessoas e aos grupos que tiveram seus direitos violados, mas mantêm vínculos familiares e comunitários, e se efetivam por meio de serviços de orientação e apoio sociofamiliar; de abordagem de rua; de cuidados domiciliares; de medidas socioeducativas de meio aberto, entre outros. A proteção social de alta complexidade, por sua vez, destina-se às pessoas com direitos violados e vínculos familiares e comunitários rompidos, o que exige proteção integral por meio da institucionalização, com garantia de moradia, alimentação trabalho protegido e abrigo para proteção quanto a situações de ameaça e de violação de direitos.

O Centro de Referência Especializado da Assistência Social - Creas - é o equipamento da assistência social voltado ao atendimento dos casos de violação dos direitos, de média complexidade, visando à orientação e ao convívio sociofamiliar e comunitário.

Segundo dados apresentados pelos gestores do Programa 023 - Implantação do Suas -, a Ação 1147 - Execução de Ações Regionalizadas de Proteção Especial e Fomento aos Consórcios Intermunicipais -, foi excluída, mas sua meta incorporada à Ação 4236 - Cofinanciamento de Serviços para Municípios na Execução da Proteção Especial, não está, no entanto, explícita. Tornar explícita a previsão de implantação dos Creas amplia a transparência dos investimentos a serem feitos e facilita o acompanhamento pelas instâncias de controle social.

Por essas razões, acolhemos a proposta, com a apresentação de emendas aos projetos de lei do Orçamento anual e de revisão do PPAG 2008-2011, alterando-se a finalidade da Ação 4236, de forma a explicitar a manutenção dos Creas, e acrescentando-se ação nova, intitulada "Financiamento para a Implantação dos Centros Especializados de Assistência Social - Creas", por meio de desdobramento da Ação 4236, deduzindo-se 10 na meta física e R\$1.200.000,00 na meta financeira da referida ação.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.038/2009 na forma das emendas aos Projetos de Lei nºs 3.808 e 3.809/2009.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2009.

André Quintão, Presidente - João Leite, relator - Carlin Moura - Duarte Bechir.

Parecer SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.040/2009

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.040/2009, de autoria de Adriana Martins Oliveira, da Associação dos Municípios do Médio Jequitinhonha - Ameje -, e demais participantes do grupo 2 da audiência pública de Itaobim, sugere alteração da finalidade da Ação 1176 - Intervenções urbanas e habitacionais - do PPAG 2008-2011.

A proposta foi apresentada em audiência pública realizada pela Comissão de Participação Popular no dia 20/10/2009, em Itaobim, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 3.808/2009, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008-2011.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 18/11/2009, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.040/2009 sugere alteração da finalidade da Ação 1176 - Intervenções urbanas e habitacionais -, de forma a incluir a utilização da mão de obra egressa dos cursos da Usina Mineira do Trabalho nas intervenções urbanas e habitacionais do Projeto Travessia.

O Projeto Travessia tem como objetivo promover a emancipação social e econômica das camadas mais pobres e vulneráveis da população, por meio da articulação de políticas públicas e do desenvolvimento de mecanismos participativos em regiões territoriais definidas de concentração de pobreza. Em seu escopo estão as seguintes ações: articular atores públicos, mobilizar recursos institucionais, desenvolver mecanismos de participação, monitoramento e controle social pela população envolvida; coordenar, de forma integrada, as ações que serão executadas em locais de vulnerabilidade social, especialmente nas áreas de infraestrutura, habitação, saúde, assistência social, educação e emprego; e potencializar os ativos econômicos e sociais para garantir a sustentabilidade local.

As ações Intervenções urbanas e habitacionais e Usina Mineira do Trabalho também compõem o Travessia. Por meio da Usina Mineira do Trabalho são oferecidos cursos de qualificação profissional, especificamente para a população das localidades do Projeto Travessia. Pretendia-se que os profissionais qualificados pudessem atuar nas obras de infraestrutura realizadas pelo Travessia nas comunidades.

Portanto, a integração do público qualificado está presente na concepção das ações que compõem o projeto. A inclusão da utilização da mão de obra egressa dos cursos da Usina Mineira do Trabalho nas intervenções urbanas e habitacionais do Projeto Travessia vem reforçar essa integração.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.040/2009 na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 3.808/2009.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2009.

André Quintão, Presidente - João Leite, relator - Carlin Moura - Duarte Bechir.

Parecer SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.043/2009

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.043/2009, de autoria de Maria Aparecida Santos Queiroz, da Associação Papa João XXIII no Brasil, e outros, visa alterar o PPAG - 2008-2011 para garantir a capacitação dos cidadãos, por meio de oficinas regionalizadas que antecedam as audiências públicas de revisão do PPAG.

A proposta foi apresentada em audiências públicas realizadas pela Comissão de Participação Popular, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 3.808/2009, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2008-2011.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 18/11/2009, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em epígrafe prevê a realização de oficinas de capacitação em planejamento e orçamento público com o objetivo de qualificar a participação popular no processo de revisão do PPAG.

Realizado desde 2003 por esta Comissão, esse processo tem resultado no aperfeiçoamento das ações de Estado, seja pela introdução de iniciativas que não estavam na agenda governamental, seja pelo aprimoramento das ações já existentes. Isso confere ao ciclo orçamentário uma feição participativa, o que lhe assegura maior legitimidade e eficácia, além de constituir um espaço de interlocução e controle social.

No entanto, quando se analisa a participação em campos temáticos, constata-se que nem todas as áreas apresentam o mesmo nível de efetividade das intervenções populares, o que pode resultar no não acolhimento da proposta, seja por questões ligadas à forma, seja por questões de conteúdo. Cabe salientar que o planejamento e o orçamento têm uma natureza essencialmente política, que, no entanto, deve ser conjugada com saberes e linguagem técnicos.

O processo de revisão do PPAG passa por inovações a cada ano. Citamos, como exemplo, a regionalização das audiências públicas, que passaram a ocorrer a partir de 2007, e, por emenda popular, a instituição de audiências públicas de monitoramento das ações do governo, no primeiro semestre de cada ano.

A proposta em tela promove no processo aperfeiçoamentos que se somam a essas iniciativas. As oficinas preparatórias serão um momento importante para qualificar a participação popular, fornecendo-lhe instrumentos para intervir no processo de forma mais efetiva.

Por essas razões, consideramos conveniente e oportuna a proposta popular apresentada.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.043/2009 na forma de Projeto de Lei modificativo da Lei 17.347/2008, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o período 2008-2011.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2009.

André Quintão, Presidente - João Leite, relator - Carlin Moura - Duarte Bechir.

PareceR SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.045/2009

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.045/2009, de autoria de Elizete Borges Soares, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese –, e de Vinícius Samôr de Lacerda, da Câmara Municipal de Ubá, visa à alteração da finalidade da Ação 1156 – Qualificação de recursos humanos para gestão e controle do Suas – do PPAG 2008-2011.

A proposta foi apresentada em audiência pública realizada pela Comissão de Participação Popular no dia 22/10/2009, em Montes Claros, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 3.808/2009, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2008-2011.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 18/11/2009, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta pretende alterar a finalidade da Ação 1156 – Qualificação de recursos humanos para gestão e controle do Suas –, do Programa 023 – Implantação do Suas –, para incluir, na finalidade, referência ao processo de certificação de servidores e ao estímulo ao protagonismo juvenil. O intuito é garantir a qualificação de servidores e trabalhadores da área, para aprimorar o Suas e a capacidade de gestão do sistema e também para incentivar que o protagonismo juvenil seja considerado nos trabalhos desenvolvidos na área.

De acordo com a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB-Suas –, publicada em julho de 2005, entre as atribuições dos Estados na gestão da Assistência Social está a responsabilidade de coordenar, gerenciar, executar e cofinanciar programas de capacitação de gestores, profissionais, conselheiros e prestadores de serviços. Essa mesma norma reconhece a relevância das conferências de assistência social, em todos os níveis de governo, como espaço de formulação, monitoramento e avaliação da implementação da política socioassistencial, e atribui responsabilidades aos entes federados para sua realização.

Por essas razões, acolhemos a proposta, com a apresentação de emenda ao projeto de lei de revisão do PPAG 2008-2011, exercício 2010, alterando a finalidade da Ação 1156, com vistas a assegurar a formação continuada e o processo de certificação dos participantes da rede socioassistencial – conselheiros, gestores, servidores públicos, entidades e trabalhadores da rede conveniada.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.045/2009 na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 3.808/2009.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2009.

André Quintão, Presidente - João Leite, relator - Carlin Moura - Duarte Bechir.

PareceR SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.048/2009

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.048/2009, de autoria de Cibele Melo Benjamin, da Prefeitura Municipal de Poços de Caldas, visa à criação de programa no PPAG 2008-2011, denominado Cidade Administrativa, com o objetivo de garantir a implementação do Paço Municipal e Cidade Judiciária naquele Município.

A proposta foi apresentada em audiência pública realizada pela Comissão de Participação Popular no dia 27/10/2009, em Poços de Caldas, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 3.808/2009, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG-2008 - 2011.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 18/11/2009, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.048/2009 visa criar, no âmbito do programa Cidade Administrativa, um programa para executar as obras de infraestrutura do Paço Municipal, em Poços de Caldas, que abrangerá o Centro de Convenções, a ser implantado pela Codemig.

Segundo a autora, o objetivo da proposta é facilitar o acesso do cidadão aos serviços prestados e possibilitar a realização do turismo de eventos.

Inicialmente, cabe ressaltar que o programa estruturador Cidade Administrativa tem todas as suas ações relacionadas diretamente com a implantação da Cidade Administrativa em Belo Horizonte. Assim, a proposta apresentada não pode ser acolhida dentro do referido programa.

Entretanto, entende-se que a pretensão da proposta é obter o apoio do Estado para a realização de obra de interesse para o Município de Poços de Caldas. Sendo assim, concluímos pelo envio de requerimentos à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag - e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana - Sedru -, solicitando um estudo da viabilidade da obra solicitada na proposta.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.048/2009 na forma de requerimentos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2009.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura, relator - Duarte Bechir.

PareceR SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.069/2009

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.069/2009, de autoria de Eriane Suelen Souza Pimenta, do Conselho Municipal de Saúde, visa à criação de ação no PPAG-2008-2011, denominada Atenção à saúde do adolescente, com a finalidade de implantar a rede de atenção à saúde primária e secundária do adolescente e de capacitar os profissionais da rede.

A proposta foi apresentada em audiência pública realizada pela Comissão de Participação Popular em 29/10/2009, em Juiz de Fora, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 3.808/2009, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2008-2011.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 18/11/2009, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em análise tem como objetivo garantir a assistência integral à saúde do adolescente e implantar os centros de referência em saúde do adolescente.

O Ministério da Saúde considera fundamental assegurar a todos os adolescentes e jovens o acesso às seguintes ações: acompanhamento de seu crescimento e desenvolvimento, orientação nutricional, imunizações, atividades educativas, identificação e tratamento de agravos e doenças prevalentes. Para tanto, tornam-se indispensáveis a organização da demanda e a identificação dos grupos vulneráveis e em situação especial de agravamento. Com esse objetivo, recentemente foi lançada a Caderneta de Saúde do Adolescente, a ser utilizada nas unidades de atenção primária para registrar a assistência à saúde prestada aos adolescentes, bem como para informar sobre como evitar doenças, sobre mudanças no corpo, além de orientar sobre saúde sexual, saúde reprodutiva, saúde bucal e alimentação.

Além disso, o Programa Saúde na Escola - PSE -, instituído pelo Decreto Presidencial nº 6.286, de 2007, e desenvolvido pelos Ministérios da Saúde e da Educação, visa integrar as ações desenvolvidas pela rede pública de ensino e pelas Equipes de Saúde da Família - ESF.

O PSE tem 4 componentes, descritos a seguir. A "avaliação das condições de saúde das crianças, adolescentes e jovens", que se refere à atenção clínica e inclui detecção precoce de determinadas patologias, atualização do calendário vacinal e avaliações oftalmológica, auditiva, nutricional e da saúde bucal. O componente de "promoção de saúde e prevenção" inclui ações de promoção de alimentação saudável e de atividade física, bem como de ações de educação para a saúde sexual e reprodutiva, ações de prevenção das DST e Aids, da gravidez na adolescência e do uso de álcool, tabaco e outras drogas e ações de promoção da paz e prevenção da violência. A "educação permanente e capacitação dos profissionais e dos jovens" prevê ação de educação permanente de jovens para promoção da saúde e da educação e capacitação de profissionais de educação nos temas da saúde, bem como constituição das equipes de saúde que atuarão no PSE. O último componente é o "monitoramento e avaliação da saúde dos estudantes", que envolve a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, feita em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - e o Encarte Saúde no Censo Escolar, aplicado no projeto Saúde e Prevenção nas Escolas desde 2005 e que consiste em questões relativas às DST e Aids.

A Ação 1117 - Desenvolvimento de recursos humanos-plano diretor de atenção primária -, do Programa 049 - Saúde em casa -, tem como finalidade melhorar a qualidade da atenção primária à saúde por meio da otimização dos processos de trabalho, do reconhecimento de boas práticas e da capacitação de pessoal, especialmente dos profissionais do Programa Saúde da Família, pelas oficinas do plano diretor. Sugerimos, portanto, que a proposta seja acolhida para modificar a finalidade da ação supracitada, visando assegurar a inclusão de conteúdo relativo à saúde dos adolescentes nas oficinas de treinamento para qualificar os profissionais da rede.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.069/2009 na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 3.808/2009.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2009.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura, relator - Duarte Bechir.

Parecer SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.070/2009

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.070/2009, de autoria de Claudinei dos Santos Lima, da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Zona da Mata, visa à alteração da Ação 4269 - Constituição de rede de serviços e projetos de atendimento ao usuário de droga - do PPAG 2008-2011, modificando-se a regionalização e redistribuindo-se as metas físicas e financeiras.

A proposta foi apresentada em audiência pública realizada pela Comissão de Participação Popular no dia 29/10/2009, em Juiz de Fora, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 3.808/2009, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2008-2011.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 18/11/2009, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.070/2009, de autoria de Claudinei dos Santos Lima, da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Zona da Mata, sugere alteração da Ação 4269 do PPAG 2008-2009, objetivando a constituição de uma rede de serviços e projetos de atendimento ao usuário de drogas, com mudança de regionalização e redistribuição das metas físicas e financeiras para a região da Zona da Mata.

O número de instituições que atendem usuários de drogas na região é insuficiente e o índice de crianças e adolescentes usuários é alto. O Sistema Único de Saúde - SUS -, em dois anos, mais que duplicou o número de atendimentos: o tratamento intensivo contra a cocaína e o crack aumentou 107% - de 179 casos em 2006, para 371 em 2008. Esses dados referem-se a crianças e adolescentes entre 10 e 18 anos, de todas as classes sociais.

Em razão da sua condição peculiar de ser em desenvolvimento, crianças e adolescentes ficam mais expostos à dependência e ao tráfico de drogas e requerem maior atenção. Faz-se necessário, portanto, tratamento interdisciplinar, com envolvimento de diversos profissionais - médicos, assistentes sociais, psicólogos, educadores -, a ser prestado tanto a adolescentes e a crianças quanto as suas famílias.

Entendemos que a proposta em análise é relevante, mas já se encontra atendida pela Proposta de Ação Legislativa nº 1.047/2009, que pretende implantar uma rede de atenção ao usuário de álcool e drogas, em especial crianças e adolescentes. Dessa forma, para evitar duplicidade de propostas, somos pela rejeição da proposta em tela.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela rejeição da Proposta de Ação Legislativa nº 1.070/2009.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2009.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura, relator - João Leite - Duarte Bechir.

Parecer SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.071/2009

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.071/2009, de autoria de Eliana Cardoso de Oliveira e Rosilda de Fátima dos Santos, pretende incluir ação nova no Programa 030 - Novos padrões de gestão e atendimento da educação básica -, de forma a universalizar o acompanhamento social em todas as escolas estaduais situadas em regiões de maior vulnerabilidade social, de acordo com a Lei Estadual nº 16.683, de 10/11/2007, que autoriza o Poder Executivo a desenvolver ações de acompanhamento social nas escolas da rede pública de ensino do Estado.

A proposta foi apresentada em audiência pública realizada pela Comissão de Participação Popular no dia 18/11/2009, em Montes Claros, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 3.808/2009, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2008-2011.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 2/10/2009, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em análise objetiva que a Lei nº 16.683, de 2007, seja aplicada em todas as escolas estaduais situadas em regiões de maior vulnerabilidade social. O acompanhamento escolar, na forma proposta, deveria incidir sobre o Programa 030 - Novos padrões de gestão e atendimento da educação básica -, com inclusão de duas ações: uma para o nível fundamental e outra para o médio.

Preliminarmente, deve-se esclarecer que a Lei Estadual nº 16.683, de 2007, nos termos do parágrafo único do art. 1º, não autoriza a inserção de ações de acompanhamento escolar em todas as escolas de uma região que apresentem baixo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH -, ou alta vulnerabilidade social, mas somente para alguns jovens que necessitem de acompanhamento escolar e em escolas de comunidades específicas de uma região com baixo IDH.

Quanto ao mérito, há que se considerar que os recursos da educação são insuficientes para o pagamento de profissionais não diretamente relacionados às atividades de ensino-aprendizagem. Ademais, esse atendimento vem sendo cumprido com eficácia no âmbito dos Programas 033 - Poupança jovem - e 055 - Escola viva, comunidade ativa.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela rejeição da Proposta de Ação Legislativa nº 1.071/2009.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2009.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura, relator - Duarte Bechir.

PareceR SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.075/2009

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.075/2009, de autoria de Cláudio Luis Dias Amaral, do Comitê da Bacia Hidrográfica Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé, visa à criação de programa no PPAG 2008-2011, denominado revitalização e despoluição dos afluentes mineiros da Bacia Hidrográfica dos Rios Pomba e Muriaé com o objetivo de revitalizar e despoluir o trecho mineiro da Bacias Hidrográficas dos Rios Pomba e Muriaé.

A proposta foi apresentada em audiência pública realizada pela Comissão de Participação Popular no dia 29/10/2009, em Juiz de Fora, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 3.808/2009, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG-2008 - 2011.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 18/11/2009, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em análise pretende que seja criado um programa no - PPAG 2008 - 2011, com o objetivo de promover a revitalização do trecho mineiro da Bacias Hidrográficas dos Rios Pomba e Muriaé.

Tem-se que ideia semelhante, voltada para a Bacia do Rio das Velhas, foi lançada em 2003 pela sociedade civil, por meio do Projeto Manuelzão, e encampada pelo Estado de Minas Gerais como Programa Estruturador em 2007 - Programa revitalização do Rio das Velhas - Meta 2010.

Ações desse tipo são ambiciosas e, assim como ocorreu na Bacia do Rio das Velhas, dependem de envolvimento da sociedade civil, do Comitê de Bacia, dos Municípios, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa - em suas áreas de concessão ou dos serviços autônomos de saneamento dos Municípios, do Estado de Minas Gerais e da União, uma vez que as Bacias dos Rios Pomba e Muriaé são federais.

Assim, sugerimos seja encaminhado requerimento à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad -, para que seja estudada a possibilidade de se implementarem ações programáticas semelhantes às adotadas no Programa Meta 2010 nos trechos mineiros das Bacias Hidrográficas dos Rios Pomba e Muriaé.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.075/2009 na forma de requerimento.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2009.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura, relator - João Leite - Duarte Bechir.

PareceR SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.080/2009

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.080/2009, de autoria de Diomar Mariotti Filho, da Câmara Municipal de Monte Santo de Minas, visa a alteração da Ação 4015 - Estruturação de destinos turísticos - do PPAG 2008-2011, modificando as metas físicas e financeiras.

A proposta foi apresentada em audiência pública realizada pela Comissão de Participação Popular no dia 27/10/2009, em Poços de Caldas, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 3.808/2009, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2008 - 2011.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 18/11/2009, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em tela visa alterar as metas físicas e financeiras da Ação 4015 - Estruturação de destinos turísticos, para atender o Circuito Montanhas Cafeeiras de Minas Gerais. A justificativa do proponente é a diversidade de riquezas da região, que tem cachoeiras, patrimônio histórico e tradições culturais, além de potencial para a prática de esportes radicais.

No PPAG 2008-2011, Ação 4015, já está prevista para o Sul de Minas a formulação de um destino turístico estratégico para 2010. Assim, sugerimos seja encaminhado requerimento à Secretaria de Estado de Turismo para que se informem as ações e medidas realizadas e previstas para o Circuito Montanhas Cafeeiras de Minas.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.080/2009 na forma de requerimento.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2009.

André Quintão, Presidente e relator - Duarte Bechir - Carlin Moura.

PareceR SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.081/2009

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.081/2009, de autoria de Marco Aurélio Gonçalves Martins, do Departamento de Meio Ambiente de Carai, visa à alteração da ação 1306 – Melhoria da acessibilidade de Municípios de pequeno porte – do PPAG 2008-2011 para especificar o asfaltamento do trecho Carai a Araçuaí, na Região Jequitinhonha/Mucuri.

A proposta foi apresentada em audiência pública realizada pela Comissão de Participação Popular no dia 20/10/2009, em Itaobim, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 3.808/2009, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2008 - 2011.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 18/11/2009, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em epígrafe sugere alterar a Ação 1306 – Melhoria da acessibilidade de Municípios de pequeno porte – no Programa 035 – Processo –, com a finalidade de realizar o asfaltamento do trecho Carai a Araçuaí, na Região Jequitinhonha-Mucuri. Segundo o proponente, a obra trará para o usuário da via uma redução de aproximadamente 100km, em relação ao trajeto através da BR-116. Por outro lado, cabe observar que o trecho que liga Carai a BR-116 já foi asfaltado. Desse modo, os habitantes de Araçuaí também serão beneficiados com a obra nas viagens em direção ao Sul, uma vez que poderão ter acesso à referida BR num ponto mais ao sul, resultando, assim, numa redução de distância.

Consideramos relevante a obra sugerida para o transporte da Região Jequitinhonha-Mucuri. Entretanto, entendemos que a proposta deve incidir sobre outra ação, a 1157 – Pavimentação e Melhoramento de Ligações Faltantes – no Programa 057 – Programa de aumento da capacidade e segurança dos corredores de transporte. Assim, acolhemos a proposta na forma de emenda ao PPAG, com o objetivo de alterar a regionalização da Ação 1157, incluindo a região Jequitinhonha-Mucuri, com meta física de 1 e meta financeira de R\$100.000,00, e promovendo uma redistribuição da meta financeira, de modo que o seu valor total não se altere. Apresentamos também emenda ao Projeto de Lei nº 3.809/2009, que estima as receitas e fixa as despesas do orçamento fiscal do Estado de Minas Gerais e do orçamento de investimento das empresas controladas pelo Estado para o exercício de 2010, a fim de efetuar a especificação das obras.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.081/2009, na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 3.808/2009 e de emenda ao Projeto de Lei nº 3.809/2009.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2009.

André Quintão, Presidente e relator - Carlin Moura - Duarte Bechir.

PareceR SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.087/2009

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.087/2009, de autoria de Pedro Paulo Vieira de Macedo, da Câmara Municipal de Itaobim, e outros, visa à criação de ação no PPAG 2008-2011 denominada Implantação de novas unidades (telecentros) da Rede de Formação Profissional, com a finalidade de prestar atendimento ao cidadão com disponibilização de infraestrutura para inclusão digital, com recursos específicos para pessoas com deficiência, capacitação profissionalizante e informações governamentais.

A proposta foi apresentada em audiência pública realizada pela Comissão de Participação Popular no dia 20/10/2009, em Itaobim, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 3.808/2009, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG-2008-2011.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 18/11/2009, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise objetiva criar ação destinada à implantação de telecentros na região Jequitinhonha-Mucuri, tendo em vista a grande demanda pela inclusão digital ali verificada.

Contudo, essa demanda já está incluída na Ação 1391 - Operacionalização de CVTs e telecentros -, que prevê a instalação de telecentros nos Municípios dessa região. Além do mais, o atendimento de pessoas com necessidades especiais, o oferecimento de cursos de capacitação profissionalizante e a disponibilização de informações governamentais representam atividades características desse tipo de equipamento social, motivo pelo qual não se justifica a alteração dessa ação.

Observa-se, porém, que os Municípios dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri com previsão de atendimento pela referida ação somam 21, número inferior ao de Municípios da região sem telecentros, o que justifica a revisão da meta física.

Diante dessa situação, propõe-se aumentar a meta física da ação, visando implantar unidades desses centros nos 47 Municípios dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri que ainda não os possuem.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.087/2009 na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 3.808/2009.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2009.

André Quintão, Presidente e relator - Carlin Moura - Duarte Bechir.

PareceR SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.092/2009

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.092/2009, de Wenderson Luiz Barbosa Bicalho, da Prefeitura Municipal de Montes Claros, encaminha proposta de criação de ação no PPAG 2008-2011, denominada Criação de Centro de Capacitação para a Produção de Oleaginosas.

A proposta foi apresentada em audiência pública realizada pela Comissão de Participação Popular no dia 22/10/2009, em Montes Claros, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 3.808/2009, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008-2011.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 18/11/2009, vem a proposta a esta Comissão, para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em análise tem por objetivo a criação de uma ação com a finalidade de se instituir um centro de capacitação para a produção de oleaginosas, bem como extração, plantio e organização da produção no Município de Montes Claros ou microrregião, tendo em vista a necessidade de matéria-prima para abastecimento da usina de biodiesel da Petrobras localizada em Montes Claros.

O Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008 - 2011 - já inclui a solicitação da proposta em tela, por meio da Ação 4699 - Indução de Programas e Projetos de Pesquisa, constante do Programa Estruturador Arranjos Produtivos em Biotecnologia, Biocombustíveis, Eletroeletrônicos e Softwares.

A referida ação, sob responsabilidade da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig -, tem por finalidade induzir programas e projetos, visando ao desenvolvimento dos arranjos produtivos locais, polos de excelência e inovação.

Assim, uma vez que a ação trata de biotecnologia e biocombustíveis, sugerimos seja encaminhado requerimento à Fapemig, para que estude a possibilidade de implementação do centro de capacitação solicitado ou mesmo de programas de capacitação para a produção de oleaginosas no Norte de Minas.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.092/2009 na forma do requerimento.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 2009.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura, relator - João Leite - Duarte Bechir.

PareceR SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.109/2009

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.109/2009, de autoria de Maria Alice da Silva, da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais, e outros, sugere alteração das metas físicas e financeiras da Ação 4272 – Cofinanciamento para Municípios em serviços no atendimento às crianças e adolescentes em especial com trajetória de rua e trabalho infantil – do PPAG 2008-2011.

A proposta foi apresentada em audiência pública realizada pela Comissão de Participação Popular nos dias 4 a 6/11/2009, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 3.808/2009, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2008-2011.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 18/11/2009, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.109/2009 sugere a ampliação das metas físicas e financeiras da Ação 4272 – Cofinanciamento para Municípios em Serviços no Atendimento às Crianças e Adolescentes em Especial com Trajetória de Rua e Trabalho Infantil –, a fim de garantir recursos para a expansão do Projeto Reciclando Oportunidades, destinado a crianças e adolescentes dos Municípios da Bacia do São Francisco, como forma de evitar o trabalho infantil nos lixões e outras formas de trabalho, além de fomentar a inclusão produtiva das famílias.

O Projeto Reciclando Oportunidades consiste no desenvolvimento de um programa de acompanhamento de crianças, adolescentes e famílias que sobrevivem dos resíduos dos lixões na articulação de redes sociais e na prevenção e combate ao trabalho infantil. O projeto está sendo desenvolvido em dez Municípios da Bacia do São Francisco (Itacarambi, Jaíba, Janaúba, Janaúria, Manga, Catuti, Matias Cardoso, Monte Azul, Gameleiras e São Francisco), que apresentam elevados índices de pobreza e exclusão social e baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – e onde o trabalho infantil vem sendo alternativa de aporte de renda única e ou adicional para a subsistência das famílias. A falta de perspectiva de trabalho e geração de renda para as famílias faz com que, para sobreviverem, crianças e adolescentes sejam expostos a essa situação. O projeto visa também ao fomento a cooperativas como alternativa de renda para essas famílias, com prestação de assessoria para o desenvolvimento e a comercialização dos produtos. O acompanhamento familiar efetivo poderá ser uma possibilidade de promoção social, estímulo de alternativas de geração de renda, atenção à educação dos filhos e superação de necessidades.

Por tratar-se de projeto já desenvolvido no âmbito da ação Cofinanciamento para Municípios em Serviços no Atendimento às Crianças e Adolescentes em Especial com Trajetória de Rua e Trabalho Infantil, acolhemos a proposta, com a apresentação de emenda à LOA especificando recursos para fortalecer e expandir o Projeto Reciclando Oportunidades.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.109/2009 na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 3.809/2009.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2009.

André Quintão, Presidente e relator - Carlin Moura - Duarte Bechir.

Parecer SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.112/2009

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.112/2009, de Marli Costa Campos Quaresma, visa à alteração da Ação 2060 – Assistência Médica e Psicológica da Polícia Militar –do PPAG 2008-2011.

A proposta foi apresentada em audiência pública realizada pela Comissão de Participação Popular no dia 22/10/2009, em Montes Claros, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 3.808/2009, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2008-2011.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 18/11/2009, vem a proposta a esta Comissão, para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em análise tem por objetivo alterar a Ação 2060 – Assistência Médica e Psicológica da Polícia Militar –, com a finalidade de incluir nessa ação acolhimento do policial militar e prestação de assistência à sua família, pois esse profissional está sujeito a um grau elevado de estresse no exercício de suas atividades.

A Ação 2060, do Programa Associado 172 – Assistência ao Militar – já prevê a assistência médica e psicológica do policial militar, com meta física prevista, para o ano de 2011, de 2.314.852 atendimentos a serem realizados em todo Estado.

Em relação à assistência familiar desse profissional, a Ação 2088 – Assistência e Promoção Social da Polícia Militar – tem por finalidade promover ações sociais que visem a valorizar o militar e sua família.

Portanto em nosso entendimento a proposta já se encontra suficientemente atendida, no PPAG 2008-2011, pelas ações citadas.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela rejeição da Proposta de Ação Legislativa nº 1.112/2009.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2009.

André Quintão, Presidente e relator - Carlin Moura - Duarte Bechir.

Parecer SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.119/2009

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.119/2009, do Instituto Mineiro de Engenheiros Civis - Imec -, sugere alteração das metas físicas e financeiras da Ação 1081 - Construção de Unidades do Sistema Prisional (Setop) - do PPAG 2008-2011.

A proposta foi apresentada em audiência pública realizada pela Comissão de Participação Popular nos dias 4 a 6/11/2009, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 3.808/2009, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008-2011.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 18/11/2009, vem a proposta a esta Comissão, para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.119/2009, do Instituto Mineiro de Engenheiros Civis - Imec -, sugere alteração das metas físicas e financeiras da Ação 1081 - Construção de Unidades do Sistema Prisional (Setop) - do PPAG 2008-2011.

O problema da falta de vagas no sistema prisional do Estado tornou-se visível na última década, tendo sido documentado por diversos estudos o impacto desse déficit de vagas para o sistema de defesa social como um todo. Houve, no entanto, nos últimos anos, uma evolução positiva quanto à redução desse déficit. Conforme se pôde apurar nos trabalhos realizados em 2009 pela Comissão Especial da Execução das Penas no Estado, desta Assembleia Legislativa, houve um incremento substancial da população prisional do Estado entre 2003 e 2009, saltando de 23.358 para 46.573 pessoas, ou seja, a população prisional duplicou nesse período. Essa evolução ocorreu graças, principalmente, à ampliação da capacidade de custódia da Secretaria de Defesa Social - Seds -, que aumentou cerca de 600% no período: de 5.656 para 32.749 presos. Uma parte desse expressivo crescimento deve ser tributada à transferência de presos antes administrados pela Polícia Civil para a custódia da Seds, mas é inegável que a construção de unidades e a organização do corpo funcional efetivo de Agentes Penitenciários foram o principal motivo desse salto na população prisional estadual.

A proposta em análise pretende, genericamente, alterar as metas física e financeira da Ação 1081, com o objetivo de ampliar o número de vagas do sistema prisional do Estado. A Ação 1081 tem por finalidade "criar novas vagas para presos condenados e provisórios, por meio da construção ou ampliação de unidades prisionais, devidamente aparelhadas para o seu funcionamento".

Note-se que a ampliação de vagas no sistema prisional é ação mais complexa do que simplesmente a construção de presídios, uma vez que tal ampliação envolve também a mensuração de outros custos para o Tesouro, tais como a manutenção dos presídios, a contratação de Agentes Penitenciários e a compra de equipamentos diversos.

Tendo em vista que a criação de vagas no sistema prisional do Estado já vem ocorrendo em ritmo acelerado, parece-nos que a proposição em comento, que é genérica, já se encontra atendida pela programação orçamentária, razão pela qual sugerimos a rejeição da proposta.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela rejeição da Proposta de Ação Legislativa nº 1.119/2009.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2009.

André Quintão, Presidente e relator - Carlin Moura - Duarte Bechir.

Parecer SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.121/2009

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.121/2009, de Terezinha Berenice de Sousa Stralen, da Câmara Municipal de Sabará, sugere alteração da Ação 4202 - Implementação e Manutenção da Rede Viva Vida - do PPAG 2008-2011, modificando as metas físicas e financeiras.

A proposta foi apresentada durante as audiências públicas realizadas pela Comissão de Participação Popular nos dias 4, 5 e 6/11/2009, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 3.808/2009, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008-2011.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 18/11/2009, vem a proposta a esta Comissão, para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em epígrafe visa alterar a Ação 4202 - Implementação e Manutenção da Rede Viva Vida -, com o aumento das metas física e financeira da região central, a fim de alocar recursos para a implantação de um centro Viva Vida no Município de Sabará, mantendo as metas das demais regiões. O objetivo dessa proposta é fortalecer a atenção à saúde da mulher e da criança nesse Município e em sua região.

O Programa Viva Vida, do Governo do Estado, se estrutura em uma rede constituída da atenção primária à saúde, prestada pelos Municípios

nas Unidades Básicas de Saúde – UBS –, pelas maternidades, pelas casas de apoio à gestante vinculadas às maternidades e pelos centros Viva Vida.

Os centros Viva Vida têm por objetivo organizar o atendimento especializado nas áreas de saúde sexual e reprodutiva da mulher e atendimento à criança de risco. Esses centros são implantados nos Municípios-polos das microrregiões de saúde, e o Município de Sabará faz parte da Microrregião de Belo Horizonte, cuja sede é a própria Capital.

Em Belo Horizonte há unidades de saúde que realizam procedimentos próprios dos Centros Viva Vida e casas de apoio às gestantes vinculadas aos Hospitais Sofia Feldman, Júlia Kubstchek e Maternidade Odete Valadares, para onde são encaminhadas as pacientes de toda a Microrregião.

Apesar da importância da questão levantada pela proposta em exame, a estrutura da Rede Viva Vida já oferece as ações e os serviços necessários à população do Município de Sabará. Por esse motivo, sugerimos o envio de requerimento à Secretaria de Estado de Saúde para realizar acompanhamento das ações de atenção à saúde da mulher e da criança nesse Município e orientar no que for necessário.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.121/2009 na forma do requerimento anexo.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2009.

André Quintão, Presidente e relator - Carlin Moura - Duarte Bechir.

Parecer SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.124/2009

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.124/2009, de autoria de Ana Lúcia Guimarães Couto, visa à alteração do texto da finalidade da Ação 4034 – Ampliação da oferta de merenda escolar nas escolas de tempo integral –, do Programa 019 – Escola de Tempo Integral –, do PPAG 2008/2011.

A proposta foi apresentada durante as audiências públicas realizadas pela Comissão de Participação Popular nos dias 4, 5 e 6 de novembro de 2009, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 3.808/2009, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2008 - 2011.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 18/11/2009, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em tela tem por objetivo substituir a expressão "merenda escolar", contida na finalidade da Ação 4034 – Ampliação da oferta de merenda escolar nas escolas de tempo integral –, do Programa 019 – Escola de Tempo Integral –, pela expressão "alimentação".

Há muito tempo a legislação pertinente e os órgãos responsáveis pela segurança alimentar e nutricional deixaram de utilizar a terminologia "merenda escolar". Na década de 1940, as unidades acadêmicas conhecidas como "Institutos de Nutrição" já defendiam proposta de oferecer alimentação ao escolar. O inciso VII do art. 208 da Constituição Federal dispõe que "o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência a saúde."

Assim, tratar no PPAG a alimentação escolar como merenda parece-nos inadequado, razão pela qual apresentamos emenda alterando o nome e a finalidade da Ação 4034, conforme a Proposta de Ação Legislativa nº 1.124/2009.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.124/2009 na forma da Emenda ao Projeto de Lei nº 3.808/2009, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2008 - 2011.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2009.

André Quintão, Presidente e relator - Carlin Moura - Duarte Bechir.

Parecer SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.125/2009

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.125/2009, de autoria de Ana Lúcia Guimarães Couto, encaminha proposta de criação de ação no PPAG 2008–2011, denominada Prevenção e promoção da saúde no PSF, com a finalidade de incluir pelo menos um técnico em nutrição e dietética em cada equipe de saúde da família, para promover a segurança alimentar e a nutrição equilibrada da população.

A proposta foi apresentada durante as audiências públicas realizadas pela Comissão de Participação Popular nos dias 4, 5 e 6 de novembro de 2009, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 3.808/2009, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG – 2008 - 2011.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 18/11/2009, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em análise visa incluir técnicos em nutrição e dietética nas equipes de Saúde da Família, com o intuito de promover a segurança alimentar, a nutrição equilibrada e hábitos alimentares saudáveis para a população.

A Saúde da Família como estratégia estruturante dos sistemas municipais de saúde tem provocado um importante movimento para reordenar o modelo de atenção no SUS. Na prática, o Programa Saúde da Família funciona por meio da implantação de equipes multiprofissionais nas unidades básicas de saúde. Essas equipes são responsáveis pelo acompanhamento de um número definido de famílias, localizadas em uma área geográfica delimitada. As equipes atuam com ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes.

Segundo as normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde, cabe aos Municípios definir e implantar o modelo de atenção básica em seu território, contratar os profissionais para as equipes, manter a rede de unidades básicas de saúde em funcionamento, cofinanciar as ações da atenção básica, alimentar os sistemas de informação e avaliar o desempenho das equipes de atenção básica sob sua supervisão.

Ao gestor estadual compete acompanhar a implantação e execução das ações de atenção básica em seu território, regular as relações intermunicipais, coordenar a execução das políticas de qualificação de recursos humanos, cofinanciar as ações de atenção básica e auxiliar na avaliação da atenção básica.

O governo incentiva a implantação da estratégia de Saúde da Família por meio da Ação 1116 – Ampliação da cobertura populacional do PSF, do Programa Saúde em Casa, que tem como finalidade ampliar o acesso da população aos serviços de saúde por meio da expansão da cobertura do PSF no Estado. Porém, como a contratação dos profissionais cabe aos Municípios, sugerimos o envio de requerimento para que a Secretaria de Estado de Saúde oriente os gestores municipais do Sistema Único de Saúde – SUS – para que, sempre que possível, incluam técnicos em nutrição e dietética ou nutricionistas nas equipes de Saúde da Família.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.125/2009 na forma de requerimento.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2009.

André Quintão - Presidente e relator - Carlin Moura - Duarte Bechir.

PareceR SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.126/2009

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.126/2009, de autoria de Ana Lúcia Guimarães Couto, sugere alteração da Ação 4202 – Implementação e manutenção da rede viva vida – do PPAG 2008-2011, modificando a sua finalidade.

A proposta foi apresentada nas audiências públicas realizadas pela Comissão de Participação Popular nos dias 4, 5 e 6 de novembro de 2009, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 3.808/2009, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2008-2011.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 18/11/2009, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em comento tem por objetivo alterar a finalidade da Ação 4202 – Implementação e manutenção da rede viva vida –, do Programa Estruturador 054 – Viva Vida –, acrescentando ao seu texto que sejam garantidas ações de segurança alimentar e nutricional na prestação de assistência às crianças menores de um ano e às gestantes.

O Programa Viva Vida, da Secretaria de Estado de Saúde, tem por objetivo reduzir a mortalidade infantil e materna no Estado. Para tanto, propõe a organização e o fortalecimento da rede de assistência à saúde da mulher e da criança nos três níveis de atenção, com a implementação dos Centros Viva Vida, de referência secundária, e das Casas de Apoio à Gestante, no nível terciário.

O texto da finalidade da Ação 4202 diz expressamente que a rede é organizada para prestar assistência integral e qualificada à saúde das crianças menores de um ano e às gestantes. Dessa forma, no conceito de integralidade da assistência à saúde já estão incluídas as ações de segurança alimentar e nutricional.

Apesar da importância da questão levantada pela proposta em exame, consideramos que as ações de segurança alimentar e nutricional já estão asseguradas na própria ação e por isso deixamos de acolhê-la.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela rejeição da Proposta de Ação Legislativa nº 1.126/2009.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2009.

André Quintão, Presidente e relator - Carlin Moura - Duarte Bechir.

PareceR SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.127/2009

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.127/2009, de Joaquina Júlia Martins, do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais - Consea-MG -; e Fernando Antônio Dias Andrade, do Conselho Municipal de Assistência Social de Montes Claros, visa à alteração da Ação 4081 - Sistema Estadual de Transporte em Saúde - do PPAG 2008-2011, aumentando as metas físicas e financeiras.

As propostas foram apresentadas em audiências públicas realizadas pela Comissão de Participação Popular, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 3.808/2009, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2008-2011.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 18/11/2009, vem a proposta a esta Comissão, para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em análise objetiva melhorar o Sistema Estadual de Transporte em Saúde por meio do aumento das metas física e financeira, para o exercício de 2010, da Ação 4081 - Sistema Estadual de Transporte em Saúde -, que faz parte do Programa Estruturador 044 - Regionalização - Urgência e Emergência.

O Sistema Estadual de Transporte em Saúde forma uma rede articulada e é responsável pelos transportes de urgência e emergência, de procedimentos eletivos, de amostras de análises clínicas, dos profissionais das equipes de saúde da família e dos resíduos dos serviços de saúde. Esse sistema é importante para garantia do atendimento de usuários do SUS de Municípios que não contam com modalidades de atenção secundária e terciária e necessitam de deslocamento para outras localidades que realizam esses tipos de procedimentos.

A meta física da Ação 4081, do ano de 2009, é de 19 microrregiões com módulo implantado, e a meta financeira é de R\$31.250.000,00. Para 2010, a Secretaria Estadual de Saúde estipulou meta física de 5 microrregiões e financeira de R\$17.000.000,00. A proposta sugere que sejam mantidas as mesmas metas do ano de 2009 para o ano de 2010.

A questão apresentada pela proposta é importante para melhorar o Sistema de Transporte em Saúde, mas é necessário estudo de viabilidade para expansão das metas.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.127/2009 na forma do requerimento.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2009.

André Quintão, Presidente e relator - Carlin Moura - Duarte Bechir.

PareceR SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.130/2009

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.130/2009, de Lucineide Aparecida Silva, da Câmara Municipal de Vespasiano, sugere alteração da finalidade da Ação 4202 - Implementação e Manutenção da Rede Viva Vida - do PPAG 2008-2011, com vistas a estender toda a assistência necessária ao desenvolvimento dos recém-nascidos às crianças com até 5 anos de idade.

A proposta foi apresentada em audiências públicas realizadas pela Comissão de Participação Popular nos dias 4, 5 e 6/11/2009, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 3.808/2009, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008-2011.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 18/11/2009, vem a proposta a esta Comissão, para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em epígrafe visa a alterar a finalidade da Ação 4202 - Implementação e Manutenção da Rede Viva Vida - do PPAG 2008-2011, a fim de estender toda a assistência necessária ao desenvolvimento dos recém-nascidos às crianças com até 5 anos de idade.

O Programa Viva Vida, lançado em 2003, tem como objetivo reduzir as mortalidades infantil e materna em Minas Gerais. Para o quadriênio 2007-2010, o Programa tem como meta a redução de 15% nas taxas de mortalidade infantil - TMI - e de mortalidade materna - TMM.

Cumprir informar que a TMI é a relação entre o número de óbitos de crianças menores de um 1 de idade e o número de nascidos vivos - numa base de 1.000 - em determinado local. Esse coeficiente é reconhecido como um dos mais sensíveis indicadores de saúde de uma população, pois a morte de crianças menores de 1 ano é diretamente influenciada pelas condições de nascimento, pré-natais e perinatais, bem como pelas causas advindas do choque entre a criança e o seu meio ambiente. Nesse caso, a diarreia, as infecções respiratórias agudas e as doenças preveníveis por imunização são as causas mais importantes de óbito nesse período no Brasil.

Assim, as principais causas de mortalidade infantil podem ser evitadas, com a implementação de medidas simples do ponto de vista técnico e de custo relativamente baixo.

Nesse sentido, o Programa Viva Vida tem como atividades prioritárias: atenção à saúde sexual e reprodutiva; atenção ao planejamento familiar, ao pré-natal, ao parto, ao nascimento e ao puerpério; triagem neonatal; atenção à criança de até 1 ano de idade, com acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento; incentivo ao aleitamento materno; vacinação; controle das doenças prevalentes na infância; controle do câncer do colo do útero e do câncer da mama.

O primeiro ano de vida de uma criança é um período em que ela apresenta grande susceptibilidade às condições externas. Por esse motivo, as ações de saúde dirigidas a esse público são específicas, o que não quer dizer que as crianças maiores estejam desamparadas pelos programas de saúde. Várias ações têm sido implementadas para promover a saúde de crianças com idade acima de 1 ano. Entre elas podemos destacar a Caderneta de Saúde da Criança, um importante instrumento para o acompanhamento do desenvolvimento de crianças até os 10 anos de idade e as ações executadas no âmbito do Programa Saúde da Família.

Com base nessas informações, consideramos que a alteração sugerida pela proposta em análise extrapola o objetivo do Programa Viva Vida, uma vez que suas ações têm como foco a saúde da criança até 1 ano de idade e seus fatores condicionantes.

Somos, portanto, pela rejeição da proposta em comento.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela rejeição da Proposta de Ação Legislativa nº 1.130/2009.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2009.

André Quintão, Presidente e relator - Carlin Moura - Duarte Bechir.

Parecer SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.178/2009

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.178/2009, de Maria Salete Gimenez, da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais – Utramig –, visa à restauração, no PPAG 2008-2011, da Ação 4111, denominada Implementação de Cursos de Formação Profissional.

A proposta foi apresentada em audiência pública realizada pela Comissão de Participação Popular no dia 4/11/2009, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 3.808/2009, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008 - 2011.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 18/11/2009, vem a proposta a esta Comissão, para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise visa a restaurar a Ação 4111 – Implementação de Cursos de Formação Profissional –, presente no exercício de 2009 do PPAG, cuja finalidade consiste em implementar cursos de qualificação, preferencialmente voltados para as cadeias produtivas locais e necessidades identificadas no mercado de trabalho das regiões onde estão localizados os Centros Vocacionais Tecnológicos – CVTs. A referida ação previa, para 2010, a realização de 40 cursos de formação profissional, com recursos de cerca de R\$1.100.000,00; entretanto, conforme indicou a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, o custeio dos CVTs consumiu recursos além do esperado, o que resultou na extinção da ação.

Tendo em vista a relevância da ação para a qualificação da mão de obra no Estado, optou-se por atender à demanda por meio da restauração da ação, conferindo a ela uma meta financeira menos expressiva que nos anos anteriores. Assim, opina-se pela apresentação de emenda ao Projeto de Lei nº 3.808/2009, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2008 - 2011, e ao Projeto de Lei nº 3.809/2009, que estima as receitas e fixa as despesas do orçamento fiscal do Estado de Minas Gerais e do orçamento de investimento das empresas controladas pelo Estado para o exercício de 2010.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.178/2009 na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 3.808/2009 e de emenda ao Projeto de Lei nº 3.809/2009.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2009.

André Quintão, Presidente - Duarte Bechir, relator - Carlin Moura.

Parecer SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.179/2009

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.179/2009, de autoria de Maria Salete Gimenez, da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais – Utramig –, visa à restauração, no PPAG-2008/2011, da Ação 1220, denominada Implantação de modelo de gestão nos CVTs da Rede

Formação Profissional Local.

A proposta foi apresentada em audiência pública realizada pela Comissão de Participação Popular no dia 4/11/2009, nesta capital, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 3.808/2009, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG-2008 - 2011.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 18/11/2009, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em análise visa restaurar a Ação 1220 - Implantação de modelo de gestão nos CVTs da Rede de Formação Profissional Local -, cuja finalidade consiste em implementar os fundamentos e critérios de excelência disseminados pelo Programa Mineiro de Qualidade e Produtividade - PMPQ - como balizadores das ações gerenciais a serem promovidas pelos Centros Vocacionais Tecnológicos - CVTs -, bem como o gerenciamento de indicadores prioritários. A ação, presente no exercício de 2009 do PPAG, previa a implantação, em 2010, de 29 CVTs, com recursos correspondentes a R\$591.724,00.

Entretanto, conforme indicou a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, o custeio dos CVTs consumiu recursos além do esperado, o que resultou na extinção da ação.

Contudo, tendo em vista a relevância da ação para a qualificação da mão de obra no Estado, optou-se por atender à demanda por meio da restauração da ação, conferindo a ela uma meta financeira menos expressiva que nos anos anteriores. Assim, opta-se pela apresentação de emenda ao Projeto de Lei nº 3.808/2009, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG-2008 - 2011, e ao Projeto de Lei nº 3.809/2009, que estima as receitas e fixa as despesas do orçamento fiscal do Estado e do orçamento de investimento das empresas controladas pelo Estado para o exercício de 2010.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.179/2009 na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 3.808/2009 e de emenda ao Projeto de Lei nº 3.809/2009.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2009.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura, relator - João Leite - Duarte Bechir.

PareceR SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.183/2009

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.183/2009, resultante da aglutinação das propostas de autoria de Antônio Braz Rodrigues, do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais - Sind-UTE -, objetiva alterar as Ações 4452 - Escola em Rede - Ensino Fundamental -, e 4476 - Escola em Rede - Ensino Médio -, do Programa 030 - Novos Padrões de Gestão e Atendimento do PPAG 2008-2011.

As propostas foram apresentadas durante as audiências públicas realizadas pela Comissão de Participação Popular nos dias 4, 5 e 6/11/2009, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 3.808/2009, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2008-2011.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 18/11/2009, vem a proposição a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em tela objetiva estender aos trabalhadores administrativos das escolas da rede pública estadual as Ações 4452 - Escola em Rede - Ensino Fundamental -, e 4476 - Escola em Rede - Ensino Médio -, do Programa 030 - Novos Padrões de Gestão e Atendimento do PPAG 2008-2011.

Essas ações têm por finalidade propiciar às escolas do sistema educacional de ensino fundamental e médio condições para atuação de forma mais articulada, por meio da cultura do trabalho em rede e da incorporação das novas tecnologias da informação às suas atividades educativas e administrativas, garantindo-se aos professores a qualificação necessária para a utilização das tecnologias de informação e comunicação - TICs.

O programa Novos Padrões de Gestão e Atendimento é direcionado prioritariamente ao corpo docente do Estado. Estender o escopo das Ações 4452 e 4476 aos demais trabalhadores em educação, compreendidos aí todos os servidores administrativos, que não estão diretamente vinculados à função de educar, seria desvirtuar, por completo, as finalidades das Ações Escola em Rede.

Eventualmente, os técnicos escolares, que contribuem na estruturação das atividades educativas, também participam das ações Escola em Rede. Assim, as sugestões apresentadas por meio da Proposta de Ação Legislativa nº 1.183/2009, poderiam ser acatadas, acrescentando-se aos textos das finalidades das Ações 4452 e 4476 o nome desses servidores.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.183/2009 na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 3.808/2009, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2008 - 2011.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2009.

André Quintão, Presidente - Duarte Bechir, relator - Carlin Moura.

PareceR SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.185/2009

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.185/2009, de Antônio Braz Rodrigues, do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-Ute –, tem por objetivo reparar equívoco no texto da finalidade da Ação 109 – Melhoria da Infraestrutura Física, Mobiliário e Equipamentos Escolares – Ensino Médio –, do Programa 030 – Novos Padrões de Gestão e Atendimento da Educação Básica.

A proposta foi apresentada durante as audiências públicas realizadas pela Comissão de Participação Popular nos dias 4, 5 e 6/11/2009, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 3.808/2009, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2008-2011.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 18/11/2009, vem a proposta a esta Comissão, para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em comento tem por finalidade alterar o texto da Ação 109 - Melhoria da Infraestrutura Física, Mobiliário e Equipamentos Escolares – Ensino Médio –, do Programa 030 – Novos Padrões de Gestão e Atendimento da Educação Básica –, de forma a substituir a expressão "escolas de ensino fundamental" pela expressão "escolas de ensino médio".

A proposta se justifica para corrigir um equívoco na referência ao nível de ensino na finalidade da Ação 1109. Essa ação é direcionada às escolas de ensino médio, e não às de ensino fundamental.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.185/2009 na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 3.808/2009, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2008-2011.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2009.

André Quintão, Presidente - Duarte Bechir, relator - Carlin Moura.

PareceR SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.191/2009

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.191/2009, de Wenderson Luiz Barbosa Bicalho, da Prefeitura Municipal de Montes Claros, visa à alteração da Ação 1367 – Infraestrutura de Apoio Tecnológico do PPAG 2008-2011, modificando-lhe o nome e a finalidade.

A proposta foi apresentada em audiência pública realizada pela Comissão de Participação Popular no dia 22/10/2009, em Montes Claros, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 3.808/2009, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008 - 2011.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 18/11/2009, vem a proposta a esta Comissão, para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O autor da proposta pretende que seja feita a alteração do nome e da finalidade da Ação 1367 – Infraestrutura de Apoio Tecnológico, com o objetivo de incorporar o apoio técnico aos produtores de hortifrutigranjeiros do Norte de Minas, a partir da instalação de unidades físicas de pesquisa e difusão de tecnologia.

Embora meritória a proposta, não há que se falar em emenda ao Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008 - 2011 neste caso. Isso porque o PPAG 2008 - 2011 já prevê a criação e a manutenção de centros de referência para o desenvolvimento de estudos e tecnologias focadas voltadas para o convívio sustentável da região do semiárido mineiro, os chamados Centros Integrados de Convivência com a Seca.

Assim, por já contarem com uma infraestrutura, os Centros Integrados de Convivência com a Seca são espaços aptos a difundir tecnologia e fornecer apoio técnico aos agricultores familiares, comunidades periurbanas, especialmente no que diz respeito aos produtores de hortifrutigranjeiros, tal como pretende o autor da proposta em análise.

Dessa forma, sugerimos seja encaminhado requerimento ao Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene – para que utilize os Centros Integrados de Convivência com a Seca para fornecer o apoio técnico pretendido. Sugerimos, ainda, seja firmado convênio entre o Idene, a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig – e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater, para a difusão de tecnologia aos produtores.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.191/2009 na forma do requerimento.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2009.

André Quintão, Presidente - Duarte Bechir, relator - Carlin Moura.

Parecer SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.204/2009

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.204/2009, do Fórum de Desenvolvimento Mesorregional, sugere incluir no PPAG 2008-2011 ação intitulada Apoio aos Profissionais de Segurança Pública.

Essa proposta foi apresentada em audiência pública da Comissão de Participação Popular realizada em Itaobim, no dia 20/10/2009, com o objetivo de colher sugestões para aprimorar o Projeto de Lei nº 3.808/2009, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2008-2011.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 18/11/2009, vem a proposta a esta Comissão, para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em epígrafe, que solicita incluir nova ação no PPAG 2008-2011, com o nome de Apoio aos Profissionais de Segurança Pública, visa a criar para esses servidores um plano de atendimento nas áreas de saúde e moradia.

Essa pretensão corresponde a uma concepção de política pública democrática e avançada, que ampara integralmente os policiais e suas famílias no que diz respeito às condições de vida, às necessidades de tratamento, à prevenção de eventuais manifestações suicidas e a casos de morte em serviço. Também se coaduna com o Programa Nacional de Segurança com Cidadania - Pronasci -, que, entre seus eixos principais, privilegia a formação e a valorização dos profissionais de segurança pública; todavia, em que pese ao déficit acumulado historicamente no País e no Estado, a proposta em comento acaba sendo redundante, se comparada às ações previstas no Pronasci, pois pleiteia exatamente o que já começa a ser encaminhado em vista das diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública, cuja preocupação central é articular os entes federativos entre si. Frise-se que a Região Metropolitana de Belo Horizonte está incluída entre as 11 selecionadas como foco inicial dos programas e que o Estado já firmou termo de adesão ao Pronasci, em 2007.

O governo federal investirá, no âmbito desse programa, cerca de R\$6.710.000.000,00 até o fim de 2012. Parte substancial dessa verba financiará aquisição de residências e assistência à saúde do policial. Terão direito a crédito para compra de casa própria, em convênio com a Caixa Econômica Federal, os profissionais que tenham rendimento de até quatro salários mínimos mensais e que residam em áreas socialmente vulneráveis. Àqueles em condições de acesso ao mercado imobiliário, mas necessitados de incentivos, serão garantidas cartas de crédito com valor de até R\$50.000,00. Ao mesmo tempo, a Secretaria Nacional de Segurança Pública, vinculada ao Ministério da Justiça, prepara o Plano Nacional de Qualidade de Vida nas Instituições de Segurança Pública.

Ademais, o Estado de Minas Gerais iniciou, no quadriênio 2003 a 2006, a experiência de implantar o Programa de Acompanhamento Psicossocial para policiais civis, visando a prestar-lhes assistência física e mental para reduzir distúrbios relacionados com o exercício profissional. No que respeita à habitação, já existe no PPAG 2008-2011, acolhida pelo programa estruturador Lares Geraes, a Ação 4012, que trata de "locação de unidades habitacionais para servidores da área de segurança pública em situação de risco", com a finalidade de "promover opção de moradia em local seguro".

Considerando-se a sobreposição do objeto da proposta em tela com políticas públicas e ações em andamento, parece-nos que as justas e corretas reivindicações do proponente já se encontram atendidas.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela rejeição da Proposta de Ação Legislativa nº 1.204/2009.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2009.

André Quintão, Presidente - Duarte Bechir, relator - Carlin Moura.

Parecer SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.205/2009

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.205/2009, de Ivone Luiza de Macedo Moreira e Silva, do Conselho Estadual do Idoso - CEI -, visa à criação de ação no PPAG 2008-2011, denominada Desenvolvimento e Fomento ao Turismo da Melhor Idade, com a finalidade de mobilizar e formalizar parcerias com prestadores e fornecedores de serviços turísticos e afins visando a fornecer aos turistas com idade a partir de 50 anos programação customizada, alocar recursos financeiros para ampliar a infraestrutura de hotéis e pousadas, para possibilitar o acesso dos idosos, inclusive os com limitações físicas, e promover o acesso de pessoas idosas à rede hoteleira de Minas Gerais, com tarifas exclusivas a serem usufruídas na baixa temporada.

A proposta foi apresentada em audiência pública realizada pela Comissão de Participação Popular no dia 4/11/2009, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 3.808/2009, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2008 - 2011.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 18/11/2009, vem a proposta a esta Comissão, para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A política estadual de fomento ao turismo nos últimos anos optou pela promoção da regionalização turística, de modo a explorar todo o potencial do Estado. Assim, os Municípios foram incentivados a formar associações e a formatar destinos que pudessem oferecer aos turistas opções e atrações de acordo com as características de cada região. Nesse processo, não se considerou a formatação de destinos especiais tendo em vista as características do turista, a exemplo de um destino especial para os idosos, mas sim ofertar diversos destinos e produtos diferenciados, para que o turista pudesse escolher um destino no Estado, a seu critério.

O turismo na terceira idade vem crescendo nos últimos anos devido ao aumento da população idosa, ao acesso aos meios de transporte e ao aumento da renda. Esse turismo possui características diferenciadas, como a não-vinculação a temporadas, o que gera importantes oportunidades para o setor. Assim, a adequação dos destinos ao turismo para pessoas de terceira idade é uma discussão relevante, que deve ser promovida pela Secretaria de Estado de Turismo - Setur -, por Associações dos Circuitos Turísticos e pelas demais entidades e empresas do Estado.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.205/2009 na forma de requerimento.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2009.

André Quintão, Presidente - Duarte Bechir, relator - Carlin Moura.

PareceR SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.208/2009

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.208/2009, de autoria de Evandro Castanheira Lacerda, da Câmara Municipal de Lavras, visa à criação de Ação no PPAG 2008-2011, denominada Asfaltamento da estrada que liga Lavras à BR-381.

A proposta foi apresentada em audiência pública realizada por esta Comissão no dia 4/11/2009, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 3.808/2009, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008 - 2011.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 18/11/2009, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em tela, da Câmara Municipal de Lavras, visa criar nova Ação no Programa 16 -Destinos turísticos estratégicos -, para o asfaltamento da estrada que liga o Município de Lavras à BR-381. Conforme o proponente, trata-se de um trecho de 23km, que dá acesso ao Lago do Funil, importante polo de turismo do Sul de Minas.

Não obstante, o programa supracitado não contempla a construção ou a pavimentação de estradas. Sugerimos portanto, que a proposta seja acatada por meio da inclusão da região Sul de Minas na Ação 1208 - Construção, ampliação e/ou reforma de estradas turísticas e ecológicas -, para que se proceda aos estudos de viabilidade e demais projetos.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.208/2009 na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 3.808/2009 e de emenda ao Projeto de Lei nº 3.809/2009.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2009.

André Quintão, Presidente - Duarte Bechir, relator - Carlin Moura.

PareceR SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.211/2009

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.211/2009, de autoria de Clarice Fernandes da Silva, da Clarosofia Núcleo Mundial - CNM -, visa à criação de ação no PPAG 2008-2011, denominada Capacitação de Servidores da Copasa e Copanor, com a finalidade de capacitar servidores dessas companhias em educação básica e em direitos dos usuários, visando a melhorar a prestação de serviço e a valorizar os profissionais dessas empresas.

A proposta foi apresentada em audiência pública realizada pela Comissão de Participação Popular no dia 4/11/2009, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 3.808/2009, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2008 - 2011.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 18/11/2009, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta sob análise tem por escopo seja incluída, mediante emenda ao PPAG para o período 2010-2013, ação no Programa 202 – Promoção para desenvolvimento produtivo –, destinada à capacitação dos servidores da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – e da Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. – Copanor –, na temática de direitos dos usuários e em escolarização básica.

Esta relatoria reconhece a conveniência da medida proposta, relacionada especialmente à necessidade de melhorar a prestação de serviço bem como de valorizar os profissionais dessas entidades, e entende que o seu acolhimento deve se dar por intermédio de apresentação de requerimento dirigido à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG –, entidade cuja finalidade é fiscalizar e orientar a prestação e a comercialização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Estado de Minas Gerais, solicitando a capacitação dos servidores da Copasa e da Copanor na temática sugerida.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.211/2009, na forma de requerimento.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2009.

André Quintão, Presidente - Duarte Bechir, relator - Carlin Moura.

Parecer SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.215/2009

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.215/2009, de Marcelo Henrique de Aguiar, visa à alteração da Ação 1052 – Ampliação das Áreas de Vegetação Nativa e Recuperação de Áreas Degradadas - Fhidro – do PPAG 2008-2011 para ampliar o percentual do território ambientalmente protegido e promover a gestão eficiente das unidades de conservação.

A proposta foi apresentada em audiência pública realizada pela Comissão de Participação Popular no dia 4/11/2009, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 3.808/2009, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008 - 2011.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 18/11/2009, vem a proposta a esta Comissão, para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta de ação legislativa em análise apresenta, em seus objetivos, uma repetição dos objetivos estratégicos do Programa Estruturador 010 – Conservação do Cerrado e Recuperação da Mata Atlântica –, no âmbito do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI. Assim, não há inovação sugerida ou modificação de ação demandada, motivo pelo qual a proposição deve ser rejeitada.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela rejeição da Proposta de Ação Legislativa nº 1.215/2009.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2009.

André Quintão, Presidente - Duarte Bechir, relator - Carlin Moura.

Parecer SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.216/2009

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.216/2009, de Rubio de Andrade, do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene –, visa à criação de ação no PPAG 2008-2011, denominada Construção do Centro Integrado de Convivência Com a Seca.

A proposta foi apresentada em audiência pública realizada pela Comissão de Participação Popular no dia 22/10/2009, em Montes Claros, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 3.808/2009, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008-2011.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 18/11/2009, vem a proposta a esta Comissão, para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A referida proposta tem por objetivo a criação de uma ação no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2008-2011 – com a finalidade

de viabilizar a construção de nova estrutura física para o funcionamento do Centro Integrado de Convivência com a Seca.

A Ação 1398 – Centro Integrado de Convivência com a Seca - prevê o apoio ao funcionamento de um Centro Integrado de Convivência com a Seca localizado no Norte de Minas, sem, prever a construção das novas instalações. Portanto, faz-se necessária a alteração da finalidade da ação, para que esta possa conter também a execução de obras referentes à implantação do referido Centro.

Assim, apresentamos emenda ao Projeto de Lei nº 3.808/2009, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2008-2011, alterando a finalidade da Ação 1398.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.216/2009 na forma da emenda ao Projeto de Lei nº 3.808/2009.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2009.

André Quintão, Presidente - Duarte Bechir, relator - Carlin Moura.

PareceR SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.217/2009

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.217/2009, da Prefeitura Municipal de Poços de Caldas, visa à alteração da Ação 1396 - Sinalização Turística - do PPAG 2008-2011, modificando a regionalização e redistribuindo as metas físicas e financeiras.

A proposta foi apresentada em audiência pública realizada pela Comissão de Participação Popular no dia 27/10/2009, em Poços de Caldas, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 3.808/2009, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008 - 2011.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 18/11/2009, vem a proposta a esta Comissão, para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em tela tem como objetivo modificar a regionalização, a meta financeira e a meta física da Ação 1396 - Sinalização Turística - do PPAG 2008-2011, para atender ao Município de Poços de Caldas com sinalização turística apropriada. A proposição prevê um acréscimo de meta financeira de R\$300.000,00 e de meta física de sinalização efetuada no Sul de Minas. Não obstante, verifica-se que a referida ação possui meta física estadual. Ainda, verifica-se uma meta financeira de R\$200.000,00 para todo o Estado. O Município de Poços de Caldas, portanto, parece já estar atendido na programação, embora a um custo menor. Assim, de modo a dirimir as dúvidas existentes quanto à abrangência da Ação 1396, sugerimos o acolhimento da proposta na forma de requerimento.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.217/2009, na forma de requerimento.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2009.

André Quintão, Presidente - Duarte Bechir, relator - Carlin Moura.

PareceR SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.218/2009

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.218/2009, da Prefeitura Municipal de Poços de Caldas, encaminha proposta de alteração da Ação 4129 - Desenvolvimento Regional do PPAG 2008-2011, modificando a regionalização e redistribuindo as metas físicas e financeiras.

A proposta foi apresentada em audiência pública realizada pela Comissão de Participação Popular no dia 27/10/2009, em Poços de Caldas, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 3.808/2009, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008 - 2011.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 18/11/2009, vem a proposta a esta Comissão, para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em tela objetiva incluir a região Sul de Minas com metas físicas e financeiras na Ação 4129 - Desenvolvimento Regional -, do programa 114 - Desenvolvimento e Promoção do Turismo -, com vistas à revitalização e à ampliação dos pontos turísticos, à reformulação do turismo existente e à implementação de novas opções. A justificativa do proponente é a de disponibilizar roteiros turísticos com a qualidade almejada pelos turistas recebidos por Poços de Caldas.

No política pública de regionalização turística do Estado, a formatação de destinos turísticos estratégicos já inclui a reformulação do turismo e a implementação de novos roteiros por meio dos Circuitos Turísticos. A esse respeito, Poços de Caldas é integrante do Circuito "Caminhos Gerais", associação certificada em 2006. Conforme a Secretaria de Estado de Turismo, "as Associações de Circuitos Turísticos certificadas pela Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais são contempladas com sinalização turística rodoviária, cursos de capacitação e de melhoria do serviço turístico. As ações da Secretaria de Estado de Turismo, dentro da política de fortalecimento destas associações, também incluem sensibilização, mobilização, elaboração de plano estratégico de desenvolvimento, roteirização, indo até a promoção do destino turístico".

Assim, o Município de Poços de Caldas parece já estar atendido pelas políticas públicas de promoção do turismo no Estado. De modo a dirimir as dúvidas existentes quanto à abrangência das ações da Secretaria de Estado de Turismo no Município, sugerimos o acolhimento da proposta na forma do requerimento a seguir redigido.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.218/2009, na forma de requerimento.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2009.

André Quintão, Presidente - Duarte Bechir, relator - Carlin Moura.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.476/2008

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do Deputado Arlen Santiago, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo dar a denominação de José Alves de Sousa à estrada que liga o Município de Miravânia ao de Cônego Marinho.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.476/2008 tem por finalidade dar a denominação de José Alves de Sousa à estrada que liga o Município de Miravânia ao de Cônego Marinho.

Ressalte-se, inicialmente, que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como objetivo registrar que o trecho rodoviário de que trata a proposição faz parte do Programa de Pavimentação de Ligações e Acessos Rodoviários aos Municípios - Processo -, da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas.

Quanto ao mérito, cabe destacar que José Alves de Sousa, mais conhecido como Zé Pernambuco, nascido em 1908, no Estado de Pernambuco, chegou ao Norte de Minas fugindo da fome e da seca, instalando-se no Município de Miravânia. Com um perfil arrojado para a época, contribuiu muito para o desenvolvimento dessa região do Estado. No ano de 1968, assumiu o Cartório de Registro Civil e Notas do Município, consolidando sua característica de homem empreendedor.

Portanto, a homenagem que lhe está sendo feita por intermédio do projeto de lei em análise pretende demonstrar o reconhecimento aos serviços prestados às referidas comunidades.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.476/2008, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 27 de novembro de 2009.

Irani Barbosa, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.411/2009

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do Deputado Sávio Souza Cruz, o projeto de lei em tela tem por objetivo dar denominação à Rodovia MG-432, que liga a BR-040 ao Município de Esmeraldas.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.411/2009 tem por finalidade dar a denominação de Prefeito Eliacim de Avelar à Rodovia MG-432, que liga a BR-040 ao Município de Esmeraldas.

Eliacim de Avelar nasceu no Município de Santa Quitéria, hoje Esmeraldas, em 1910, e faleceu em 2003. Foi o primeiro Prefeito eleito pelo povo e administrou o Município por três mandatos. Apesar das inúmeras dificuldades que enfrentou, foi responsável por várias obras importantes na região, principalmente pela criação da primeira usina de geração de eletricidade, o que proporcionou a Esmeraldas enorme progresso econômico, e pela instalação da rede de esgoto sanitário e água encanada, além de outras obras voltadas para o desenvolvimento da infraestrutura do Município.

Humanitário, sempre conviveu com os funcionários da Prefeitura com igualdade, pois nunca se distanciou de sua origem humilde, razão pela qual direcionava suas ações às classes mais necessitadas da população. Portanto, a homenagem que lhe está sendo feita por intermédio do projeto de lei em análise pretende demonstrar o reconhecimento aos relevantes serviços prestados à comunidade do Município.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como finalidade suprimir o art. 2º, que determina ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais providenciar a sinalização do trecho denominado, por ser essa uma atribuição intrínseca às competências desse órgão.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.411/2009, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 27 de novembro de 2009.

Adalclever Lopes, relator.

COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 26/11/2009, a seguinte comunicação:

Do Deputado Elmiro Nascimento, notificando o falecimento do Sr. Adão Martins de Oliveira, ocorrido em 25/11/2009, na cidade de Patos de Minas. (- Ciente. Oficie-se.)

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de aplauso ao Cel. PM Renato Vieira de Souza, Comandante-Geral da PMMG, e ao Subten. PM Luiz Gonzaga Ribeiro, Presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros de Minas Gerais - Aspra -, pela participação de policiais militares na I Conferência Nacional de Segurança Pública (Requerimento nº 4.904/2009, da Comissão de Direitos Humanos);

de congratulações com o Sr. Ricardo Augusto Simões Campos, Presidente da Copasa-MG, bem como com os Diretores e servidores desta, pelo recebimento do Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento - PNQS -, concedido a essa empresa pelo Comitê Nacional de Qualidade Ambiental, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - Abes (Requerimento nº 4.933/2009, do Deputado Gil Pereira);

de congratulações com o Laboratório Hermes Pardini pelos 50 anos de sua fundação (Requerimento nº 4.938/2009, da Comissão de Cultura);

de congratulações com o Sr. Jayme Silvestre Corrêa Camargo, Juiz de Direito, pelo recebimento do título de Cidadão Honorário de Belo Horizonte (Requerimento nº 4.956/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com a Superintendência Regional de Ensino de Pouso Alegre pelo 20º aniversário de sua fundação (Requerimento nº 4.963/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva); de aplauso ao Instituto Materno Infantil de Minas Gerais - Hospital Vila da Serra pelos 10 anos de sua fundação (Requerimento nº 4.966/2009, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso a Genilson Ribeiro Zeferino, Subsecretário de Administração Prisional da Secretaria de Defesa Social, pela transferência do detento Ivan Ronaldo Nápolis Silva do presídio de São Joaquim de Bicas (Requerimento nº 4.976/2009, da Comissão de Direitos Humanos);

de aplauso ao Cabo PM Luciano Santana Bremer e ao Cabo PM Rogério Gomes da Silva, ambos lotados no 19ª BPM-15ª RPM-PCDE, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Teófilo Otôni, especialmente na Escola Estadual de Barra do Cedro (Requerimento nº 5.026/2009, da Comissão de Segurança Pública).

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 23/11/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Djalma Diniz

exonerando, a partir de 30/11/09, Edwaldo Sérgio dos Anjos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

exonerando, a partir de 30/11/09, Wagner Xavier de Oliveira do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;

nomeando Edwaldo Sérgio dos Anjos para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;

nomeando Wagner Xavier de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas.

Gabinete do Deputado Juninho Araújo

exonerando, a partir de 30/11/09, Rosangela Maria de Araujo Borges Torres do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 4 horas;

nomeando Clarinda Maria Dias Nogueira Machado para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 4 horas;

nomeando Rosangela Maria de Araujo Borges Torres para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 4 horas.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 76/2009

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 15/12/2009, às 14h15min, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de softwares para computador.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na sala da Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, BH-MG, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 27 de novembro de 2009.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: RPS-Rios Projetos e Sistemas Ltda. Objeto: cessão de uso, supervisão e manutenção do Safci-Sistema Informatizado de Administração Financeira e Controle Interno, da Assembleia e de seus fundos. Objeto deste aditamento: 2ª prorrogação do contrato por período de 12 meses, com manutenção do valor contratual. Vigência: 2/1/2010 a 2/1/2011. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária 1011-01.122.701-2.009 (programa de trabalho) e 3.3.90.39.10.1 (elemento de despesa).